

UNIVERSIDADE FEEVALE

FRANCISCO DA SILVA PEDROSO

**CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E PODER: O MECANISMO CHOMSKIANO
APLICADO AO BRASIL DO TEMPO PRESENTE (2013 – 2019)**

NOVO HAMBURGO

2019

FRANCISCO DA SILVA PEDROSO

**CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E PODER: O MECANISMO CHOMSKIANO
APLICADO AO BRASIL DO TEMPO PRESENTE (2013 – 2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em História pela Universidade Feevale.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins

Novo Hamburgo

2019

FRANCISCO DA SILVA PEDROSO

Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História com título **CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E PODER: O MECANISMO CHOMSKIANO APLICADO AO BRASIL DO TEMPO PRESENTE (2013 – 2019)**, submetido ao corpo docente da Universidade Feevale, como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História.

Aprovado por:

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins (Orientador)

Prof^a. Me. Márcia Blanco Cardoso (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Norberto Kuhn Junior (Banca Examinadora)

Novo Hamburgo, 27 de novembro de 2019.

DEDICATÓRIA

Este trabalho, como símbolo de uma trajetória, é dedicado especialmente aos meus filhos, Enrique Silva Pedroso e Maria Luíza Silva Pedroso, que sempre obedeceram aos meus pedidos de silêncio e entenderam que o pai nem sempre poderia participar das brincadeiras nos instantes em que ocorriam.

AGRADECIMENTOS

Ariano Suassuna tem uma frase célebre onde diz que *“a humanidade se divide em dois grupos, os que concordam comigo e os equivocados”*. Ironicamente, não sei por que, mas gosto muito desta frase. Fazendo uso de sua profundidade, agradeço aos que em seus equívocos, me fizeram mudar de opinião. Primeiramente, aos professores do curso de História da Universidade Feevale, pelas orientações, críticas, debates e discussões que permitiram meu desenvolvimento acadêmico e acúmulo de capital cultural – sempre com cordialidade.

Agradeço aos meus pais por não terem usado preservativo, bem como pela educação e conselhos desde então. À meu pai, Paulo Roberto, especificamente às conversas de cunho político assim como à herança do gosto musical. À minha mãe, Eva da Graça, por sua dedicação familiar e por sua disposição em reorganizar seu cotidiano com os netos de modo que eu pudesse iniciar, com tranquilidade, meus estudos. À minha irmã, Sabrina, pela cumplicidade desde sempre – até em meus equívocos.

À minha esposa Vanessa Alves, não somente pelo companheirismo, mas pelas prolongadas discussões teóricas que tanto desconstroem como reforçam minhas teorizações. Em relação à este trabalho, devo à ela algumas correções pontuais no desenvolvimento da narrativa, bem como as revisões detalhadas capítulo à capítulo, por vezes, madrugadas adentro.

Ao meu professor orientador, Dr. Rodrigo Perla Martins, por todos os ensinamentos, discussões e sugestões ao longo do curso e desta pesquisa final, bem como das caronas, sempre regadas a muita política e futebol – não necessariamente nessa ordem –, que enriqueceram meu banco cognitivo e minha capacidade intelectual.

Às minhas amigas, Jéssica Bonelli e o seu café sempre passado, Raquel de Matos e os informes da oposição, e Vitória Farias com os lanches da ‘mamis’, pelos cotidianos debates, por suas críticas autênticas e por serem minhas paladinas pessoais.

Não menos relevantes, agradeço aos meus pares acadêmicos, em especial, Rafael Stelter, Bárbara Mello, Riano Marques, Murilo Michel, Rita da Cruz e Thomas Klauck, dos quais extraí riquíssimas informações e indicações de leitura.

Por fim, agradeço ao homem que simboliza as políticas de inclusão social, fundamentais para que eu ocupasse um espaço universitário, até pouco tempo, impensável, permitindo que me torne um agente efetivo no combate ao real problema que atrasa o Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva.

“Os destinos dos seres humanos não são iguais. Os homens são diferentes por seu estado de saúde, sua riqueza, status social e que tais. A mais simples observação mostra que, quando existem contrastes acentuados entre o destino ou a situação de duas pessoas, seja quanto à saúde, à situação econômica, social ou outra qualquer, aquele que se encontra na situação mais favorável, por mais patente que seja a origem puramente ‘casual’ da diferença, sente a necessidade incessante de considerar como ‘legítimo’ o contraste que o privilegia, a situação própria como ‘merecida’, e a do outro como resultado de alguma ‘culpa’ dele”.
(Max Weber)

“A luta de classes existe, mas é a minha classe, a classe rica que está fazendo a guerra e nós estamos ganhando”.

(Warren Buffet

2ª pessoa mais rica do mundo - Fortuna de US\$ 82 bilhões)

RESUMO

O estudo que segue tem como tema a desigualdade social, partindo da análise de um mecanismo concentrador de riqueza e poder e, conseqüentemente, de pobreza e dependência à luz da teoria de Noam Chomsky. Tendo como enfoque a História do Tempo Presente, fez-se mister uma abordagem multidisciplinar, envolvendo não somente o campo da História, como também os da Sociologia, Política, Economia e Geografia. A narrativa histórica, apesar de concentrar seus objetivos na última década do século corrente, apresenta digressões aos primórdios desta engrenagem. Neste sentido, partimos não de um, mas de alguns questionamentos, sendo o central: como este mecanismo está sendo implantado no Brasil? Examinamos assim o mecanismo chomskiano, propondo sua aplicação à nossa sociedade, sintetizando nossa breve história republicana, observando com maior atenção os governos que combateram o avanço da disparidade entre as classes sociais, bem como a reação dos chamados ‘donos do poder’. Utilizou-se para a pesquisa vasto material bibliográfico, bem como o uso de periódicos (jornais e revistas), em decorrência, principalmente, da abordagem mais recente.

Palavras-chave: Concentração de Riqueza. Desigualdade Social. Elite. Pacto Nacional-Popular.

ABSTRACT

The following study focuses on social inequality, starting from the analysis of a mechanism that concentrates wealth and power and, consequently, poverty and dependence in the light of Noam Chomsky's theory. Focusing on the History of the Present Time, a multidisciplinary approach was required, involving not only the field of History, but also those of Sociology, Politics, Economics and Geography. The historical narrative, despite concentrating its objectives on the last decade of the current century, presents digressions to the beginnings of this gear. In this sense, we start not from one, but some questions, the central one: how is this mechanism being implemented in Brazil? Thus we examined the chomskyan mechanism, proposing its application to our society, synthesizing our brief republican history, looking more closely at the governments that fought the advance of the disparity between social classes, as well as the reaction of the so-called 'owners of power'. It was used for the research vast bibliographic material, as well as the use of journals (newspapers and magazines), mainly due to the most recent approach.

Keywords: Concentration of Wealth. Social inequality. Elite. National-Popular Pact.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: QUEM, PORQUE E COMO ESCREVE?	10
2 OS PRINCÍPIOS DE CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E PODER	16
2.1 DO SONHO AMERICANO	16
2.2 O FIM DO SONHO.....	18
2.2.1 A democracia restringida e a modelagem ideológica	19
2.2.2 Reestruturação da economia e a transferência do fardo	27
2.2.3 O ataque à solidariedade.....	31
2.2.4 O controle dos reguladores e das eleições.....	33
2.2.5 Mantendo a ralé na linha e fabricando o consenso: a marginalização da população	36
3 UMA BREVE HISTÓRIA DO BRASIL: DA REVOLUÇÃO CAPITALISTA AO TEMPO PRESENTE	42
3.1 O BRASIL DOS PACTOS.....	42
3.1.1 Os Pactos pelo Desenvolvimento	43
3.1.2 Os Pactos pela Democracia	50
3.2 OS GOVERNOS SOCIALDEMOCRATAS	54
3.2.1 A Era Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002).....	55
3.2.2 A Era do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2016)	61
4 A ELITE E O ATRASO	72
4.1 O BRASIL A PARTIR DE 2013.....	72
4.1.1 2013: As “Jornadas de Junho”	72
4.1.2 2014: O rompimento do Ciclo Democracia e Justiça Social	75
4.1.3 2016: A radiografia do golpe	77
4.2 O MECANISMO CHOMSKIANO APLICADO.....	80
4.2.1 Os princípios estabelecidos	81
4.2.1.1 A restrição democrática e o controle das eleições.....	81

4.2.1.2	<i>A modelagem ideológica e a fabricação do consenso.....</i>	86
4.2.1.3	<i>A reestruturação econômica e a transferência do fardo.....</i>	91
4.2.2	Os princípios em andamento	94
4.2.2.1	<i>O controle dos reguladores e o ataque à solidariedade</i>	95
4.2.2.2	<i>Mantendo a ralé na linha e marginalizando a população</i>	100
4.3	COMBATER A POBREZA OU A RIQUEZA?.....	102
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

1 INTRODUÇÃO: QUEM, POR QUE E COMO ESCREVE?

*“A pobreza antes era considerada obra de injustiça.
O mundo moderno considera a pobreza, incapacidade”.*
(Eduardo Galeano)

Penso ser imprescindível que o leitor entenda um pouco sobre quem escreve. Aprendi isto durante o curso, onde não foram poucos os professores que me induziram, assim como aos meus pares acadêmicos, a buscar informações sobre o autor. Quem é? de onde ele escreve? por que ele escreve? Desta forma, apresento-me.

Segundo filho de um casal de trabalhadores, ele serígrafo e ela autônoma, ambos com formação educacional básica, fui criado em uma realidade de poucas condições financeiras, sempre limitada a manutenção da casa, da alimentação e dos cuidados mais fundamentais, logo, sem acesso à uma diversidade cultural. Ainda assim, tinha uma bicicleta e nos finais de semana, meus pais levavam-me ao Parque Marinha para que eu pudesse andar sem riscos, no Gol, da primeira geração, que minha mãe adquiriu vendendo lanches na escola próxima de casa. Observando em perspectiva relacional aos meus amigos, eu era um privilegiado. Afinal, não eram poucas as crianças, de minha idade, que viviam numa realidade de famílias conturbadas, sem proventos econômicos e com alimentação abaixo do considerado mínimo para não se ter fome, entre estas, alguns primos meus – alguns vindo a morrer por conta de envolvimento com o tráfico de drogas, quando não sendo presos. Minha mãe nunca escondia o que ela chamava de ‘lado podre’ da família, enquanto me alertava para a importância dos estudos – claro que com a ideia de melhor qualificação para o mercado de trabalho.

No ensino médio passei a me interessar pelas disciplinas de História, Sociologia e Filosofia, muito influenciado pelas músicas de Chico Buarque, Caetano, Belchior, Taiguara, Zé Ramalho, entre outros, que meu pai escutava, assim como das conversas que ele tinha com meu avô, que pareciam fazer sentido com o que se estudava na escola. As “coisas”, não aconteciam por acaso, mas também não entendia a lógica social por não parecer meritocrática.

Com dezoito anos tive meu primeiro filho, o Enrique, e minha perspectiva universitária era zero. Neste período, morava em uma peça adaptada no terreno de meus pais. Enquanto trabalhava, no setor comércio, formei-me no curso técnico de enfermagem, influência de minha irmã, à época já técnica de enfermagem, que pagara seu curso trabalhando como caixa de supermercado. Aos 22 anos, meu nome era o da vez na lista de aprovados no processo seletivo

do Grupo Hospitalar Conceição, no qual sou funcionário desde então. Com o tempo me aproximei da associação dos funcionários do grupo, bem como das discussões sindicais e trabalhistas, compreendendo com outro olhar as temáticas políticas e pela primeira vez, fazendo sentido a ação do Estado. A então nova realidade econômica foi fundamental. Em 2009, ao entrar no GHC, vi meu salário quadruplicar. Eu podia ter o que não tinha. Como era bom estar onde eu havia chego. Contudo, o que eu pensava ser uma ascensão social nada mais era do que um maior acesso a bens de consumo. Isto eu iria entender após 2013.

No concurso que fiz, fiquei classificado entre os 150 melhores, sendo chamado num período que estavam contratando em média 600 técnicos de enfermagem a cada 4 anos. Para se ter uma ideia, os últimos dois concursos, um deles ainda vigente mas prestes à prescrever, não chamaram mais do que 100 cada, sendo muitas das vagas disponibilizadas por contrato temporário, principalmente após a PEC 95, momento em que se iniciou uma leve redução do quadro funcional do grupo hospitalar.

Em meados de 2010 nasce minha filha, Maria Luíza. Com o passar do tempo, em 2012, consegui, economizando dinheiro, utilizando o FGTS e recebendo subsídio do Estado, adquirir o meu apartamento através do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Em 2013, fui às manifestações protestar contra o aumento das passagens, entretanto, não concordava com a forma que se criticava o governo. Os ataques da oposição não faziam sentido para mim, mas também não sabia exatamente onde buscar melhores informações e o melhor lugar para tal, seria a universidade. Meses depois das chamadas Jornadas de Junho fiz a prova do ENEM para tentar uma vaga em curso superior e no segundo semestre de 2014, recebia uma bolsa de estudos integral para cursar História, na instituição ao qual apresento este trabalho de conclusão, através do programa educacional PROUni – Ainda assim, para me graduar tive que, durante estes cinco anos, literalmente, atravessar cinco municípios, permanecendo mais tempo no traslado do que em sala de aula. Nesse ínterim, fui aprovado no vestibular da UFRGS, onde, concomitantemente, curso o bacharelado em Ciências Sociais. Tudo com meu esforço? Com meus méritos? Pensar assim não está de todo errado, contudo, não era mais ingênuo para aderir à ideologia da meritocracia.

Ora, o emprego que tenho desde 2009 consegui-o através de concurso público, quando o Estado estava realizando um forte investimento em saúde pública. Se hoje eu realizasse o mesmo processo seletivo, acertando o mesmo número de questões que em 2009 e me classificasse na mesma posição, eu continuaria no comércio. A pergunta central é: teria me faltado, neste caso, mérito? Exponho outro exemplo, em relação à minha casa, consegui compra-la quando o mesmo Estado, através das políticas de governo, proporcionou um extenso

projeto de habitação popular à juro baixíssimos, entretanto, após o fim do governo Dilma, as taxas de financiamento tornaram-se tão elevadas que ao financiar uma casa, o comprador paga por duas, quando não três. Seguindo a lógica do concurso, um sujeito que hoje paga aluguel e não possui seu imóvel pode ser entendido simplesmente como alguém que não se esforçou o suficiente? E quanto a universidade? Se eu tivesse que pagar por meus estudos, o sonho acadêmico poderia, quem sabe, jamais ter sido concretizado. E outra vez mais, lá estava o Estado, presente, máximo, que também investia na educação superior para estudantes de escola pública e/ou com renda familiar limitada. Nos sombrios dias atuais, a educação como um todo vem sofrendo ataques daqueles que deveriam prezar por ela. O noticiário quase não dá conta de atualizar os descabros provocados pelo ministro da (*des*)educação. Cortes de verbas em pesquisas e bolsas de estudos farão com que milhões de pessoas não tenham a oportunidade, que eu tive, de usufruir do ensino superior. E a culpa, será de quem?

Vejam que não é apenas o esforço individual, a disciplina, a força de vontade, o desejo de vencer e todas as demais adjetivações que farão as pessoas conquistarem seus sonhos – até porque algumas estão em situação tão vulneráveis, tão miseráveis que nem sabem mais se possuem sonhos. Ascensão social, melhores condições de vida, aquisições de propriedades privadas, passam, fundamentalmente, pela ação do Estado. Estado que por si só não passa de um conceito abstrato, sendo o que é por conta das pessoas que institucionalmente o representam: os políticos. Estes poderão utilizar-se do Estado para representar a elite, concentrando cada vez mais riqueza e poder em uma parcela mínima da sociedade, enquanto deixa a maioria da população marginalizada, ou agir com o viés oposto, ora de forma mais radical, revolucionária, ora de forma conciliatória, sem um confronto aberto, permitindo um reajustamento no status quo da desigualdade social. Entretanto, ao longo de uma década de diminuição clara nos índices de desigualdade (2003 – 2013), a conciliação elite/povo saturou. Veio 2016 e com ele o golpe de Estado – este sem tanques, mas repleto de togas. Desde então acompanho a apatia, a inércia, a ausência de revoltas da sociedade geral, como se tudo estivesse bem e que tais ações jurídicas e parlamentares fossem as corretas – essa apatia é explicável.

No período que precedeu o impeachment da presidenta Dilma, estava lendo *Réquiem para o Sonho Americano* de Noam Chomsky. Já havia lido outras obras que discutiam ora o poder, ora a fabricação de opiniões, assim como a desigualdade social, porém, este livro reunira todos os pontos cruzados da perversa engrenagem do capitalismo, sendo o gatilho e organizador mental, para mim, de como a alienação social se produzia e retroalimentava. O autor dividiu o mecanismo em dez princípios que, em rede, possuem a finalidade de concentrar cada vez mais riqueza e poder. A cada página lida, rabiscos iam surgindo de modo que eu comparasse a nossa

sociedade com a estadunidense, tendo como ponto central, a ideologia da meritocracia, da pessoa que só depende de si própria, do seu próprio esforço, do jeito americano de viver, enfim, a ilusão do sonho americano. Ilusão de que se tivermos força de vontade, não haverá obstáculos que nos impedirá de chegar onde quisermos. É como se o destino se manifestasse. Nesse delírio, seremos o que quisermos ser. Entretanto, a lucidez nos fará concordar com Humberto Gessinger e os Engenheiros do Hawaii: *Somos quem podemos ser!* O que não nos contam é que só poderemos ser o que nos permitirem ser.

Neste sentido, os princípios de concentração de riqueza e poder estabelecidos nos Estados Unidos, estruturalmente pouco diferem se aplicados à conjuntura brasileira, guardando suas devidas peculiaridades, motivando-nos a aprofundar a desigualdade social sob esta perspectiva. A partir disto, surgiram-nos algumas questões norteadoras para a pesquisa: a) como e porque os princípios chomskianos foram, estão (sendo) e poderão ser implantados em nossa sociedade?; b) para onde se encaminha o Estado/sociedade brasileiro (a) pegando esta esteira econômica neoliberal?; e, c) deveríamos combater a pobreza, como indica alguns slogans político-publicitários, ou combater a riqueza?

Tem-se a hipótese de que a estrutura de concentração de riqueza e poder está sendo implantada no Brasil seguindo os mesmos princípios aplicados nos Estados Unidos, utilizando-se de influências políticas, econômicas e socioculturais, coercitivamente ou não. Supomos que isto venha ocorrendo com mais força nos últimos anos devido ao enfraquecimento da representação política que servia de barreira para os interesses de tal plutocracia¹.

Neste sentido, o trabalho se justifica por uma dupla comparação, seja da História dos Estados Unidos e do Brasil, como dos princípios aplicados em cada uma destas, respeitando as peculiaridades de cada sociedade e Estado, possibilitando uma diferente compreensão macro histórica do recente processo de desigualdade social à luz de uma perspectiva multidisciplinar que envolve não somente o campo da História, como também os da Sociologia, Política, Economia e Geografia.

O objetivo do trabalho, em termos gerais, é compreender como tem agido no Brasil esta estrutura concentradora de riqueza e poder, e conseqüentemente, de pobreza e dependência, situando o Brasil como um dos dez países com maior desigualdade social (EBC, 2018). Como objetivos específicos, buscou-se: a) discutir os princípios de concentração de riqueza e poder apresentado na obra de Chomsky; b) apresentar a História do Brasil contemporâneo, dividindo-

¹Exercício do poder ou governo pelas classes mais abastadas da sociedade. Por plutocrata, entende-se os mais ricos entre os ricos. (CATTANI, 2017).

o em dois períodos: o Pacto pelo Desenvolvimento (1930 – 1977) e o Pacto pela Democracia (1977 – 2014); c) relacionar as atuações dos governos socialdemocratas de FHC, Lula e Dilma, e como suas políticas de inclusão levaram ao rompimento do pacto pelas elites; e, d) demonstrar como os princípios chomskianos estão sendo aplicados na sociedade brasileira, principalmente a partir de 2013.

Como metodologia, recorreremos fundamentalmente à pesquisa bibliográfica, através de produções historiográficas, filmografias, bem como materiais de imprensa, propondo o diálogo entre os diferentes campos das ciências humanas, encerrando uma graduação que se dispôs desde seu início a contemplar e incentivar a interdisciplinaridade.

No primeiro capítulo, apresentamos os princípios de concentração de riqueza e poder implementados na sociedade estadunidense, analisados nas obras de Noam Chomsky, e como estes se conectam formando um mecanismo de dominação de classe, bem como o conceito de meritocracia, travestido de sonho americano (CHOMSKY, 2017), acompanhado das ideologias do self-made-man e american way of life (KARNAL; FERNANDES; PURDY, 2017), através dos processos de Globalização (MAGNOLI, 1997) e neoliberalização (HARVEY, 2012).

No segundo capítulo, propomos uma síntese da História republicana brasileira a partir de 1930 e chegando no tempo presente, perquirindo a historiografia de Jorge Ferreira e José Murilo de Carvalho. Dividido em dois blocos, no primeiro abordamos o Brasil dos pactos político-socioeconômicos (BRESSER-PEREIRA, 2014) e no segundo, discutimos os governos socialdemocratas da Era FHC (LAMOUNIER, 2002), e do Lulismo (SINGER, 2012), enfatizando suas políticas de inclusão, bem como o resultado destas.

O último capítulo abordará o retorno das ações políticas da elite do atraso (SOUZA, 2017) e como ela tem tentado impor o mecanismo chomskiano, iniciando nas Jornadas de Junho em 2013, perpassando pelo rompimento do pacto democrático em 2014 e na consequente arquitetura do golpe de 2016, proporcionando a reflexão final do que, efetivamente, deveríamos combater, se a pobreza ou a riqueza (CATTANI, 2017).

Dessa forma, este estudo está fundamentado na História do Tempo Presente, que, segundo Marieta de Moraes Ferreira (2000), não possui ainda uma clara definição conceitual, assim como sua periodização inicial. E prossegue, definindo seu tempo de atuação como sendo aquele em que o historiador vive e/ou aquele em que suas fontes ainda são vivas. Por conta disto, ainda encontra muita resistência por parte dos diferentes campos acadêmicos que reivindicam a área temporal de atuação. Ferreira (2000) ainda lembra que a História até antes de sua cientificidade acadêmica não pressupunha a obrigatoriedade de olhar somente para o

passado e que implementação da visão retrospectiva do historiador ocorre na transição do século XIX para o XX, chegando ao século XXI, carregando um certo desprezo por parte de historiadores universitários. Eric Hobsbawm (1998), ressalta existir vantagens e desvantagens. A desvantagem pode dar-se pela forte ligação ideológica – no caso do autor, sua ligação com o Partido Comunista. Já sobre as vantagens elencadas pelo historiador, estão a ausência do risco de anacronismo, bem como a aplicabilidade da história oral por sua própria voz, ou seja, de um ator social especializado. Deste modo, conforme Hobsbawm (1998), não há escolha. E se, de acordo com Ferreira (2000, p. 11), “a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para [...] reflexão”, então que comecemos imediatamente.

2 OS PRINCÍPIOS DE CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E PODER

“Um princípio básico do Estado capitalista moderno, é que os custos e riscos são socializados ao máximo possível, enquanto o lucro é privatizado”. (Noam Chomsky)

Para o capítulo que inicia o trabalho, discorreremos sobre dois pontos: o Sonho Americano e o fim do mesmo. Primeiramente, tratamos de apresentar o conceito de Sonho Americano como produção ideológica utilizado por uma elite social com claros intuitos de manutenção do seu poder e como tal pensamento foi sendo alterado com o passar dos anos de modo que permanecesse sempre contemporâneo. Em seguida, realizamos uma análise da obra de Chomsky, em que o autor desmembra o mecanismo de concentração de riqueza e poder em diversos princípios que se interligam, permitindo que compreendamos como este sistema funciona e o que desejam os donos da sociedade com o neoliberalismo.

2.1 DO SONHO AMERICANO

A História, como um dos campos de estudo das Ciências Humanas, trabalha, para facilitar a compreensão do grande público, com marcos históricos, em outras palavras, momentos de ocorrências relevantes, datas gerais de processos que se tornam, ao longo dos anos, oficiais. Entretanto, ao mesmo tempo, não deixa de lado os complexos processos de tais ocorrências como um todo. Deste modo, todo o fato histórico ocorrido pressupõe um desenrolar de outras ações e dentre tais fatos, as ideias e ideologias, independente do viés, pegam carona.

Portanto, podemos começar dizendo que o sonho americano, conceito analisado aqui e que rege o cotidiano da sociedade estadunidense, é uma ideologia fabricada ao longo de vários anos, afinal, tudo o que já ocorreu e tudo o que virá a acontecer nada mais fora, é, e será, que uma construção social. Talvez possamos dizer que o sonho americano tenha começado ainda na Europa com o imaginário de recomeço, de uma nova vida nas colônias americanas do Império britânico pelos peregrinos que deixaram suas casas no reino para seguirem suas vidas livres do establishment metropolitano. Viveriam por eles mesmos, à custa de seus trabalhos – que já tinha uma nova conotação conceitual em virtude da Revolução Industrial. O trabalho antes considerado algo sujo, passava a ser condicionante da dignidade humana. E muito trabalho traria, por uma certa obviedade já aceita, mais dinheiro, mais capital, mais recursos,

mais sucesso para além da vida. Tais valores serviriam para comprovar que o indivíduo estava no caminho certo, observado que era por uma divindade que o abençoava pelo seu esforço ou o deixava de lado, caso a ociosidade o acompanhasse. Estamos falando da ética protestante. Este pensamento iria encontrar outro, adaptado do liberalismo político e transformado em sistema econômico: o capitalismo. A junção dos dois permitiria que ano após ano a desigualdade entre os homens apenas aumentasse. Mas, se com o passar dos anos esta situação foi distorcendo o equilíbrio da sociedade, como ela se manteve? A combinação da política, economia, filosofia, e religião fez, de forma complexa, com que todos acreditassem que conseguiriam estar no melhor lado da balança da desigualdade social. Alguém poderia perguntar: quem unificaria esse discurso de modo que todos viessem a acreditar e por quê? As pessoas que pensaram em ser os donos da sociedade. A resposta parece curta, porém, esconde uma complexidade.

De acordo com o historiador Leandro Karnal (2017), independentemente de onde o pensamento tenha se formado, se na Europa ou na América, o fato é que foi aqui, na região norte do continente americano que a ideia fora posta em prática. A experiência colonial dos puritanos ingleses fez com que aquelas sociedades nortistas, divididas em 13 colônias, se unificassem contra a Coroa. Estes homens desejavam traçar autonomamente o curso de suas vidas, contudo, o rei estava sempre intervindo na moral ou na economia, fosse com legislações ou tributações. Aos poucos, a ideia de unificação fora sendo aceita por todos, uns com mais, outros com menos entusiasmo, importando que, no fim das contas, a rebeldia render-lhes-ia a independência da metrópole europeia. Estavam unidos os Estados. Precisavam de uma nova ordem, de leis para todos e de uma representação mais generalizada. Obviamente que para tais funções seriam designados os homens de maior destaque das antigas colônias. Eles agora ditariam os rumos da nova nação – e ditariam em benefício deles. Ao longo dos anos, os homens que cogitavam serem donos desta sociedade foram mudando, conquanto, a esmagadora maioria das pessoas estaria relegada a manter a base deste sonho das elites, ou seja, para que a elite pudesse realizar seus sonhos era fundamental que a ralé estadunidense viesse a seguir os mesmos passos dos ricos, não obstante, sem realiza-los. Isto deveria acontecer sem riscos e, para tanto, foi necessário um complexo arranjo que mantivesse a ordem do status quo.

No entanto, de lá para cá sempre surgiram, em diversos setores da sociedade, grupos mais politizados, mais esclarecidos ou simplesmente mais indignados de fazerem o que “deveriam” e não alcançarem os objetivos, de maneira que forçavam os engenheiros da desigualdade a reorganizar algumas peças. Quando certos arranjos se demonstravam ineficazes, novas alterações eram realizadas, todavia, aos poucos, tais mudanças foram afastando cada vez

mais as pessoas da possibilidade de realizar suas idealizações, melhor dizendo, o sonho tornava-se pesadelo. O pior é que a maioria da sociedade insiste, sem saber, em não acordar – isto ocorre em detrimento da efetivação de um mecanismo que concentra riqueza e poder. E são justamente suas engrenagens que abordaremos no decorrer deste capítulo.

2.2 O FIM DO SONHO

Observado por uma pequena parcela da sociedade, o sonho americano chegara ao seu fim. Ainda assim, ele se mantém, pois, a maioria das pessoas não compreende o que realmente ocorre nos bastidores do poder e/ou meandros governamentais que conduzem o Estado. Poderíamos pensar que a não compreensão por parte dos indivíduos seria motivada justamente pela não motivação dos mesmos em pensar política, apesar disso, o que avaliaremos a seguir é que o mecanismo implantado pelas elites tem por objetivo final a total alienação da população, não permitindo uma reflexão sobre suas vidas nesta sociedade. E por quê? Ora, evidentemente que para esta mesma elite pôr em prática políticas que os beneficiem ao mesmo tempo em que para isso não haja, e quando houver, que seja em baixo alcance, resistência popular. Por conseguinte, a alienação social é uma construção externa a ela, velada e coercitiva, não ocorrendo porque os sujeitos querem, mas sim, porque a elite deseja. Neste sentido, por mais que o sonho tenha terminado, as pessoas ainda seguem dormindo – função mor de tal engenharia. Para entender, vamos analisar os seus princípios.

Noam Chomsky será fundamentalmente utilizado neste capítulo, pois parte dele a abordagem mais clara de como funciona o mecanismo como um todo. Para ele, os elos deste sistema ocorrem através da política e do capital, onde um se retroalimenta do outro, criando o que ele chama de círculo vicioso². Nos Estados Unidos, país que analisaremos em conformidade com Chomsky (2017), pregam-se valores democráticos, e em uma democracia, a opinião pública tem influência sobre as políticas governamentais, que fazem com que o governo execute ações através da vontade do povo. Sem embargo, setores mais privilegiados e, por consequência, poderosos, nunca gostaram muito desta lógica. E é muito simples de entender: a democracia põe o poder nas mãos do povo e tira privilégios dos poderosos. Mas como manter um status de privilégio sendo que a lógica democrática prediz uma equivalência entre os cidadãos? Restringindo o *demo* da *cracia*. Ora, há séculos os ricos detém o controle, gigantesco, sobre as políticas públicas. A independência e constituição estadunidense são baseadas em

²CHOMSKY, 2017, p. 13.

homens como John Locke e Adam Smith. E não podemos deixar de lembrar que Smith fundamenta muito de seu pensamento, em *A Riqueza das Nações*, obra na qual ele define a elite como os arquitetos da política, quer dizer, os donos da sociedade e afirmando que estes deveriam viver sob a máxima vil de que tudo seriam para eles e nada para os outros. Essa perspectiva, para qualquer iniciante dos estudos sociais, não corresponde ao conceito de democracia. Chegamos assim ao primeiro de dez princípios do mecanismo, os quais dividir-se-ão nos subtítulos a seguir.

2.2.1 A democracia restringida e a modelagem ideológica

A democracia posta em prática nos Estados Unidos a partir da fundação da república não diferia muito da sociedade grega da Antiguidade Clássica, afinal, apenas homens brancos livres participavam da política. Mulheres, estrangeiros, escravos e povos indígenas nativos da própria região estavam excluídos da *Ágora* americana. A *res publica* estadunidense já nascia com características de coisa particular. Conforme Aristóteles (1996), jamais se acabaria com os desejos dos interesses particulares, de forma que a criação de leis manteria tais excessos sob controle. Contudo, para se gerar a harmonia social, era necessário a criação de uma classe média que contivesse as riquezas e desigualdades. Em nenhum momento o sábio grego defendeu o fim das propriedades privadas – ideia posta na República de Platão –, entendendo que a polis deveria cuidar de ambos, ricos e pobres. Aristóteles perdera para Smith.

Ambas as elites, de Norte à Sul, tinham o mesmo receio, que negros e pobres também internalizassem os ideais de liberdade, felicidade e prosperidade. Claramente que tal pensamento não “deveria” ser aplicado a todos. Como afirma Karnal (2017), os ventos de liberdade de 1776 tinham cor branca. Para reunir as ideias que seriam as bases para a Independência foram realizadas assembleias reunindo as principais lideranças das colônias, em encontros que ficaram conhecidos por Congresso Continental, realizados na Filadélfia, a maior cidade entre as colônias. Neles, discutiram-se como seria a nova nação que estava por ser gestada.

Karnal (2017, p. 88) alerta ainda que “declarar independência era, porém, mais fácil do que lutar por ela”. Houve resistência por parte dos ingleses e os confrontos ocorreram por mais de seis anos. Benjamin Franklin e George Washington se destacaram como lideranças políticas,

tornando-se, ambos, pais da pátria³. A constituição legislativa, de fato só seria promulgada em 1790 – onde se destacou o mais smithiano dos congressistas, James Madison⁴ –, três anos após ser redigida e editada. As discussões durante a Convenção da Filadélfia definiram alguns pontos importantes: Quem seriam os administradores; Quem seriam os “donos” desta nova sociedade; Por fim, se a democracia seria para todos. Os ventos brancos sopravam cada vez mais fortes e já na abertura do texto constitucional, destaca-se uma problemática socioexistencial: “Nós, o povo dos Estados Unidos”. Talvez entre negros, índios e pobres, possa ter surgido a pergunta: Nós, quem? Karnal responde:

(...) certamente não todos os habitantes das colônias. A maior parte dos “americanos” estava excluída da participação política. O processo da independência fora liderado por comerciantes, latifundiários e intelectuais urbanos. (KARNAL, 2017, p. 93).

Para o bem de uns e mal de outros, os Estados estavam Unidos. A nação estava formada – sua elite e sua ralé – livre das amarras coloniais, influenciados pelo pensamento iluminista, que serviria de exemplo para o restante da América, entre eles, o futuro Império do Brasil.

Democraticamente, a restrição política vem escrevendo uma História não contada, por muitos anos, dos Estados Unidos. Vítimas permaneceram na invisibilidade, sendo os primeiros os povos nativos ou indígenas. No início do século XIX, os Estados Unidos entraram em guerra com a Inglaterra. Mesmo derrotados, os americanos não tiveram perdas territoriais. Entendendo que não faria frente com os impérios europeus, trataram de firmar um acordo de não intervenção continental. Assim, teríamos uma Europa para os europeus e uma América para os americanos – entenda-se, estadunidenses. Segundo o historiador Luiz Estevam Fernandes (2017), esta lógica foi transformada em doutrina, levando o nome do presidente em questão. Com isso, os Estados Unidos estavam livres e sem riscos de intervenções, prontos para dar início ao expansionismo geopolítico e socioeconômico pela América, e quem sabe, pela Ásia. Em vista disso:

(...) a Doutrina Monroe pode ser entendida como um dos primeiros passos da política externa norte-americana no século XIX: em nome da paz e da liberdade, a presença dos Estados Unidos se fortaleceu em todo o Novo Mundo. Seu princípio básico, traduzindo na frase “a América para os americanos”, seria o guia de toda política externa dos EUA até o século XX. (FERNANDES, 2017; MORAIS, 2017, In: KARNAL, 2017, p. 106).

Com a rainha dos mares, e controladora geral do sistema econômico mundial, submetida a não intervenção nas relações dos estados americanos, a pressão capitalista contra o processo

³Franklin e Washington são os mais famosos pais da pátria estadunidense, todavia, existem outros, não menos importantes, apesar de não serem tão conhecidos fora do campo histórico, são eles: John Adams, Samuel Adams, Thomas Jefferson, George Clymer, George Tylor e George Rea.

⁴Congressista, principal articulador da Constituição de 1790 e presidente dos Estados Unidos de 1809 à 1817.

escravista não surtiria efeito nos Estados Unidos. Sem envolvimento externo nas políticas estadunidense, estava o governo liberado para manter o seu regime escravista e impor o seu Destino Manifesto⁵, marchando para o Oeste⁶. Consoante os autores Fernandes (2017) e o historiador Marcus Vinícius de Moraes (2017), a tomada de terras à força – no chumbo ou em compras facilitadas por pressões econômicas e/ou fragilidades de outros impérios em manter suas colônias além-mar –, entre elas, Louisiana, Missouri, Montanhas Rochosas, apenas deixaria claro que uma parcela da população não interessava aos Estados Unidos. Os ventos brancos da liberdade trariam uma chuva vermelha de sangue indígena. O avanço territorial estadunidense, para os donos do poder, não poderia ser barrado pela geopolítica indígena, visto que este grupo social viveria à margem da sociedade. Neste período, os Estados Unidos dobravam de tamanho.

É importante ressaltar que houve diversas formas de resistências, entretanto, a tecnologia advinda da Europa era superior, tratando-se dos efeitos danosos. Dessa forma, a saída encontrada fora o recuo. A estratégia inicial acabou, com o tempo, sendo uma imposição pela força e pela destinação manifestada do povo escolhido. Aos indígenas, no ápice da ofensiva Marcha para o Oeste, ficaram as lágrimas na trilha mais que mil-quilométrica. Finalmente, restaram-lhes a delimitação de pequenas reservas, completamente deslocadas do geoclima ideal para a realização de suas caças e plantações. Esta lógica já pressuporia a superioridade de uns sobre outros. Estes outros, sem dúvida, índios e negros – aqui chegamos ao segundo grupo vítima desta democracia restrita.

Noventa anos depois de promulgada a Constituição estadunidense, dava-se início a Guerra de Secessão. Conhecida assim, nada mais fora, de acordo com o historiador estadunidense Peter Eisenberg (1982), que uma guerra civil motivada pelos interesses das elites políticas que, na perspectiva sulista, sentiam-se prejudicadas com a divisão distributivas de terras gratuitas das fronteiras conquistadas, somando-se ao fato que o Governo centralizado

⁵Por Destino Manifesto compreende-se o pensamento de que o futuro da Nação, religiosamente, já estaria traçado, ou seja, destinado a acontecer. Ora, se os colonos vieram para a América para ficar com tais terras, a presença indígena – “atrasada e selvagem” – apenas corroborava a manifestação de tal destino. (KARNAL, 2017).

⁶A Marcha para o Oeste dá-se após a idealização da Doutrina Monroe. Com isso, os Estados Unidos iniciam o avanço para as terras, consideradas por eles, de ninguém. Entretanto, tais terras eram ocupadas por uma diversidade de tribos indígenas, tanto as que ali já habitavam, como as que por ali foram se instalando, forçadamente, após os primeiros combates na região leste. Os conflitos foram intensos e houve resistência até onde puderam. A conhecida Trilha das Lágrimas refere-se ao processo migratório das tribos, deslocadas de suas regiões para reservas estipuladas pelo governo, de modo que não atravancasse o progresso da civilização estadunidense. Isto ocorreu após a promulgação da “Lei de Remoção”, em 1830. Com isso, “os indígenas foram forçados a marchar para lá (região de Oklahoma) e, nesta viagem, ao longo de mil e quilômetros, milhares de índios morreram de frio, fome, doenças”. Ver: Fernandes (2017); Moraes (2017). **Os EUA no século XIX**. p. 113-14. Sobre a História dos índios norte-americanos, indicamos o clássico *Enterrem meu coração na curva do Rio*, livro de Dee Brown.

investia mais recursos em infraestrutura na metade norte do país. Outros fatores contribuíram para o acirramento político, conquanto, o estopim, fora a escravidão, ou melhor, o fim dela, que “prejudicaria” a estrutura econômica do Sul.

Para se traçar um panorama, ainda consoante Eisenberg (1982), mesmo com a Independência, as características das ex-colônias não se alteraram. O Norte continuava subsistente, realizando comércios de carne e pesca e triangulação econômica. Dispunha de classe média, os indivíduos eram livres e o trabalho assalariado. Por sua vez, o Sul continuava baseando-se na Plantation, isto é, na agricultura em larga escala, em outros termos, latifúndios exportadores. Visando a maior lucratividade possível, a mão de obra mais rentável, sem dúvida era a escrava – em meados do século XIX, os Estados Unidos contavam com 4 milhões de escravos, sendo assim, a ideia de classe média não existia. Fica nítido que era melhor, caso não fosse um “senhor”, viver no Norte, o que não pressupõe uma sociedade justa – neste mesmo período, o 1% mais rico já possuía 25% do capital financeiro.

O Sul compreendia seu erro estratégico e acreditava que com Abraham Lincoln⁷ a questão dos escravos poderia estar com os dias contados. A eleição de Lincoln só faria, como fez acirrar os ânimos devido ao seu histórico de discursos. Antes mesmo de sair o resultado oficial da votação, uma assembleia desligou o sul do governo federal, criando um novo território: os Estados Confederados da América, tendo uma Constituição própria e aparato burocrático. A guerra durou cinco anos e teve um saldo de 600 mil mortos. Apesar de a União contabilizar 500 mil mortes do total, os Confederados saíram perdedores e um processo de Reconstrução do Sul, devastado, fez parte do acordo final. De todas as medidas impostas aos Sul, a menos digerida fora a 13ª Emenda, que libertou os escravos. Se os Estados Unidos tinham uma dívida para com os negros, esta ação, parecia que quitava tal erro – parecia.

Fazendo uso de Fernandes (2017) e Morais (2017), os negros, agora livres, não tiveram nenhum amparo de políticas governamentais de subsídios e ações integralistas à sociedade da qual agora eram cidadãos. Para piorar, os ares racistas do Sul gestariam o mais perverso grupo civil de sua história: a Ku Klux Klan. Os negros faziam parte da sociedade, mas não decidiam sobre ela, apenas em 1965, após diversas manifestações e organização das comunidades negras sob a liderança de nomes como Malcolm X e Martin Luther King Jr, é que os negros conseguiram o direito ao voto. O que não quer dizer que o sistema tenha parado com a restrição

⁷Eleito presidente em 1860, não terminaria o mandato, assassinado por um extremista enquanto assistia a uma peça teatral. Lincoln era um azarão e sua eleição fora uma surpresa. Não tinha larga experiência política e havia sido recentemente derrotado para o Senado. Os democratas haviam dividido seus votos entre três candidatos, o que facilitou a vitória dos republicanos. (FERNANDES; MORAIS, 2017).

dos direitos democráticos desde então. Nas eleições presidenciais de 2000, George W. Bush saiu-se vencedor sob milhares de acusações de fraude eleitoral e impedimento de eleitores negros de exercer o seu direito ao voto. Levada as denúncias à Suprema Corte, nenhum dos apelos foi ouvido e nenhum parlamentar indeferiu a postura do Judiciário. Todavia, antes mesmo dos discursos dos líderes negros na década de 1960, fora uma mulher, Rosa Parks quem dera o pontapé inicial na luta pelos Direitos Civis. São elas, as mulheres, o terceiro ponto a se apresentar nesta restrita democracia.

As mulheres, não somente nos Estados Unidos, como em todo o globo, não dispunham de uma convivência igualitária em relação aos homens na sociedade. Não tinham direito ao voto eleitoral, não trabalhavam “fora”, restritas que eram aos afazeres domésticos, bem como certas liberdades morais e conjugais, desde vestimentas como a términos de relacionamentos. A Revolução Industrial vai projetar a mulher em uma posição da qual lhes permitirá exigir igualdade de direitos na virada do século XIX para o XX. Diversas organizações ao redor do mundo ganhavam corpo – entretanto não se denominavam feministas, definição atribuída por Simone de Beauvoir quando já da segunda onda destes movimentos. Na terra do Tio Sam, aos poucos as mulheres foram adquirindo, no campo político eleitoral, o direito de voto, estado à estado. No campo econômico e social, será na economia de guerra, entre os dois maiores confrontos mundiais do século XX, o momento em que a mulher fincará o pé no chão da fábrica para não mais sair. Ainda assim, atualmente as mulheres são pouco representadas em cadeiras no Congresso, bem como seguem recebendo salários menores que os dos homens para a mesma função. Enfim, o papel da mulher nesta sociedade aos pouco foi deixando de ser o exclusivo de mãe e organizadora do lar, envolvida em assuntos domésticos e tendo como lazer novelas. O envolvimento com movimentos trabalhistas, assim como o empoderamento quantos as discussões políticas caminham para uma quebra na ideia – ainda forte – da dominação masculina. Estas relações de poder ocorrem no cotidiano e o espaço onde isto se realiza é na cidade, portanto, o Estado, ao não formular políticas de afirmação social, posiciona-se de forma não democrática. Se tais restrições ocorrem assim com grupos internos, que dirá dos grupos externos, o quarto analisado.

Os estrangeiros, aliás, determinados grupos de estrangeiros, basicamente sofreram as mesmas agruras dos grupos elencados acima, sem embargo, como bem apresenta o historiador Sean Purdy (2017), afinal de contas, uns eram considerados melhores que outros – e isto desde a fundação. Contudo, o maior exemplo de restrição democrática imposta pelos Estados Unidos está na deportação ou não permissão de entrada de imigrantes e/ou refugiados. Isso ocorreu com os chineses na década de 1910/20, com os italianos (anarquistas), nos loucos anos 20, com

os latino-americanos das mais diversificadas nacionalidades no decorrer do século XX, com os marxistas, comunistas e socialistas em geral, independentemente do local de origem, mais especificamente na década de 1960, com os árabes na virada do século XX para o XXI, principalmente após os ataques de 11 de setembro e, mais recentemente, com a criação dos muros fronteiriços com o México, que apesar de iniciada em 1994, volta a ser ordem do dia, ao menos em discursos recorrentes do presidente Donald Trump.

Todos estes grupos passaram a se organizar cada vez mais e a produzir discursos interessantes para a população geral, comum, e isto, para os donos desta sociedade, não é bom. Pois se a maioria conseguir compreender que são maioria, a elite vai à bancarrota. Evidentemente que as conquistas sociais não podem, em uma democracia, mesmo que reduzida, serem anuladas, logo, o que a elite poderia fazer seria moldar o pensamento das pessoas antes que os movimentos sociais os fizessem. E a virada do século XIX para o XX traria novos problemas para as elites se preocuparem: os movimentos operários e sindicais, além dos feministas e dos étnicos. Em conformidade com Chomsky (2017) o pensamento de um grande capitalista neste período sobre tais manifestações políticas poderia ser: que tanto eles querem? Para os donos da sociedade, isto indicava um excesso de democracia. Deveriam, por isso, moldar a ideologia destas pessoas, principalmente dos jovens. E não existe melhor caminho que não seja pela educação, digo, pela doutrinação.

Para se fragilizar a educação é necessário que se destrua a escolarização pública, enquanto eleva-se o custo do ensino privado. Esse processo começou pelas universidades estendendo-se à escola primária. Os jovens pobres e de classe média, para se formarem, deveriam financiar seus estudos. Após formados, além do diploma, ganhavam uma super dívida, as quais o próprio sistema planejava serem impagáveis, de modo que o endividado se submetesse a um sistema alienante da própria formação que buscou, quer dizer, perdia o seu meio de produção, para servir de meio de produção de capital para empresas que dominam a sua área de atuação. O sonho americano vai ficando mais difícil de se concluir e, ao invés de a sociedade acordar para tal fato, o qual apenas alguns conseguirão “vencer” nesta sociedade, eles, com tais dificuldades impostas, reforçam a ideia de que precisam se esforçar mais. Isto se dá por conta de um ajuste ideológico, no qual as pessoas devem pensar que elas podem fazer a sua vida como elas bem entendem e que por conta do seu próprio esforço, querendo, trabalhando e com vontade de potência, conseguirão colher os frutos imaginados: esse ajuste chama-se Self-Made-man⁸. Com essa ideia nenhuma força que não a do próprio indivíduo

⁸O homem que se faz por si só. N.A.

impediria a sua ascensão e, finalmente, o Estado não estaria envolvido em nenhuma prática que pudesse prejudicá-lo ou auxiliá-lo. O pior é que acreditar em algo deste tipo não é assim tão ingênuo.

Atacar a educação é um dos pilares, no entanto, os resultados são obtidos à longo prazo. Para um objetivo mais urgente é fundamental o papel da mídia e o controle sobre esta, seja ela jornalística ou acadêmica. Tanto Purdy (2017) como Chomsky (2017) concordam que a sociedade estadunidense em 1900 era pacífica e que ninguém pensava e/ou queria guerra – a Secessão deixara traumas. No entanto, a política externa do Big Stick com Theodore Roosevelt era eficaz em neutralizar as poucas resistências das nações e/ou colônias apresentadas, mesmo que suas soberanias estivessem ameaçadas pelo ataque estadunidense. Internamente, as políticas caminhavam sem percalços, a população começava a viver bem, estavam se organizando politicamente, obtendo o direito ao voto e adquirindo direitos trabalhistas através dos sindicatos. Em poucos anos “se faziam por si sós”. Aquele Estado que intervinha sem parecer que o fazia, agora usufruía da estratégia do medo.

Chomsky (2003) vai lembrar que a mídia passou a inventar atrocidades em relação aos alemães, bem como da forte ameaça de conluio entre México e o kaiser alemão para uma invasão aos Estados Unidos – em parte tais diálogos ocorreram, entretanto, sem jamais ter sido levado em consideração pelos mexicanos, e o governo estadunidense sabia muito bem disto. O medo foi se espalhando, associando a guerra ao fim das liberdades. A sociedade rapidamente passou de pacifista para um bloco histórico e beligerante – apoiando a entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra. Vendo que o medo montado através da mídia funcionava, este sentimento passaria a ser utilizado sempre que o Governo precisasse de um controle mais rígido. O mesmo seguiu-se com o pavor vermelho, cria da Comissão Creel⁹. Isto posto, comunismo, marxismo, socialismo e anarquismo passariam a ser entendidos como algo ruim. E se era ruim fora dos Estados Unidos, que dirá dentro.

A vitória dos Estados Unidos na Grande Guerra imperialista europeia acabaria, conseqüentemente, legitimando o novo molde do sonho americano: o jeito de viver. A Inglaterra começava a perder seu poderio que se estendia por séculos, ao mesmo tempo que os Estados Unidos despontavam para uma liderança econômica mundial, logo, estavam fazendo o “correto”. A mídia que modelava, através do medo, o apoio incondicional ao Governo, agora,

⁹A Comissão Creel foi criada para estruturar a propaganda governamental, utilizando técnicas desenvolvidas para vendas e promoção de produtos, conseguiu transformar o pensamento de uma população pacifista e levá-la à participar de um confronto direto com os alemães. (CHOMSKY, 2003).

através de entretenimento, modelaria uma sociedade que passaria a ter o consumo como ponto central da sociedade. Em conformidade com o geógrafo Milton Santos (1998), esta sociedade, baseada na perspectiva do possuir, ocupa cada vez mais seu tempo na busca de bens, satisfazendo-se coletivamente ao adquirir os produtos e serviços postos à disposição para aqueles capazes de pagar. Alienados e satisfeitos por fazerem parte desta dinâmica social do consumo, deixariam de problematizar/questionar os problemas públicos mesmo quando deixassem de consumir. A sociedade seria levada a pensar da mesma forma, a buscar as mesmas coisas e a viver de um único jeito, manipulada pelos interesses políticos-governamentais onde estão ancorados os interesses das grandes corporações.

Conforme Chomsky (2003), o medo doutrina e a doutrinação passaria a formular a condenação dos críticos da política nacional. Esses críticos passaram a ser inimigos do Estado, sendo taxados de antiamericano. Em tempos remotos, de maior acirramento ideológico, consideravam-se os opositores do Governo, comunistas e marxistas – notoriamente que muitos dos críticos, realmente possuíam alinhamentos políticos com a esquerda, o problema é que os conceitos apelidados eram utilizados de forma pejorativa. Desta maneira, bloqueou-se a entrada de imigrantes chineses no século XX e muçulmanos e mexicanos no século atual. Assim, respaldavam-se para deportar os anarquistas e sindicalistas europeus, principalmente italianos durante a década de 1920. Desta forma condenariam milhares de pessoas, fazendo-as perderem os empregos ou até as vidas – como o casal Rosenberg, durante a caça aos comunistas do período do Macarthismo. Assim puniriam pessoas que se negassem a servir ao seu país, mesmo em guerras que não teriam nenhuma relação de segurança nacional e, segundo Purdy (2017), chegando a irracionalidade de retirar o cinturão de campeão mundial de boxe de Mohammed Ali, por ser o símbolo da resistência à uma guerra que não lhe pertencia. Sem contar o novo inimigo criado após o fim do bloco soviético: o “terrorismo” árabe. A sociedade, agora beligerante, após os ataques de 11 de setembro de 2001, passou a apoiar todas as ações que envolvessem a derrubada de ditadores. Na perspectiva estadunidense, as nações árabes “precisavam”, ideologicamente, estarem “livres” do jugo “terrorista”, quando na verdade o que interessava era um caos interno, guerra civil e conflito armado de modo à solicitarem reconstrução, ao qual os Estados Unidos se dispunham a realizar em troca de matérias-primas, nestes casos, de petróleo. Assim fora no Iraque, Líbia, Egito e está sendo na Síria. O fracasso das ações no mundo árabe, por conta da forte resistência do Estado Islâmico fez com que os Estados Unidos mudassem seu olhar para o seu quintal, onde historicamente houveram mínimas, quando houveram, resistências. As “bolas da vez” são, como afirma o sociólogo e cientista político Jessé Souza (2018), Venezuela e Brasil e até o momento, uma nação tem

resistido e sofrido os impactos de enfrentar o imperialismo estadunidense, enquanto a outra tem entregado sua soberania.

Quanto à questão acadêmica, façamos um contraponto. Obviamente que a política alemã de perseguição étnica no período do nazismo é condenada em qualquer fórum estudantil, dos ensinamentos mais básicos ao meio acadêmico – ou, deveria. Chomsky (2003) propõe refletirmos sobre o que pensavam os alemães quando acreditavam que o governo nazista era responsável por mais de 300 mil mortes durante a guerra, quando sabemos que só tratando de judeus, esse número chegou a 6 milhões? O que pensamos, nós, dos alemães? Como enxergamos a cultura germânica? Estas mesmas questões poderiam ser feitas sobre os Estados Unidos e os estadunidenses.

Ainda seguindo o raciocínio de Chomsky (2003), os alunos e acadêmicos estadunidenses cresceram sendo doutrinados à pensarem que a sua Nação, protetora das liberdades mundiais, foram responsáveis por 100 mil mortes na Guerra do Vietnã. Números oficiais, ainda que estejam sempre sendo revistos por novas pesquisas historiográficas, dão conta de 4 milhões. O estadunidense neste sentido não enxerga seus governos, sua cultura, sua ideologia próxima à da Alemanha nazista. Por quê? Visivelmente a mídia vendeu a ideia de que a intervenção nos países os quais ajustam suas políticas ocorrem para o bem deles. Tais intervenções justificam o risco que isso gera para os países em questão e para a segurança nacional estadunidense. Mal sabiam eles que o que é bom para a Nação, não necessariamente é bom para a sociedade, mas sim para a General Electric, que produz desde micro-ondas à aviões de guerra. Os donos da sociedade modelam a ideologia social para acelerar suas concentrações de renda. Mas não seria somente este ramo da economia que os plutocratas dominariam. Como diz Chomsky (2017) e dizia Smith (2016), os “arquitetos da política” querem tudo para eles. Segundo o geógrafo David Harvey (2012, p. 42), “enquanto nos anos 1960 costumava-se usar o *slogan* ‘o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos’, nos anos 1990 o *slogan* era ‘o que é bom para Wall Street é tudo o que interessa’”.

2.2.2 Reestruturação da economia e a transferência do fardo

Até então o mecanismo tinha utilizado apenas o aparato estatal no campo político e midiático. E eis que entram os bancos. Estes, passariam a fomentar o Mercado com ativos não utilizados, ou seja, capital que vulneravelmente encontra-se nos cofres e que poderiam serem sacados a qualquer instante pelos correntistas. O que queremos dizer é que este dinheiro,

normalmente de previdências, deveria permanecer intocado. Assim vinha sendo desde a década de 1930, pós-colapso da bolsa até os anos 1970, por conta da política de regulação econômica.

O New Deal, instituído no governo Roosevelt, pressupunha uma economia sem livre-comércio, protecionista, normalizado e regulado pelo Estado, com investimentos e intervenções do governo, por exemplo, com obras públicas e auxílio financeiro aos desempregados – o que permitiu uma reorganização econômica. Esta política deu certo e avançou para outros Estados. No pós-II Guerra, em acordo firmado com a Grã-Bretanha – onde mediarão dois dos mais respeitados nomes da economia do século XX, Harry Dexter White e John Maynard Keynes –, conhecido por Bretton-Woods, os Estados independentes auxiliar-se-iam contra qualquer tentativa de subversão por parte do Mercado. Além disto, as moedas nacionais equiparavam-se todas com o ouro como base da economia mundial. Pouco tempo depois, o sistema Bretton-Woods deixaria de existir e com ele o New Deal. O dólar se tornava a moeda internacional. O governo era o de Richard Nixon e o sistema econômico praticamente sem regras e interferência do Estado era uma repaginada no liberalismo econômico.

Ressalta Purdy (2017) que a economia estadunidense pautada pela produção cedia espaço para a financeirização, baseada na especulação de capital, em outras palavras, ganhava-se dinheiro em cima de dinheiro inexistente e com isso o setor de produção diminuiu. Não demoraria muito para que tal financeirização apresentasse problemas. Mas se a produção interna diminuía, onde estavam fabricando as ofertas para a procura? Novamente Smith (2017) é chamado à explicar que a produção ocorrerá nos locais onde mais possam render, isto é, onde se gaste o mínimo possível. Na realidade ocorre que a produção dos bens será realocada para Estados onde as legislações trabalhistas sejam mais frouxas, ou melhor, onde não se controle as condições de trabalho – que muitas vezes não são outra coisa que um modo de produção escravo institucionalizado por remunerações extremamente baixas. Neste momento, dá-se início a terceirização internacional da produção, um dos pilares da globalização. Onde se fragmentam as fronteiras para a produção e mercado, mas não para o trabalhador, acarretando um enorme problema: desemprego. Observe que, se uma empresa com mil funcionários em Detroit muda sua indústria produtiva para Xangai, ela não leva os seus trabalhadores, apenas a produção. As empresas ganham com uma redução nos custos e o Estado ganha mil desempregados. É o começo de uma pressão sobre os trabalhadores, pois com a insegurança na manutenção dos empregos similares, eles serão forçados a aceitar condições de trabalho e salários inferiores em detrimento do desemprego. Como bem explica Chomsky (2017):

(...) mantenha os trabalhadores em constante estado de insegurança, pois assim será fácil tê-los sob controle. Não farão mais reivindicações de salários dignos ou condições de trabalho decentes, tampouco de livre associação – em outras palavras,

de se organizarem em sindicatos. [...] Ficarão contentes apenas pelo fato de terem emprego. (p. 56).

A lógica neoliberal, além de buscar espaços produtivos que aumentem seus lucros, ainda pressionam o governo acerca de redução de tarifas e tributos, utilizando-se do discurso de que para manterem-se dentro do país precisam de condições semelhantes aos adquiridos em territórios estrangeiros. Isto apenas evidencia quem manda no jogo de poder capitalista. Mesmo com todas as políticas de isenções e reduções tributárias, o nível de produção interna nunca mais fora a mesma do período regulatório. O espaço interno que sobra é o de prestação de serviços, como alerta Chomsky (2017, p. 57), “vai todo mundo trabalhar no McDonald’s”. O geógrafo Demétrio Magnoli (1997), referência no campo geográfico reitera que:

A criação acelerada de novos empregos consiste em geração de postos de trabalho mais mal remunerados. Os tradicionais e almejados empregos nas corporações industriais são substituídos por empregos no setor de serviços, frequentemente em regime temporário. A expressão “McJobs” – uma óbvia referência aos jovens balconistas da rede de fast-food McDonald’s – tornou-se um estigma para esses novos postos de trabalho que proliferam nas economias desenvolvidas. (p. 67).

Chomsky (2017) também alerta que para os donos do mundo está tudo bem. Visivelmente que o futuro deles e dos seus descendentes estarão garantidos. O resultado desta concentração de riqueza recairá sobre a grande parcela da população. A ela será transferido o fardo de manter-se economicamente. O Estado começa a se ausentar, mas como veremos, não para todos.

Com o Estado se ausentando, a responsabilidade do cidadão é somente dele. Os donos do poder querem e fazem com que a sociedade acredite ser culpada por seus próprios fracassos, social e/ou econômico. O fardo¹⁰ do Estado se transfere para o indivíduo e claramente que este saberá se virar por si só, na lógica do Self-made man. Ledo engano. O que se vê, entretanto, é que o mesmo Estado que não auxilia os pobres, não mediu esforços para socorrer uma dúzia de banqueiros, como por exemplo, Citibank, Goldman Sachs, JP Morgan Chase, AIG, além da General Electric, em 2008, quando estiveram, como diz Henry Paulson¹¹ (2010), à beira do abismo. A grande bolha prestes a estourar movimentou mais de 700 bilhões de dólares dos

¹⁰Por fardo compreenda-se o peso da responsabilidade. Neste sentido, o que é pesado para o Estado é transferido para o indivíduo. Ou seja, caso o sujeito esteja sem condições de manter-se, não será o Estado que deverá subsidiá-lo enquanto necessitar. N.A.

¹¹Secretário do Tesouro dos Estados Unidos entre junho de 2006 e janeiro de 2009. Depois de salvar os onze maiores bancos de investimento dos Estados Unidos, deixou o cargo de secretário e voltou a ser CEO da Goldman Sachs, o maior entre os salvos. Para uma melhor compreensão dos bastidores da crise de 2008 indicamos o filme **Grandes demais para quebrar (Too big to fail)**, do diretor Curtis Hanson. Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vj2YwEBtyJ8>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

cofres públicos para não iniciar uma nova Depressão. O fardo de manter o ricos ainda ricos ficou com a população, digo, pobres. Para Chomsky (2017):

(...) O que importa mesmo são apenas os setores da sociedade que mantêm privilégios. Eles precisam ter um Estado poderoso para subsidiar pesquisas e desenvolvimento nas mais diversas áreas, fornecer proteção se enfrentarem dificuldades, a ponto de precisarem ser socorridos, e ter uma poderosa força militar para controlar o mundo. São fatores de grande importância. Contudo, se, digamos, três quartos da população caírem na estagnação, isso não lhes é preocupante – aliás, o que acontecer com a próxima geração lhes é ainda menos preocupante. (pp. 67-8).

Podemos observar então a distribuição cada vez mais desigual das riquezas nacionais, sendo que a plutocracia nunca fora tão ínfima e tão rica. Já o proletariado entrava em um ciclo de precarização do trabalho, dando origem à melhor forma de representação do conceito de precariado. As políticas do New Deal fizeram com que a arrecadação do Estado viesse majoritariamente da produção e da taxaço de grandes fortunas e tributaço dos dividendos. Não à toa o maior crescimento econômico dos Estados Unidos – até dos pobres – tenha se dado entre 1950 e 1960. Entretanto, 1970 chegara e com ela, como já vimos, a implosão do sistema. A partir deste momento não se parou mais de reduzir os impostos dos ricos e aumentar os tributos sobre o consumo e renda, como salários, ou seja, aumentando para os pobres. Para se ter uma ideia, Harvey (2012, p. 35) reitera que a consolidação monopolista deu-se quando “os impostos corporativos sofreram uma dramática redução e a faixa mais alta passou de 70% a 28%, naquilo que foi denominado ‘a maior redução de impostos da história’” – para os ricos. O discurso utilizado foi e ainda é sempre o mesmo, que com tal diminuição da carga tributária, os empresários gerariam mais empregos – isto nunca ocorreu, nem se pretende ocorrência. A pergunta que fica é: será que o capital que a GE deixa de pagar ao Estado é inferior à manutenção de seus funcionários? A General Electric claramente gera bastante empregos, no entanto, não paga nenhum imposto¹². Para Harvey (2012, p. 43), “não admira que o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo em 1996 tenha sido ‘igual à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial – 2,3 bilhões de pessoas’”. Vinte anos depois, precisaríamos menos de 10% destes ricos para empatar com a outra metade da população mundial.

A lógica econômica do Estado se dá através do consumo, da circulação de capital. Políticas auxiliares de renda, são, portanto, a melhor estratégia para a economia “girar”, gerando empregos, diretos e indiretos, bem como outras formas de renda. Assim, a sociedade se desenvolve em equilíbrio, contudo, a elite não se importa com o Bem-Estar de todos, nem

¹²CHOMSKY, 2017, p. 71.

possui interesse que todos pensem no bem-comum. Para tanto, o individualismo é a chave para o desequilíbrio e a solidariedade, deste modo, o ponto a ser atacado.

2.2.3 O ataque à solidariedade

“A solidariedade é algo muito perigoso”¹³. Com essa citação iniciamos um dos princípios mais efetivos para o controle total da elite sobre os pobres. A solidariedade deve ser atacada, na perspectiva da elite, pois atinge a tese fundamental do liberalismo: a individualidade. Não pensar no coletivo ou na ideia de comunidade é o passo para o egoísmo. E quando um sujeito deixa de se importar com o outro, a solidariedade perde. O poema Intertexto de Brecht ilustra bem a lógica não solidária. Por isso, pensar que em economia o que impacta o outro não afeta a nós é um erro à não cometer.

Ora, se o mecanismo parte da lógica protestante, é imprescindível que o papel do indivíduo seja valorizado em detrimento do coletivo. O Self-Made-man não pressupõe que todos se ajudem em algum grau e solidariedade é exatamente isto. Tratando-se de economia, paga-se impostos para que o Estado mantenha suas instituições em pleno funcionamento. Neste sentido, recolhe todas as tributações e realoca em serviços públicos de forma que todos possam utilizar, seja na educação, saúde, segurança, moradia, aposentadoria, em outros termos, na previdência social. A educação já vimos ser atacada para fins ideológicos – e na perspectiva smithiana do tudo para nós. Nós, uma vez mais, não significa todos nós, mas a elite. E a funcionalidade ocorre com as privatizações. Chomsky (2017) nos explica o estratagema:

A primeira coisa a fazer é cortar suas verbas. Feito isso, não funcionará mais. As pessoas ficarão revoltadas e depois vão querer outra coisa que a substitua. É uma técnica padrão, a que se costuma recorrer para conseguir a privatização de um determinado sistema. (p. 82).

Como vivemos em uma democracia restringida, por que a informação que nos chega também não seria? As poucas informações somadas a uma política de doutrinação liberal – destarte, a doutrinação comunista e/ou socialista, nesta ótica, torna-se uma falácia –, em vista disto, da individualização da sociedade é o modelo perfeito para que as pessoas sejam induzidas a pensar favoravelmente à ideia da meritocracia. Sendo assim, se algum sujeito possui filhos e estes precisem de escola que o indivíduo trabalhe para pagar. E se ele não puder pagar, por que deveríamos pagar para ele? Facilmente o indivíduo começa a pensar que se o outro não consegue pagar é porque não se esforçou para tanto. O que não se enxerga, se fossemos adaptar

¹³Ibidem, p. 81.

o pensamento meritocrático, é que o sujeito não conseguiu porque é muito difícil, mesmo com esforço, vencer um sistema que fora projetado justamente para que ele não consiga. E muitos não-elitistas que conseguem, não entendem que eles podem ter conseguido por uma conjuntura específica momentânea, que talvez não estivesse mais disponível em outras oportunidades, em um corriqueiro caso de políticas de governo. O exemplo do cidadão pode ser transferido para as instituições públicas, neste caso, quando estas não conseguissem se autogerir, por que deveriam as pessoas auxiliá-las? Coerentemente seríamos levados a pensar “deixe que quebre”, contudo, para tentar diminuir o “prejuízo” à sociedade, o discurso visa a obtenção de algum último valor com a privatização da estatal.

Contudo, nem se questionam de que com o serviço privado, a produção dele será cobrada: a alienação começa a fazer sentido. Assim foi com a educação universitária, com as medicações e planos de saúde, bem como com as habitações, o qual em 2008 ocasionou uma bolha no sistema financeiro através do processo hipotecário. Para não se repetir 1929, o Governo foi solidário para com os onze maiores bancos dos Estados Unidos e nada solidário com seus 200 milhões de cidadãos, que Santos (1998, p. 13) denominaria apenas de consumidores, pois, em suas palavras, “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”, visto que não participam da política nas diversas esferas possíveis, limitando-se apenas a viver uma vida de consumo de bens e trabalho do qual deixam as ações de cidadania à parte. O resultado da bolha, bem apresentado pelo documentarista e ativista, Michael Moore (2009), foram milhares de pessoas sem uma moradia, com seus lares fechados pelo Governo com tapumes, obrigando as pessoas à irem morar em albergues, casas de parentes e amigos, quando não em praças e ruas. Já considerando outro documentarista, Curtis Hanson (2011), neste ínterim, menos de vinte homens ficaram ainda mais ricos devido às fusões orientadas pelo Estado. Entre esses homens, estão alguns que pressionariam o presidente Obama à não implementar o Sistema Nacional de Saúde através da Lei de Proteção ao Paciente e do Programa de Assistência Médica Acessível. Para não permitir a solidariedade, de acordo com Moore (2001), encaminha-se, coercitivamente, a sociedade para os planos de saúde privados, sendo que, na contramão de tais planos, em 2001, mais de 50 milhões de estadunidenses viviam sem qualquer assistência em saúde e muitos dos que tinham, contraíram dívidas com tais serviços, decorrendo disto a perda de suas casas, através das hipotecas. Como diz Chomsky (2017, p. 87) em complemento, a ideia de um plano de saúde público não tinha “aceitação pública”, mesmo que parcela da sociedade aprovasse tais medidas, pois, “todavia, isso não é apoio político – afinal, apoio político só pode vir da Goldman Sachs, do JP Morgan Chase”.

O ataque a solidariedade fica bem mascarado quando se apresenta de forma romântica ou motivacional associado à uma baixa criticidade sobre o contexto mor. A mídia, a mesma que atua no princípio de modelagem ideológica, é utilizada aqui, através das produções cinematográficas. Afinal, não são poucos os filmes que mostram histórias de superação, de pessoas que saíram “de baixo” e “venceram” no sistema, ascendendo socialmente, fazendo-se através de seus esforços – o que não é mentira, mesmo que esconda uma profunda problemática. O sujeito se esforçou, sem dúvidas, entretanto, quantos também se esforçaram – talvez até mais, e não obtiveram sucesso? A propaganda se vale do exemplo vencedor, ignorando a explicação de que para um vencer é necessário que muitos outros percam. Ainda assim, é mais comum ouvirmos argumentos que tentem justificar o fracasso da maioria do que a elaboração do questionamento elementar: por que todos não podem vencer? Jessé Souza (2018) é enfático ao criticar a falácia da ideia de meritocracia, pois

(...) ela legitima privilégios injustos atribuindo-os ao “mérito individual” – a tal “meritocracia” hoje tão em voga – e chega até mesmo a culpar as vítimas do abandono pela sua própria exclusão. (pp. 16-7).

A falta da solidariedade é nítida quando se analisa o decréscimo de trabalhadores sindicalizados e a não consciência acerca da união dos trabalhadores, desencadeia processos decorrentes, como diminuição dos direitos trabalhistas bem como da qualidade e remunerações dos postos de trabalho. Isto posto, como reivindicar em grupo quando se vive em uma sociedade individualista? Por isso o conceito é Self-made-man e não Self-made-class. Esta ausência (*de solidariedade*) pode ser observada, também, nos discursos de imigrantes já estabelecidos e, uma das ideias difundidas no imaginário social é de que novos imigrantes somar-se-iam à disputa de vagas por empregos. Este pensamento, nada coletivo, faz-nos compreender os motivos pessoais de muitos latino-americanos, em 2016, terem depositado votos no Partido Republicano de Donald Trump, de campanha pró-muro e de endurecimento jurídico-policia em relação aos imigrantes ilegais. Conseguir fazer com que os eleitores tomem decisões na contramão de suas ideologias é um demonstrativo do domínio e controle eleitoral que veremos à seguir.

2.2.4 O controle dos reguladores e das eleições

É impossível tratar do tema regulação de mercado sem voltar à crise de 2008, à qual foram os próprios bancos os causadores do problema, que solicitaram resgate financeiro para o Governo, pressionando ainda o próprio Governo a não regular o mercado financeiro. Ou seja, obrigaram o governo a não se envolver na economia, a não controlarem mais as regras do sistema, porém, quando do crime fiscal realizado recorrem aquele que desejavam distância dos

processos. Ora, um Estado realmente liberal, deixaria os onze bancos quebrarem, entretanto, como um Estado como o dos Estados Unidos, altamente belicista, poderia deixar tais bancos quebrarem, levando com eles, por exemplo, uma General Eletric que produz, além de geladeiras, aviões de caça que bombardeiam o Iraque? Observamos, segundo Chomsky (2017), que o Estado está submetido à ordem de grandes capitalistas e, por conta disto, os grandes capitalistas são grandes demais para quebrar.

O que nos interessa neste ponto é que houve uma forte participação e controle do Estado. Aliás, nenhuma grande economia no mundo, que produza Bem-Estar social surgiu/desenvolveu-se sem a presença de um Estado forte, por vezes, interventor. No caso dos Estados Unidos, durante a Grande Depressão, explica Purdy (2017), que uma forma de controlar as ações financeiras fora criar regras que separassem os bancos de investimentos, que arriscam seus capitais na Bolsa de Valores, dos bancos comerciais, os quais são segurados pelo Estado de modo a manter movimentações básicas para usuários de fora do sistema financeiro. Tais regras foram impostas pela Lei Glass-Steagall. Essa regulamentação estatal seria desfeita nos anos 1990. Menos de vinte anos depois, os Estados Unidos sentiriam os nefastos resultados da bolha imobiliária – já tratada anteriormente.

Quando falamos dos regulados que almejam regular, temos no Governo Clinton este exemplo. Conforme Chomsky (2017), foi Robert Rubin¹⁴, que após efetivado o plano deixou o Governo e assumiu a cadeira do Citigroup, um dos envolvidos na crise de 2008, gerada pela desregulação criada por seu próprio diretor. Creio ficar claro o círculo vicioso. Para escancarar ainda mais a problemática, Rubin, em 2009, deixou o Citigroup e se tornou o principal consultor econômico de Barack Obama – não fica difícil imaginar qual grupo financeiro mais fora beneficiado pós-2009. Atualmente, ele é alto funcionário da Goldman Sachs. Por sinal, o atual secretário do Tesouro Americano, desde 2017, quando assumiu Donald Trump é Steven Mnuchin, também funcionário da Goldman Sachs por 17 anos, atuante em fundos de cobertura (seguros) e chefe do financiamento da campanha durante a eleição de Trump. São as constituições de lobbies que ditam o ritmo da economia estatal.

Segundo Purdy (2017), a regulação da economia durante o New Deal alavancou os Estados Unidos à maior potência mundial, pois, atuava nas diversas áreas: produção, serviços, obras públicas e mesmo aos inativos subsidiava uma previdência. Ao longo dos anos, principalmente pós II Guerra Mundial, a sociedade começou a se estabelecer, as pessoas foram

¹⁴Trabalhou durante 26 anos para a Goldman Sachs antes de ser secretário do Tesouro no Governo Clinton. Após participar do processo de desregulação do sistema financeiro assumiu posto de direção no Citigroup. (CHOMSKY, 2017).

se organizando, a população usufruía dos bens de consumo e adquiriam propriedades – carro e casa. Esse crescimento era geral, de outro modo, os negros ascendiam no campo do consumo tanto quanto os brancos, conseguindo, durante os anos 1950/60 pagar os estudos de seus filhos na universidade, o que acarretaria um “problema”, visto que a ascensão social desta parcela mais baixa da sociedade beirava o ultraje. Desregular o sistema era, portanto, a fórmula para aumentar as concentrações, tanto de riqueza e poder, como de pobreza e alienação, mantendo, desta forma, a ralé ordenada. Mas a desregulação veio na década de 1970 e na posterior iniciaram-se as falências e as intervenções do Estado, o que para Harvey é contraditório no sistema neoliberal, como ele bem explica:

Os Estados neoliberais tipicamente facilitam a difusão da influência das instituições financeiras por meio da desregulação, mas também é muito comum que garantam a todo o custo a integridade e a solvência de tais instituições. [...] isso significa, paradoxalmente, que o Estado neoliberal não pode tolerar fracassos financeiros de grande monta, mesmo quando foram as instituições financeiras que tomaram as más decisões. O Estado tem de entrar em ação e subsidiar a moeda “ruim” por sua moeda supostamente “boa”. [...] o poder do Estado tem sido usado com frequência para resgatar empresas ou evitar fracassos financeiros, como foi o caso da crise de poupança e empréstimo norte-americana de 1987-88, que custou aos contribuintes cerca de 150 bilhões de dólares. (HARVEY, 2012, p. 83).

Sobre as falência e intervenções, Chomsky (2017, pp. 96-7) enumera-as, partindo de 1984 quando diversos bancos estavam indo à bancarrota. O Estado interveio, realizando “a maior operação de resgate da história americana à época” e não pararia mais, havendo, no governo Reagan outros resgates em 1987. Em 1990, nova crise, agora com a especulação do setor tecnológico. Na virada do século, quase ocorreu o estouro da bolha das Ponto.com¹⁵. Da aniquilação das normas de separação dos bancos juntamente as corriqueiras crises financeiras, o floco de neve virou uma bola. No governo Bush, com o boom imobiliário, o império quase declinou. O Estado sempre socorrendo, recorreu as fusões, sabendo que apostara, quiçá, suas últimas fichas e em cartada arriscada, afinal, se a plutocracia não parou de correr atrás de seus lucros egoístas antes de 2008, por que parariam agora? Os bancos grandes demais para quebrar, como afirma Chomsky (2017, p. 98), “estão preparando a próxima jogada”. Como não houve punições, estas grandes corporações tornaram-se também grandes demais para a cadeia. Envolveram-se tanto dentro do Estado que possuem os títulos da dívida pública, o qual compram e revendem pensando nos próprios lucros, muitas vezes vendendo a dívida até para outros Estados, como o russo e o chinês.

¹⁵Assim conhecida, esta bolha refere-se a especulação ocorrida entre 1995 e 2004, tendo seu pico em 2000, onde ficou caracterizado uma forte alta das ações das novas empresas de tecnologia da informação baseada na Internet. Muitas delas, na virada do século, submeteram-se a fusões e vendas, outras tantas declararam falência. (CHOMSKY, 2017).

Dominar os reguladores foi um dos passos mais importantes dado pelos donos da sociedade, pois como faremos para regular o sistema econômico, se quem coordena as regulações são os representantes da desregulação, para não chegar ao extremo de dizer que quem manda no Tesouro estadunidense é a Goldman Sachs? Essa é a realidade do livre-mercado: livres para comercializar como quiserem, menos para ir à falência, de modo a fazer do Estado, uma presença máxima. Já a outra forma de controle, das eleições, sempre se deu através do capital. A diferença é que antes da década de 1970, o capital era indireto, em formas de propaganda, mídia. Da década em questão para os tempos presentes o dinheiro passou a ser entregue em espécie, ou seja, para financiamento efetivo de campanha. Mas qual o problema disto? Em uma disputa sem regras e limites para o investimento de capital, tende-se a vencer os que possuem maior quantidade de capital. Aliado a este fator, a modelagem ideológica gera as alienações produzidas na sociedade, esta, inconsciente do processo consente o mover desta engrenagem.

O exagero, nada constrangedor, dos grandes capitalistas foi conquistado através de decisão judicial. Conforme Chomsky (2017), as empresas passaram a ser consideradas, em direitos, igual a pessoas civis, podendo doar verbas para as campanhas – muitas verbas, por sinal. O capital passa a investir na campanha para colher os lucros após o candidato ser eleito, no qual seu governo estará indiretamente submetido a pagar de forma política a sua eleição. Um ditado popular alegoriza o que tentamos explicar: “quem paga a banda escolhe a música”.

No entanto, o controle das eleições vai muito além, entendendo que os demais princípios estarão em harmonia, neste sentido, a restrição democrática associada com a modelagem ideológica geram um consenso de que a política ocorre somente a cada quatro anos. A eleição, assim, estaria controlada antes mesmo de a campanha começar.

2.2.5 Mantendo a ralé na linha e fabricando o consenso: a marginalização da população

A relação Estado e sindicato foi de um extremos ao outro em questão de trinta anos. Enquanto Roosevelt, o Franklin, incentivava os protestos como forma de legitimar sua aprovação à emendas políticas, Reagan dava carta branca aos empresários para esmagar as greves, fossem violentas ou não, com demissões em massa ou corte de pontos. Nas palavras de Chomsky (2017), Roosevelt dizia: “forcem-me a fazer isso. Se vocês conseguirem, terei satisfação em fazê-lo” (p. 125), já Reagan: “Se vocês querem acabar ilegalmente com as ações sindicais e as greves de forma ilegal, sigam em frente” (p. 128). O resultado? Atualmente menos de 7% dos trabalhadores estadunidenses são sindicalizados.

Ao mesmo tempo, é normal observarmos o empresariado discursar sobre a geração de empregos, mas o que querem mesmo é gerar lucros. O que se apresenta é apenas um ajuste retórico. Também é normal, não no sentido da retórica, mas de uma readequação conceitual, ouvirmos sobre classe social¹⁶, do qual pouco se fala e quando sim, simplifica-se as classes de renda (alta, média e baixa) denominando-as com referência ao seu poder de compra, até porque, não podemos esquecer que estamos em uma sociedade do consumo. Como problematiza Souza (2018), quando se perde a noção real da classe, como ter consciência?

Na realidade, classe é muito simples de se entender, Chomsky (2017), as define em quem dá as ordens e quem as obedece. Melhor dizendo, só existem duas, a alta, a elite e a baixa, proletários, desocupados que funcionem como um exército de reserva, de modo a permitir tensionamentos por parte do empregador, e finalmente, os marginalizados, vulneráveis, em situação de mendicância, ou seja, a ralé. Mas tal ralé não é desprezível, pelo contrário, é fundamental para a manutenção do status quo.

Veja bem, se os trabalhadores, configurados que são como classe baixa, podem observar o sofrimento e realidade da ralé, eles farão o possível, quando não o impossível, para não se tornarem ralé. Assim se afetam as relações de trabalho e de poder, propriamente dita. Por esta lógica, a ralé não pode deixar de sê-la, necessitando permanecer exatamente onde está, evitando a ascensão social, em outras palavras, mantendo a ralé na linha. Enquanto essa ralé não consegue emprego, o discurso dominante trata de crises e/ou recessos econômicos, invisibilizando a estruturação do desemprego. Retomando Magnoli (1997), estas pessoas serão aquelas que aceitarão qualquer contrato, justamente porque qualquer um seria melhor que nada. O desemprego estrutural afeta também, em seu esquema, os empregados, pois na ponta inversa está o trabalhador sendo pressionado por uma ralé desejosa de uma demissão. Assim se criou a classe média, um grande contingente de pessoas manipuladas à acreditarem que poderão chegar no topo da pirâmide social e que, para tanto, se esforçam para isso, enquanto esse esforço serve para não se tornar ralé. Neste ininterrupto esforço de todos os indivíduos, a minoria opulenta fica cada vez mais opulenta. E este sistema plutocrático não para nunca. Visando cada vez mais lucros, não podendo mais atacar a ralé que já nada possui, parte para o ataque da classe média criada por eles mesmo, ainda assim, a classe média não enxergará tal ataque, devido à fabricação do consenso gerado a partir da modelagem ideológica.

¹⁶Por classe social, utilizaremos, de acordo com Quintaneiro (2000), a definição marxiana que compreende classe como sendo um conjunto de agentes sociais inseridos nas mesmas condições no processo de produção e que partilham de afinidades políticas e ideológicas.

Todavia, antes de falarmos de um consenso fabricado no campo econômico, falaremos, brevemente de um consenso ideológico: peguemos o caso de Maquiavel. Desde muito tempo, O “pai da política moderna” é tido como um homem inescrupuloso, que pouco se importa com as pessoas em geral, que faria de tudo para manter o poder e, conseqüentemente, a sociedade calma. Uma ideia de “maquiavélico” formou-se como sinônimo de que a ética pode ser moldada para o bem e para o mal conforme o egoísmo de se ter o que se quiser. Ora, entendendo Maquiavel e uma de suas obras podemos ver em O Príncipe, um tratado escrito de forma simples, de como o governante conquista e mantém seu poder, mas, o que se esconde é como o povo poderia intervir de diferentes maneiras. Como afirma o historiador e cientista político Francisco Weffort: “Maquiavel, fingindo dar lições aos príncipes, deu grandes lições ao povo” (ROUSSEAU, apud. WEFFORT, 2006, p. 14).

Se o povo entender isto, o status quo repressor e autoritário estará arruinado. Quem primeiro observou isto foram os donos da sociedade, que deram início a indústria de relações públicas. No início do século XX, a força repressiva não barrava mais as conquistas trabalhistas, eleitorais, entre outras. A repressão, então, se daria através da propaganda – sem violência. O entendimento político do momento seguia o mesmo do período da fundação republicana: o governo deve ser representado pela minoria opulenta, grupo de “pessoas instruídas e inteligentes”¹⁷, quer dizer, a elite. Contudo, a maioria, o povo, poderia reivindicar e é neste momento que se recorre ao que Chomsky (2017, p. 142) chama de “engenharia do consentimento”. De forma resumida, o autor explica Edward Bernays:

Segundo ele, como boa parte da população era burra demais para entender determinadas situações, a elite deveria manipular a concordância da população com respeito às decisões da minoria inteligente. (CHOMSKY, 2017, p. 142).

Todavia, antes de retirar o povo da arena política era necessário ingressá-lo em uma sociedade da qual ele se sentisse confortável: a de consumo. Instaurar uma sociedade de consumo implica, ao mesmo tempo em que se reorganiza o mercado, fabricar consumidores, isto é, faze-los consumir coisas que, se pensassem melhor, admitiriam supérfluos – foi assim com a moda, com o cigarro, com produtos e serviços diversos. Na década de 1950/60, muito por conta da Guerra Fria, Purdy (2017) refere que a indústria da publicidade atuou também ideologicamente na América Latina com seus desenhos da Disney de modo a aproximar do restante do continente o jeito estadunidense de viver. Em relação à sociedade de consumo, esta efetiva-se através da irracionalidade do consumidor. A evolução da vida em consumo desenvolveu-se a tal ponto que o indivíduo mesmo não querendo obter um novo produto, se

¹⁷CHOMSKY, 2017, p. 141.

obriga a fazê-lo por problemas que surgem, propositadamente, o que se denomina obsolescência programada. Poderíamos pensar em um consumidor reclamando do que fora oferecido/entregue ou que escolheria melhor e/ou com maior consciência no momento da compra seguinte, porém, segundo Chomsky (2017), não é o que ocorre, pois tais propagandas são feitas de modo a não habilitar o consumidor para um senso crítico, afinal, um hábil consumidor deixaria de adquirir os produtos em questão.

O serviço de propaganda é também, por conseguinte, o mesmo serviço que gera desinformação, (des) conscientização, o que por fim resulta na irracionalidade das escolhas. Chomsky (2017) e Santos (1998), entendem que podemos utilizar a mesma lógica com relação à política, eleições e candidatos. Neste caso, o eleitor compara-se ao consumidor, pois pratica política apenas no momento de digitar seu candidato na urna, excluindo-se das práticas cotidianas, por assim dizer, dos atos de cidadania. Para ambos os autores, a insuficiência de informações qualificadas para uma equilibrada reflexão acaba por fazer o eleitor “comprar” o candidato mais bem oferecido – as empresas de publicidade vendem candidatos – e não efetivamente o melhor. Se a irracionalidade do consumidor no momento da compra faz-se em aquisição de um produto que não queria, da mesma forma o eleitor escolherá alguém que não representará seus ideais e suas ambições. O problema, que fica escondido, ocorre por conta das decisões democráticas – o povo escolheu, o povo opinou, em outros termos, por um processo legítimo.

Aqui cabe uma explicação sobre a fabricação de informações e a transformação em opinião. Começa pelo fato de que a maioria das pesquisas são encomendadas por setores privados – dos quais devem possuir algum interesse e que os órgãos responsáveis, muitas vezes públicos e/ou universitários, acabam por legitimar. Associe à isto uma educação historicamente ineficiente quanto ao sentido reflexivo, somando a conjuntura de alienação coercitiva e o resultado é um sujeito que facilmente interpretará os questionamentos de forma equivocada. Peguemos como exemplo o tema aborto. Se a sociedade for chamada à um plebiscito, sobre a descriminalidade de tal, o resultado tenderá a ser negativo pois é facilmente associado à aprovação da realização do aborto. Para Bourdieu (s/d.) isto aconteceria em decorrência dos indivíduos não refletirem sobre a possibilidade de não aprovar o aborto ao mesmo tempo em que não criminalize aqueles que realizem. Se observasse por tal perspectiva, a sociedade não criminalizaria, como ocorre em países que discutem de forma séria este assunto tabu – curiosamente, tais Estados apresentam uma desigualdade socioeconômica entre as classes pouco espaçada. O interessante é que isto pode ocorrer com qualquer tema, desde os mais simplórios, passando pelos historicamente morais até a definição de um presidente. Dessa

forma, seguindo o raciocínio do sociólogo francês, a opinião pública não existe, sendo nada mais do que o reflexo da opinião privada legitimada por uma manifestação consensual construída externamente ao entrevistado. Quando a sociedade compreende que não concorda com a escolha realizada já é tarde – e no âmbito político e econômico, os retrocessos sociais, direitos individuais e/ou avanços na concentração de riqueza e poder já ocorreram. Não à toa grandes empresas investem cada vez mais capital em campanhas eleitorais.

Neste ponto, a sociedade foi colocada no princípio-fim do mecanismo analisado: sua marginalização. Após os fundamentos estarem alicerçados, os desejos da plutocracia são realizados, ou seja, efetiva-se a ocorrência de políticas oligarcas que atendam somente aos interesses corporativos, diminuindo, até a exclusão, os investimentos em programas sociais. Entretanto, como dissemos, a sociedade se dá conta e, segundo o raciocínio de Chomsky (2017), passa a odiar as instituições, por exemplo, as estruturas governamentais, em outras palavras, o Estado.

Esse ódio ao Estado e as suas atuações serão manipuladas de modo que o sujeito não queira mais intromissão do Estado. A utilização renovada do discurso do Estado mínimo que pouco atua na vida das pessoas e não “corrompe” a economia passa a ganhar força, predominando dentre alguns grupos de vitoriosos nas eleições. Este é o gatilho final do projeto do qual a finalidade é a corrosão das relações sociais e o conseqüente culto ao individualismo. A solidariedade que antes era atacada, agora será destruída. Ódio e falta de razão andam de mãos dadas e neste cenário que poderia surgir uma figura carismática que soubesse concentrar todos os ódios e irracionalidades fabricadas – é o caso de Donald Trump. Quanto à ele, Chomsky (2017) diz que:

Ele recebeu um apoio enorme de pessoas com raiva e ódio de tudo e todos. Tanto é assim que, sempre que Trump faz algum comentário horrível a respeito de alguém, sua popularidade aumenta. É uma popularidade assentada em sentimentos de ódio e medo. O fenômeno que estamos vendo aqui é de “ódio generalizado”. Em grande medida, por parte de pessoas brancas, da classe operária, de integrantes da baixa classe média, de pessoas que ficaram abandonadas e esquecidas durante o período do neoliberalismo. (p. 159).

Já sobre os eleitores dele:

Em 2008, muitos dos seguidores de Trump votaram em Obama, acreditando na mensagem de “esperança e mudanças”. Porém, viram muito pouca coisa ser feita e, agora, desiludidos, foram seduzidos por um impostor oferecendo uma mensagem diferente, mas que poderá levar a uma reação terrível quando sua imagem desmoronar. Todavia, os resultados dessas promessas poderiam ser muito mais promissores se houvesse um programa autêntico e expressivo, que verdadeiramente infundisse esperança na população e promettesse gerar de fato, com a devida seriedade, mudanças extremamente necessárias. Em vez disso, a resposta a esse estado de coisas é a manifestação de um ódio generalizado contra tudo e contra todos. (CHOMSKY, 2017, p. 160).

Por fim, essa engrenagem de acumulação sem limites de capital, fez com que os Estados Unidos chegassem, em 2018, ao maior número, em sua história republicana, de pessoas em situação de rua. Em números, de acordo com o jornal BBC (2018), os Estados Unidos apresentavam mais de 553 mil pessoas sem teto, destas, 75 mil em Nova Iorque, além de idosos que necessitavam retornar para a casa de seus filhos, como apresentado no documentário *Capitalismo: uma História de amor* de Moore (2009). Essa desigualdade econômica pode ser observada ao redor do mundo, onde, conforme o jornal alemão DW (2018), anunciou que os vinte e seis homens mais ricos possuíam o mesmo capital financeiro da metade da população mundial, em outras palavras, 26/7.600.000.000, ou seja, 0,0000003%. Interessante é que de acordo com a revista Carta Capital (2017), em setembro de 2017, no Brasil, os seis homens mais ricos possuíam o mesmo capital financeiro dos 100 milhões mais pobres. Levando-se em consideração a população mundial, 7,6 bilhões, consoante dados da ONU (2018) e a brasileira, 209 milhões, baseado nas informações do IBGE (2019), obtemos o mesmo percentual de plutocratas, característico de um sistema capitalista, onde o Estado esteja ausente da função de regulação do mercado. Neste sentido, a concentração de riqueza é ao mesmo tempo a concentração de pobreza.

Apresentado, enfim, o mecanismo por trás deste processo e seu funcionamento, vamos apresentar como os princípios chomskianos estão sendo aplicados na sociedade brasileira. Entretanto, antes e mais do que comparar os processos aplicados, bem como suas peculiaridades, vamos discorrer sobre os motivos que levaram o Brasil a mudar a rota de suas políticas e se alinhar à uma extrema direita associada ao neoliberalismo, ou seja, as ordenações geopolíticas estadunidense. É, portanto, este processo histórico que abordaremos no capítulo à seguir.

3 UMA BREVE HISTÓRIA DO BRASIL: DA REVOLUÇÃO CAPITALISTA AO TEMPO PRESENTE

“A economia desse país só dará certo, o dia que a gente tiver consciência que nós temos que incluir os pobres no centro da economia”. (Luiz Inácio Lula da Silva)

A abordagem proposta neste capítulo visa uma síntese da História política e econômica do Brasil contemporâneo, partindo da Revolução Liberal de 1930 até o impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016. Curiosamente, dois golpes de Estado, todavia, sem nenhuma surpresa, em vista de que nossa República foi marcada por diversas rupturas institucionais. Dividido em duas partes, em um primeiro momento analisaremos os diferentes ciclos e pactos político-econômicos realizados no decorrer de nossa história republicana, utilizando fundamentalmente o economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira, enquanto que em um segundo, daremos ênfase para os programas socioeconômicos durante os governos socialdemocratas de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), recorrendo majoritariamente ao cientista político Bolívar Lamounier e ao historiador Jorge Ferreira.

3.1 O BRASIL DOS PACTOS

Quando tratamos de ciclos e pactos políticos, referencio e apresento resumidamente a tese de Bresser-Pereira (2014), o qual dividiu os períodos da história brasileira em quatro ciclos. Primeiramente, observamos os ciclos da *Sociedade e Estado*, onde houve diversos pactos políticos durante o período colonial. Já no período imperial, a denominação cíclica é *Estado e Integração Territorial*, onde ocorreu o pacto Oligárquico, que perdurou ainda durante a Primeira República até 1930. Neste ano dar-se-ia início o ciclo *Nação e Desenvolvimento*, ou ainda, Revolução Capitalista Brasileira, vigorando até 1977, sendo composta por dois pactos: o Nacional-Popular de 1930 e o Autoritário-Modernizante de 1964. Ambos os pactos foram liberais, o que não pressupõe nenhuma relação com a democracia, afinal, dos 47 anos de vigência do ciclo, houveram três golpes de Estado (1930, 1937, 1964) e outras três tentativas de (1954, 1955, 1961), logo, se somarmos o período do Estado Novo e do Regime Militar, temos 21 anos de ditadura política. Por conta disto, deu-se o pacto Democrático-Popular, em

1977, dando início ao quarto ciclo, chamado Democracia e Justiça Social, em vigor até 2014, quando ocorreria o primeiro sinal de ruptura institucional. Além do pacto já citado, outros dois complementam este ciclo: o pacto Liberal-Dependente de 1991, que aproximou a economia brasileira das premissas do chamado Consenso de Washington¹⁸, e o último, o Nacional-Popular de 2006, onde se observou a maior ascensão social popular da história desse país.

Desta periodização, abordaremos apenas os dois últimos ciclos, que coincidentemente começa e termina com um pacto Nacional-Popular – o de 1930 e o de 2006. O primeiro ciclo analisado tem uma preocupação voltada para o desenvolvimentismo nacional, implantado no governo Vargas, visando a industrialização do país e a independência da política dos baronatos do café, e mantido, apesar de efetivado o golpe civil-militar de 1964 – o qual já se ensaiava desde antes do suicídio do “pai dos pobres”, dez anos antes – até 1977. Deste ano em diante, a agenda política passava a atender as liberdades democráticas, que culminaram com a abertura política que geraram os movimentos da Anistia, das Diretas-Já, da Assembleia Constituinte, dos Caras-Pintadas e até das Manifestações de Junho/2013. Este pacto pela democracia, mais do que almejar a questão política, se preocuparia com a conjuntura social, o que muito provavelmente, por conta deste viés é que tenha sido rompido.

3.1.1 Os Pactos pelo Desenvolvimento

O primeiro acordo realizado no Brasil com vistas a um processo desenvolvimentista aconteceu em 1930 quando ocorre a ruptura da institucionalização das oligarquias cafeeiras e sua estrutura semicolonial, atrasada e desindustrializada. Se fazia surgir uma nova classe média burguesa que contrapunha a velha elite¹⁹, mesmo que entre eles estivessem, também,

¹⁸Assim ficara conhecido um conjunto de medidas teóricas estabelecidas pelos principais economistas do governo estadunidense, bem como com o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, em parceria com os representantes do setor financeiro internacional, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. O texto final, como regras a serem seguidas foi produzida pelo economista John Williamson. Os tratados geopolíticos de ordem econômica passaram a seguir as indicações produzida pelo Consenso. N.A.

¹⁹É imprescindível que ressaltamos a conceituação de *elite* abordada aqui por diante. Lembramos que a palavra *elite* possui o significado original de escolha, isto é, a *elite* é o grupo escolhido – em alguns momentos por escolha divina, em outros, principalmente no mundo moderno ocidental, escolha da sociedade. Em síntese, a *elite* é, como define Marx, a classe dominante. Contudo, a definição de elite apresentada nesta monografia, levará em consideração as classes sociais a partir da faixa de rendimentos, de acordo com a Fundação Perseu Abramo e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em ambas a divisão se dá da seguinte forma: Classe A (acima de 20 Salários Mínimos), Classe B (de 10 à 20 SM), Classe C (de 4 à 10 SM), Classe D (de 2 à 4 SM) e Classe E (abaixo de 2 SM). Neste sentido, a *elite* a qual nos referiremos são as pessoas situadas na Classe A. As classes médias serão B e C, enquanto os pobres figuram nas classes D e E. Ver: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Classes Sociais no Brasil de Hoje. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/2013/05/ed01-fpa-discute.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019. Ver também: FGV. Qual a faixa de renda familiar das classes. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>>. Acesso em: 09 set. 2019.

personagens que faziam parte do antigo jogo político-oligárquico, mas, que não possuíam a representatividade para se evitar a hegemonia do sudeste. Faz-se mister lembrar que o Brasil antes de 1930 era, nas palavras de Luiz Carlos Bresser-Pereira (2014, p. 76):

(...) um país periférico, agrícola e subdesenvolvido, e sua estrutura social era simples. Sociedade semicolonial e de características quase feudais, com uma economia baseada no cultivo da terra, que estava nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, o Brasil era dominado por uma reduzida e poderosa oligarquia. Os senhores da terra, os fazendeiros, que se definiam como aristocratas, estavam tradicionalmente aliados aos grandes comerciantes dedicados ao comércio exterior e, depois da Declaração de Independência, ao capitalismo estrangeiro, inicialmente ao britânico e, mais tarde, já no século XX, também ao norte-americano. Esta oligarquia dominava não só a economia, mas também a política do país, de forma total e tranquila, dada a inexistência, no restante da população, de grupos sociais com um mínimo de consciência e força política para se opor.

A Revolução Liberal, como é chamado o golpe de 1930, de acordo com Bresser-Pereira (2014), não é, conceitualmente, de todo equivocado. O conceito Liberal dá-se pelo rompimento com os oligarcas, assim como, respeitando as peculiaridades, a burguesia rompera com a nobreza nas revoluções Gloriosa e Francesa. Já o conceito Revolução, é importante que se ressalte, não ocorre pelo viés político-estrutural, mas sim, pelo âmbito econômico. Neste sentido, o autor enxerga este processo histórico como a Revolução Capitalista Brasileira: capitalista pelo pontapé inicial ao desenvolvimentismo econômico-industrial e brasileira, pois o Estado, aproveitando o momento, construiu a identidade nacional, inexistente nos primeiros dois ciclos. Foi neste terceiro ciclo, chamado *Nação e Desenvolvimento*, que se observou a popularização do Estado e do sentido social. Não por menos Getúlio Vargas tornou-se símbolo deste processo, sendo o maior estadista brasileiro, liderando politicamente a nação por um quarto de século. Juntamente a isso, a independência econômica vai gerar a ideia de nação, pertencimento, identidade, cultura, em outras palavras, um povo. O Brasil, enfim, tornava-se um Estado-nação.

Obviamente que a Revolução Liberal não ocorrera isoladamente, melhor dizendo, sem que houvesse, no campo político e social, fatos que antecedessem a ação final. Bresser-Pereira (2014) elenca alguns destes fatos, como

(...) o surgimento de uma classe média mais atuante a partir das três últimas décadas do século XIX; a constituição do Exército, especialmente a partir da Guerra do Paraguai, com uma organização essencialmente de classe média, em oposição às origens aristocráticas da Marinha; a Proclamação da República, permitindo que durante uns poucos anos, até a eleição de Prudente de Moraes, a aristocracia agrária e comercial brasileira fosse substituída no poder por grupos de classe média; e as revoluções que nos anos 1920 abalaram a Primeira República, evidenciando a insatisfação que grassava em amplas camadas da população brasileira. (pp. 102-03).

Assim, o pacto Nacional-Popular de 1930 deixava de fora os donos do poder da então República Velha. Para se ter uma ideia dos avanços da nova política varguista, vejamos o alinhamento cronológico disponibilizado em Bresser-Pereira:

(...) em 1930 é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1931, o Conselho Nacional do Café e o Instituto do Cacau da Bahia; em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool; em 1934, o Conselho Federal do Comércio Exterior; em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional e o Instituto Nacional do Pinho; em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); em 1943, a Coordenação da Mobilização Econômica; em 1944, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). (2014, pp. 127-28).

Ainda de acordo com o autor (p. 128), o Estado transformava-se em uma tecnoburocracia e “teria papel decisivo no desenvolvimento econômico brasileiro até 1980”. O pacto Nacional-Popular apresentava e efetivava duas propostas: a industrialização e a popularidade acerca dos direitos civis. Dulce Chaves Pandolfi (2007) ressalta, também, o viés trabalhista do governo Vargas:

(...) entre 1931 e 1934 foi promulgada uma série de decretos e leis de proteção ao trabalhador. A jornada de trabalho no comércio e na indústria foi fixada em oito horas; o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; adotou-se uma lei de férias; foi instituída a carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias. Esse conjunto de leis e decretos culminariam, em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho. (pp. 19-20).

Como dissemos anteriormente, estes fatos não ocorreram de forma tão democrática, por vezes fora mesmo imposta. A política provisória de Vargas baseava-se em estados governados por interventores, o que lhe facilitava as práticas econômicas, todavia, também geravam revoltas, principalmente em São Paulo com a que ficou conhecida por Revolução de 1932, provocando uma depuração das elites civis e militar. Conforme Pandolfi (2007, p. 26), lideranças políticas foram alijadas do processo eleitoral, bem como “mais de 500 oficiais foram expulsos das Forças Armadas”. O governo respirava em ares repressivos, o que gerou movimentos contestatórios como o Integralismo com a AIB (Ação Integralista Brasileira) e o comunistas com a ANL (Aliança Nacional Libertadora). Outra depuração ocorreu em 1935 onde o Congresso, para manter-se em funcionamento, aprovou a Lei de Segurança Nacional. Em 1937, a divulgação do Plano Cohen²⁰ foi o ultimato ao Congresso aprovar o pedido de

²⁰Interessante lembrar que o Plano Cohen não condizia com a verdade, sendo um documento forjado pelo então capitão do Exército Olímpio Mourão Filho, o mesmo que quase trinta anos depois, já como general, colocaria os tanques das Forças Armadas nas ruas de Minas Gerais partindo em direção ao Rio de Janeiro para efetivar o golpe de Estado contra o governo Goulart. Olímpio curiosamente é tio do atual vice-presidente e também general, agora da reserva, Hamilton Mourão. Sobre o plano, o mesmo induzia haverem estudos de como implantar uma revolução judaico-comunista no Brasil, sendo tais feitos, relacionados a atividades da Internacional Comunista, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, desafeto político do então presidente Getúlio Vargas.

Estado de Guerra – este mesmo Congresso amanheceria cercado no dia 10 de novembro de 1937, data inicial do Estado Novo.

O rompimento com a elite era cada vez mais firme. O modelo trabalhista-nacional-desenvolvimentista funcionava tão bem, que mesmo em meio a uma política ditatorial, Vargas tinha apoio popular, afinal estava utilizando seus poderes para atender a demandas dos mais pobres. Porém, apesar de trabalhista, a questão sindical com Vargas também tinha suas limitações. Os sindicatos deveriam estar alinhados ao Estado e a unificação entre eles não era permitida. O trabalhador, agora sindicalizado, alinhado ao Estado, o qual lhe garantiu direitos e avanços nunca antes visto, caminhava à passos largos para o não enfrentamento nas “lutas de classes”, bem como seria um apoiador do governo. Se nos Estados Unidos, os aumentos salariais das empresas privadas, como a Ford, limitavam a ação dos sindicatos, no Brasil varguista, o próprio Estado realizava tal prática. A diferença é que nos Estados Unidos o empregado não poderia estar sindicalizado, no Brasil, o próprio Estado criara e manipulava tal movimento. A política varguista foi tão bem executada que, mesmo destituído do poder pelos militares no pós-guerra, em 1945, Getúlio voltaria em 1951 a presidência “nos braços do povo”. E é, de veras, facilmente compreensível, afinal, como afirma Maria Celina D’Araújo (2007), para um povo que nunca havia sido contemplado com férias, descanso semanal remunerado, fundo de garantia, jornada de trabalho estabelecida, como outros direitos, um governo autoritário, com diminuição de miserabilidade, era preferível à ter algumas liberdades. Souza (2003, p. 149) também ressalta a ausência democrática do período Vargas observada, por exemplo, na questão trabalhista quando diz que “a estrutura corporativa do Estado, antes destinada a abranger tanto trabalhadores quanto empresários na sua disciplina, termina por converter-se em um Estado autoritário modernizante”. Podemos dizer que de 1930 à 1977 tivemos um grande pacto autoritário-nacionalista-modernizante que por vezes foi popular.

Contudo, conforme o mesmo Souza (2017), essa ruptura com a ideia de dependência agrária jamais afastaria do cenário político a velha elite do atraso. À margem do novo jogo do poder, a elite agrícola manter-se-ia sempre à espreita, aguardando qualquer fragilidade político-institucional para tentar retornar ao poder. Não é que a oligarquia respeitasse o pacto, ela o tolerava, afinal ainda se tratava de uma economia capitalista. O rompimento dar-se-ia caso o Brasil se alinhasse ao bolchevismo soviético. Dutra (1946-50), Vargas (1951-54), Café Filho (1954-55) e Kubitschek (1956-60) não apresentaram tendências socialistas, sendo o último, símbolo do desenvolvimentismo com sua progressiva política de metas, baseada na industrialização não deixando a agricultura de lado, apenas implementando, conforme Vânia Maria Losada Moreira (2008), uma reorganização deste setor que passaria a atender a demanda

interna. O caricato Jânio Quadros também não era um político socialista, porém, abusou da paciência elitista, com a implantação da PEI (Política Externa Independente), das demarcações de territórios indígenas, com a criação do Parque Nacional do Xingu e o pior, condecorando Ernesto Guevara, o Che, um dos líderes da Revolução Cubana com a maior honraria nacional, a medalha da Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Por conta disto, ficou menos de um ano no poder, por erro próprio, quando renunciou, pensava em articular um auto golpe crendo na sua popularidade. Fracassou e, em vez varrer, como supunha a campanha eleitoral, foi, sim, varrido de Brasília.

Neste ínterim, a PEI, mantinha relações diplomáticas sem alinhamento ideológico, ou seja, tanto com os capitalistas estadunidenses como com os comunistas chineses, onde por sinal, estava João Goulart – vice-presidente e ministro do trabalho responsável pelo aumento de 100% do salário-mínimo no governo Vargas –, no dia da renúncia. A crise estava instaurada. A democracia, já ameaçada em 1954 e 1955, estava sob novo ataque. Jango, como era conhecido, estava proibido de desembarcar no Brasil. O golpe era iminente e só fora adiado por conta da resistência organizada pelo seu cunhado e governador sul-rio-grandense, Leonel Brizola, que iniciou uma campanha pela legalidade, ganhando apoio popular, bem como do Exército da região Sul. Tomando os meios de comunicações para orientar a sociedade, Brizola quase chegou ao ponto de armar o povo, enquanto aquartelava-se no Palácio do Piratini e convocando a massa para a resistência golpista. Venceu a pressão popular e Jango desembarcou para ser presidente do Brasil, com limitações de sua função visto a adaptação parlamentarista de governo (FERREIRA, 2008a).

Este sistema não duraria um ano, já João Goulart, três. A deposição de Jango deu-se, de acordo com Paulo Fagundes Vizontini (2008), por sua proximidade com os movimentos trabalhistas – os mesmos da Era Vargas – e por sua proposta de reformar as bases sociais da nação. O discurso da oposição de uma nova Cuba castrista no sul do “quintal” estadunidense fez com que houvesse o deslocamento de bases navais para a costa do Atlântico, para, se necessário, uma intervenção direta. Contudo, somente a perspectiva militar de ameaça comunista não seria suficiente para o rompimento institucional. A elite agrária via uma possibilidade de retornar ao cenário nacional e para tanto, apoiou o movimento golpista. A burguesia industrial, receosa de perder status, também se alinhou aos militares, assim como parte da mídia. O ingrediente final seria o povo que, representado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, onde levaram milhares de pessoas às ruas do país apoiados por um conservadorismo religioso amparado na Igreja Católica, encurralaram o governo. Ou Jango enfrentava as “forças ocultas” ou cedia aos interesses estadunidenses e da elite nacional. Como

nunca fora um revolucionário, exilou-se no Uruguai, sem jamais retornar, com vida, ao Brasil. O que os apoiadores deste golpe não previram é que o novo pacto não seria democrático contra a ditadura socialista, mas sim, autoritário, sob a égide dos militares.

Ferreira (2008b) entende que o golpe de 1964 deixou bem claro quais eram os dois projetos políticos para o Brasil: um iniciado com o getulismo, passando a ser considerado trabalhista, baseado na industrialização, fortalecendo o capitalismo nacional, com a criação de empresas estatais em setores estratégicos, além de redes de proteção social que contrapunham os interesses estadunidenses – esse é o projeto nacional-estatista. Já o outro, como denota o autor, defendia a

(...) abertura irrestrita à investimentos, empresas e capitais estrangeiros; ressaltando as virtudes das leis de mercado e negando a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho; espelhando-se nos Estados Unidos e procurando alinhar-se incondicionalmente ao grande país do Norte; desconfiando dos movimentos sociais e da participação popular, em especial do movimento operário e do sindicalismo. (VIZENTINI, 2008, p. 304).

Para Vizentini (2008, p. 304) este projeto, liberal-conservador, “seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além da classe média conservadora”.

O novo pacto que se encaminhava tinha por objetivo, na perspectiva de Bresser-Pereira (2014), manter o paradigma econômico, ameaçado, na perspectiva conservadora, pelo socialismo internacional. É importante lembrar dos contextos político-econômicos mundiais e regionais, neste caso, a Guerra-Fria e suas influências na América – mais por conta da propaganda estadunidense do que por vontade de potência soviética, a qual tinha planos de ser uma potência regional na Ásia e leste europeu e não mundial. Deste modo, a revolução nacionalista cubana sob a liderança de Fidel Castro apenas se tornou socialista após a forte ameaça de intervenção estadunidense do qual provavelmente sozinha, não resistiria por muito tempo. Os ventos revolucionários, conforme Ferreira (2008b), que se espalharam pela América chegaram ao Brasil e, é natural e compreensível que uma sociedade já restringida quanto ao acesso à informação, bem como meios de compreendê-la, visto o alto índice de analfabetismo educacional e político, apoiasse uma política contrária à dita ameaça comunista. Esse fora o engodo dos militares, associados com a velha oligarquia da Primeira República, que se utilizavam das eleições parlamentares como simulacro de uma democracia. A oposição não era massiva, limitando-se a jornalistas, artistas, estudantes e sindicalistas, o que permitiu a consolidação de um discurso conservador por parte daqueles que não sentiram os efeitos do regime na pele – literalmente.

A modelagem ideológica aplicada para pensarmos um Congresso bagunçado foi motivacional ao fechamento do mesmo e a aplicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). No campo

político, as esquerdas foram duramente perseguidas, principalmente com a cassação, não só de políticos, mas também de professores universitários, referendados, em sua maioria, na área de Ciências Humanas. Com o recrudescimento do regime, uma parcela da esquerda aderiu ao combate direto à Ditadura, formando grupos armados. A violência do Estado chegaria ao seu extremo, com sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes. A Igreja Católica, apoiadora do golpe em 1964, alterava sua posição como instituição, não sendo exclusividade no Brasil. Um forte movimento latino-americano alinhava a esquerda religiosa à Teologia da Libertação no Concílio Vaticano II ocorrido na Colômbia, onde – curiosamente, afinal devia o ser desde sempre –, o posicionamento da Igreja passou a ser o de atender as demandas da população mais carente. Tempos depois, o papa João Paulo II seria oposição a esse pensamento libertário, reprimindo-o. A característica nacionalista do regime militar se deu justamente pela oposição comunista que há anos projetava seus quadros internacionais. Em 1970 as eleições parlamentares foram vencidas, através do voto popular, pelo partido governista, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). O Brasil vivia o milagre econômico e o tricampeonato mundial de futebol, utilizados como propaganda midiática de forma impecável, um *panes et circenses* brasileiro. Dessa forma, a ideia de modernização do pacto era apenas ilusão, mesmo que o regime nacionalizasse empresas de serviços públicos, por exemplo os setores de telefonia e eletricidade, o governo escondia o objetivo de retomar o pacto oligárquico, que por sua conjuntura afastava os trabalhadores do cenário geral. A economia ainda era capitalista, mesmo que com intervenção do Estado. Faltavam as liberdades, os sentidos de justiça e uma maior igualdade entre as classes – que começavam a se distanciar. O milagre econômico brasileiro estava por acabar, pois, ligado como estava o Brasil, assim como o mundo inteiro aos valores do petróleo, este entrando em crise, como entrou no ano de 1974, estourava a bolha.

Médici e Geisel²¹, que mantiveram aparências democráticas durante o regime militar desde o fechamento do Congresso pelo AI-5 de Costa e Silva²², com o Pacote de Abril de 1977²³, “um violento conjunto de medidas autoritárias que envolveram novamente o fechamento do Congresso Nacional e a mudança da Constituição por decreto”²⁴, não

²¹Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, foram presidentes durante o regime militar, respectivamente para os mandatos de 1969 – 1974 e 1974 – 1979.

²²Artur da Costa e Silva, presidente no período de 1967 à 1969, que implantou o ato mais repressivo de todo o regime militar.

²³O Pacote de Abril, tinham como premissa a alteração do pleito eleitoral do ano seguinte, 1978, no qual os militares garantiram a maioria no Congresso e no Senado, mantendo alguns senadores que seriam destituídos, os quais ficaram conhecidos por *biônicos*, em alusão à uma série de televisão do período. O mandato presidencial também era alterado de cinco para seis anos e sua emenda, composta de seis decretos-lei, também foi chamada de Constituinte de Alvorada, relacionando a criação ao Palácio presidencial. O quórum para aprovações de emendas constitucionais diminuiu de 2/3 para maioria absoluta.

²⁴BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 200.

controlariam a imagem de autoritarismo do Estado, até porque, neste período temporal, a economia já estava ruindo, sendo a oportunidade para a burguesia industrial legitimar o seu rompimento com a tecnoburocracia militar e permitir uma aproximação com a classe mais popular, bem como com os trabalhadores e a esquerda política. A burguesia, aos moldes maquiavélicos, colocava em prática os modos de, futuramente, conquistar e manter o poder, não importando se os seus interesses em nada tivessem relação com o populacho. Para Bresser-Pereira (2014), a burguesia não era autoritária, contudo, não era democrática, apenas desejava ser dominante, ou seja,

(...) Desde que a democracia seja “limitada”, desde que se realize enquanto ela mantém o controle da mídia, financia as campanhas políticas (ao invés de aceitar o financiamento público das campanhas eleitorais) e, dado que mantenha sempre seu poder de veto sobre os investimentos, a classe capitalista tende a preferir o regime democrático ao autoritário. (p. 203).

O regime militar estava com os dias contatos. Era pressionado economicamente de um lado e politicamente de outro. A burguesia industrial se posicionara em concordância com as pressões políticas no intento de se somar aos trabalhadores, estudantes e os populares engajando-se em um movimento mais amplo que visava o fim do regime político militar. Caso obtivesse êxito, venceria em diferentes campos, pois substituiria, por tabela, a velha oligarquia no domínio econômico e, no campo político, ganharia o aval popular para coordenar um novo plano econômico. Como argumento para seu posicionamento dava a entender uma preocupação com a democracia – como diria Cazuzza: a burguesia fede²⁵. O pacto que subordinaria tudo em detrimento da “construção de um país economicamente forte e poderoso” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 190) terminava e, com ele, o ciclo desenvolvimentista. A preocupação, antes de se desenvolver, era voltar a ter liberdades.

3.1.2 Os Pactos pela Democracia

A democracia fora solicitada, pedida, manifestada, conquistada, pactuada. Com os anos 1980 mudou-se o ciclo político e com ele, formula-se um novo pacto. O novo ciclo, denominado por Bresser-Pereira (2014) de *Democracia e Justiça Social*, vigoraria até o fim do primeiro mandato do governo petista de Dilma Rousseff, tendo tido três pactos: o Democrático-Popular de 1977 e o Liberal-Dependente de 1991, que veremos neste tópico, além do Nacional-Popular de 2006, que abordaremos quando tratarmos dos governos Lula/Dilma.

²⁵Trecho da música *Burguesia*, lançada no álbum homônimo pelo cantor e compositor Cazuzza em 1989. N.A.

O primeiro deles foi o Democrático-Popular que trouxe o povo de volta ao cenário político, o qual passava a propor/exigir mudanças. O país estava industrializado, moderno e capitalista, precisava ser justo e igualitário, afinal, quando se fala em crescimento econômico na década de 1970 é necessário questionar quem “cresceu”? O consumo associava-se a classe média e elite, não aos assalariados que tinha seus rendimentos reajustados, minimamente – quando reajustavam. O Brasil crescia e sua desigualdade também, o “milagre” era de um santo do pau oco. Nas palavras de Bresser-Pereira (2014), o Brasil mantinha

(...) uma sociedade dual, formada por incluídos e excluídos do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que se garantia demanda para a indústria produtora de bens de luxo através de um processo de concentração de renda que incluía a classe média profissional e a classe média burguesa – os donos de diplomas universitários e os empresários de pequenas e médias empresas. (p. 225).

Ainda de acordo com o autor, foi

(...) a partir do momento em que a classe dominante burguesa se deu conta de que a ameaça do comunismo desaparecera, e que, embora a democracia não fosse o regime político ideal para ela, a experiência histórica mostrava que não havia nela o risco da “ditadura da maioria” que os ideólogos liberais sempre alegavam, ela se convenceu de que era mais seguro e talvez lhe garantisse mais poder sacudir a tutela militar e se associar às forças democráticas. Começava então o Pacto Democrático-Popular de 1977, que levará à campanha das “Diretas Já” em 1984 e à transição democrática no final desse ano. (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 233).

Mais que os movimentos citados acima, outros foram realizados como a Anistia (1979), as eleições civis (1985), a Assembleia Constituinte e, conseqüentemente, a Constituição Cidadã (1988), alcançando as eleições diretas para presidente no ano seguinte.

Nova República, assim ficou conhecido o novo sistema político surgido com o fim do regime militar. Conforme os historiadores Luiz Carlos Delorme Prado e Maria Antonieta Leopoldi (2018), este foi um período histórico, onde promoveram-se reformas institucionais, criando-se uma ordem democrática no país de modo a incorporar, constitucionalmente, importantes questões de natureza social, ambiental e de direitos individuais. A agenda política era a redemocratização e, para tanto, manter-se alinhado com os parceiros comerciais, respeitando as medidas impostas pelas organizações financeiras internacionais era imprescindível. O avanço político não caminhava juntamente ao avanço econômico, afinal, de acordo com Bresser-Pereira (2014), bem como com Prado e Leopoldi (2018), a mudança de governo ocorrera mais por conta de um acordo entre o empresariado e a elite do que pela vontade do povo, deste modo, “a governança da economia [...] deveria manter-se cautelosa”²⁶.

Economicamente, o Brasil ficou refém dos eventos geopolíticos e econômicos da década de 1970, ainda no regime militar. Os autores acima entendem este fenômeno ligado a três

²⁶PRADO, L.; LEOPOLDI, M., 2018, p. 83.

grandes eventos: o aumento dos preços do petróleo em 1973-74, que afetou diretamente as finanças do Estado brasileiro, dependente desta commodities, que subiria de US\$ 2,74 em 1973 para US\$ 11,22 em 1974 e depois, com a Revolução Islâmica do Irã, chegando à US\$ 30,10 em 1978. Por fim, o aumento da taxa de juros do Federal Reserve estadunidense – que balanceava a economia mundial. Em outras palavras, a economia quase monolítica brasileira passava a trabalhar com o petróleo quase dez vezes mais caro, o que colocou não somente o Brasil, mas também diversos outros países, à não encontrar outra alternativa senão solicitar auxílio ao FMI e Banco Mundial. A contraproposta para a liberação dos empréstimos foi a abertura econômica. Após emprestado o dinheiro, os Estados Unidos aumentaram a taxa de juros e aqueles países que não conseguissem saldar suas dívidas, afundaram-se em crises de juros sobre juros, ficando submetidos a praticamente qualquer interferência destes órgãos para uma irremediável negociação dos empréstimos. O Brasil, por exemplo, caiu nesta armadilha e com isso as ideias neoliberais chegariam com força no final do governo indireto de José Sarney e no de Fernando Collor.

O Brasil voltaria a apresentar crescimento econômico, contudo, apesar de mínimo, estava associado ao “aprofundamento de um processo de exclusão de importantes setores da economia brasileira, caracterizando-se como um dos países de renda mais concentrada no mundo” (PRADO; LEOPOLDI, 2018, p. 78). Políticas anticíclicas não aconteceram e isto demonstrava o fracasso da aliança de classes. A crise econômica que apressou o fim do regime autoritário seria o mesmo que faria o novo pacto, o qual passava por uma escolha política sobre com quem se aliar: se aos trabalhadores e classe média ou se com as elites dos países ricos, ou seja, ou construía-se uma nação independente ou assumia-se como uma sociedade dependente cada vez mais semicolonial. Bresser-Pereira (2014) explica bem as duas opções e suas ações:

(...) No primeiro caso ela tem de aceitar maiores salários da burocracia pública e dos trabalhadores, e maiores gastos do Estado com educação, saúde e assistência social. Em compensação, tem um mercado interno maior e mais seguro para realizar lucros e investir; conta com o apoio do Estado na competição internacional; e se beneficia de maior estabilidade política, porque os governos são dotados de maior legitimidade. No segundo caso, as elites capitalistas locais globalistas pagam menos impostos e contam com a aprovação maior da parte das elites dos países ricos à qual agrada sua submissão. O país deixa, no entanto, de ser uma verdadeira nação, não logra mais ter uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional e suas taxas de crescimento tendem a ser baixas, insuficientes para o alcanceamento. (pp. 296-97).

A escolha pela segunda opção definira o novo pacto: Liberal-Dependente. Bresser- Pereira (2014) periodiza-o a partir de 1991 com o governo Collor, caracterizado pelos processos de privatização e abertura de mercado, inclusive os bancos de varejo, seguindo a lógica da

financeirização – observada no capítulo anterior. José Luiz Martins Nunes (2005) sintetiza bem o processo eleitoral e o (in)consequente governo de Fernando Collor de Melo:

(...) a eleição ficou polarizada. Fernando Collor adotou a estratégia de não comparecer aos debates eleitorais e de fazer uma campanha cheia de palavras de ordem que procuravam resgatar a ética política. Collor tenta reviver a UDN através de seu pequeno partido, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), e passa para o eleitor uma “cumplicidade honesta” ao tratá-lo intimamente através do cumprimento “minha gente”. Por outro lado, a grande imprensa, a classe média e o empresariado temiam fortemente a eleição de Lula. Tinham receio de políticas socioeconômicas invasivas ao direito de propriedade. Foi o pleito em que Lula revelou-se mais como líder sindicalista que como líder político. As pessoas do segmento conservador receavam que Lula transformasse o Brasil num “Grande Sindicato”. Collor passou a ser a única alternativa das classes conservadoras e das classes populares das regiões norte, nordeste e centro-oeste. Com seu discurso empolgante e com um programa que procurava redirecionar o papel do estado na sociedade, vislumbrando já uma política neoliberal, Collor acabou sendo eleito presidente da República. [...] Ao tomar posse, Collor promove a redução da máquina pública federal e inclusive de vários ministérios. É preciso dominar a inflação a qualquer custo, mesmo que se tenha que reduzir a estrutura de governo. Promoveu a desestatização de várias empresas públicas e a seguir a privatização das mesmas. Abriu o mercado automobilístico nacional às importações. [...] Cai a renda. Diminui a massa salarial. Cresce o desemprego. (pp. 98-9).

Esse cenário produziu não o recuo da inflação, mas uma disparada da mesma, não ajustando a crise econômica – sem entrar nos detalhes do confisco da Poupança. O primeiro processo de impeachment do primeiro presidente eleito pelo povo, visto que os analfabetos haviam sido inclusos com a Constituição de 1988, na primeira eleição geral pós ditadura ocorreu após o escândalo da compra do Fiat Elba e dos testemunhos do próprio irmão do presidente acerca dos processos de corrupção. Itamar Franco, seu vice, assume o governo, no que se entendia ser um mandato tampão, o que foi longe disto. Com uma reformulação ministerial, indicou figuras com conhecimento técnico para as diferentes pastas, no que ficou conhecido como afirma Bresser-Pereira (2014), Ministério de Notáveis. Entre eles, estava Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo, professor universitário, exilado político no período ditatorial, co-fundador do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social Democracia Brasileira. Foi ministro das Relações Exteriores e também ministro da Fazenda, no qual foi um dos responsáveis pela elaboração do Plano Real, que estabilizou a economia brasileira. Mesmo que tenha feito muitos brasileiros perderem dinheiro durante o breve momento de ajustamento da moeda, onde o Cruzeiro-Real e a URV (Unidade Real de Valor) circulavam concomitante, ao fim de tal transição, de um dia para o outro, conforme Bresser-Pereira (2014), a inflação que estava em 45% reduziu-se a nada. O Real valia o mesmo que o Dólar, chegando, por alguns meses, a valer mais, o que produzia, de acordo com Nunes (2005), orgulho no povo brasileiro, que mesmo nunca tendo visto um dólar, entendia que aquilo devia ser algo importante. Em comício no Nordeste, Fernando Henrique foi aclamado pela população que solicitava

assinaturas do “homem do Real”²⁷. Foi justamente este plano econômico que conduziu FHC ao Palácio do Planalto.

Porém, uma moeda forte necessita de taxa de juros alta e, sendo assim, os empréstimos bancários tornam-se pouco usuais, principalmente se for para servir como capital de giro – essa realidade atingiria em cheio a indústria nacional. Este problema infraestrutural do Estado brasileiro bateria a porta do governo FHC antes da virada do século. Enfraquecida a indústria nacional, mantido o pacto Liberal-Dependente – que forçava privatizações e desajustava a balança comercial –, o caminho para as empresas estrangeiras estava livre. Economicamente, FHC governou entre altos e baixos, sendo seus “baixos” o que permitiu a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, fora no governo FHC que, pela primeira vez na história brasileira, iniciou-se uma forte política de assistência social, e não somente trabalhista, que seria reajustada e renomeada durante os governos Lula-Dilma. Destes três presidentes, somente Dilma Rousseff não governaria com sob a ordem do pacto liberal, nem mesmo Lula, caracterizado como populista, conseguiria romper com ele em seu primeiro mandato. Nas palavras de Prado e Leopoldi (2018, p. 108), “a vitória eleitoral de Collor marcou uma transformação profunda na ordem econômica brasileira, que iria se mostrar duradoura (...) neste sentido, seu governo marca o início de um ciclo de reformas liberais que se aprofundarão nas administrações seguintes”. Será sobre esta perspectiva que debruçar-nos-emos no tópico seguinte.

3.2 OS GOVERNOS SOCIALDEMOCRATAS

É interessante que antes de dar seguimento, deixemos claro nosso entendimento teórico-político acerca das estruturas partidárias do PT e PSDB, durante os anos que governaram o Estado brasileiro. O PSDB, como veremos a seguir, atuou de forma a garantir e estender direitos básicos à população, projetando políticas de assistência social para a classe menos favorecida. Deste modo, entendemos que este partido se conceitue, ao menos durante seu período de governo, como sendo socialdemocrata. Poderíamos questionar que este tenha governado sob um pacto Liberal-Dependente e que permitiu privatizações, contudo, isto não o desqualificaria de tal definição, aliás, características observada também no PT, o qual romperia com tal pacto citado somente em 2006. Este, imaginado, no senso comum, como um partido socialista, esteve sempre longe de qualquer representação revolucionária, o que também não o desqualifica,

²⁷NUNES, J. **Rupturas do Brasil Recente**. Caxias do Sul: Maneco, 2005, p. 103.

afinal, tratando-se do conceito de socialdemocracia, foi mais efetivo que o partido governista anterior. A análise que faremos a seguir, demonstrará que ambos os governos estiveram mais próximos que antagônicos entre si. Vejamos suas características, semelhanças e diferenças, perpassando pela última mudança de pacto proposta por Bresser-Pereira (2014): o retorno do pacto Nacional-Popular.

3.2.1 A Era Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002)

Ainda que seu governo tenha iniciado em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) passou a ganhar notoriedade política, como vimos, com o Plano Real, o qual garantiu seu passaporte à presidência da República, vencendo, sem surpresas, as eleições em primeiro turno. Entretanto, como alertara Maquiavel²⁸, mais do que conquistar o poder, o segredo da política está na manutenção dele. Ou seja, não bastaria vencer as eleições e não formar uma numerosa base aliada – a repetição desta prática adaptou a tradição do presidencialismo de coalizão. Para pôr em prática a sua agenda política, FHC teve, obrigatoriamente, que recorrer às alianças, no que ficou conhecido, segundo Helena Chagas (2002, p. 331), como “a Era dos três quintos”, em outras palavras, para obter aprovação das medidas propostas era necessário (como ainda é) 60% de votos, tanto no Congresso como no Senado, respectivamente, o apoio de 308 e 49 parlamentares. Marly Motta (2018) ressalta que o PSDB alinhou sua base com o PFL e PPB, no qual quase atingira o quórum de aprovação, mas, para garantir seus objetivos conversou com legendas menores e com o disposto PMDB. Independentemente de quais partidos apoiariam o governo, o interessante foi que os alinhados foram os que abocanharam as maiores fatias de verbas para emendas parlamentares, recebendo ministérios e como brinde, a presidência de alguma das casas (Congresso ou Senado) – este é o funcionamento desde então.

O discurso de Fernando Henrique flertava com o neoliberalismo, diferentemente de seu histórico de produções acadêmicas no campo das Ciências Sociais, escancarando uma repulsa ao modelo de Estado interventor varguista. De acordo com o mesmo, nada mais natural que a privatização e/ou desnacionalização de importantes serviços públicos, até então monopolistas, ocorressem. Conforme Bresser-Pereira (2014), estas medidas alinharam o Brasil ao sistema globalizado, ganhando pontos com os países dominantes, contudo, não somente à atração de capital financeiro estrangeiro se focou a preocupação do presidente – as áreas sociais iriam apresentar grandes avanços com importantes políticas públicas na saúde, educação, moradia,

²⁸Nicolau Maquiavel (1469 – 1527). Diplomata, historiador e filósofo florentino. Dentre suas variadas obras, produziu o texto mais famoso sobre conquista e manutenção do poder, intitulado O Príncipe.

etc. No entanto, investir em programas sociais acarreta, imediatamente, em déficit público, pois tais serviços não geram retorno financeiro – ao menos não diretamente, muito menos de forma imediata. Assim sendo, de duas opções, uma: ou cancelava-se os programas ou se aumentava a receita para mantê-los. FHC manteve-os, mas não às custas da elite.

O viés liberal da economia, principalmente nos setores financeiros, funcionava como o dos Estados Unidos, de outro modo, aos bancos era-lhes dado total liberdade, agindo conforme o mercado, porém, quando chegasse o prejuízo, na maioria das vezes por irresponsabilidade dos próprios banqueiros, o Estado, através do governo estaria ali para salvá-los. Foi assim que, em concordância com Motta (2018), no seu primeiro ano de governo, os cofres públicos destinaram R\$ 37 bilhões para as instituições financeiras. Mas não somente os bancos pediram socorro, como também os estados federativos. Desejoso de implantar as reformas Administrativa e Previdenciária, Fernando Henrique viu nesta situação a possibilidade de barganha: socorro financeiro em troca da aprovação no Congresso. Junto com os empréstimos da União, os governadores deveriam aceitar algumas medidas na carona: privatização de instituições financeiras, arrocho salarial e aumento dos juros. Neste jogo de poder, FHC aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 16), permitindo a reeleição, do qual se beneficiaria, vindo a ser candidato. Grosso modo, os “mensalões” já ocorriam muito antes de 2005. Como bem marca a autora:

(...) o caráter heterogêneo do PMDB e a liderança de Maluf no PPB complicaram a aprovação da emenda, em um jogo que o governo não poderia se dar ao luxo de perder. A saída foi a chamada negociação corpo a corpo, que acabou gerando, posteriormente, a denúncia de que cinco deputados do Acre haviam vendido seu voto a favor da reeleição por 200 mil reais cada. (MOTTA, 2018, p. 245).

Na eleição de 1998, Fernando Henrique teria que vencer sob o signo do aperto fiscal e utilizar-se-ia do discurso de manutenção do equilíbrio econômico. Todavia, Lula crescia nas pesquisas, o que conduziu a campanha peessedebista a “adotar um tom alarmista no sentido de indicar que, com a vitória de Lula, haveria o perigo do retorno da inflação e da desordem social” (MOTTA, 2018, p. 246). Venceu o medo, com 53% dos votos, novamente em primeiro turno. As privatizações passaram a ser exigidas, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce, vendida ao capital estrangeiro com capital nacional do BNDES, em manutenção dos acordos com o FMI e tornaram-se símbolo do período FHC, o qual Elio Gaspari (2000) denominou “privataria”. O custo desta política saíria caro. Em 1999, na bolha das Ponto.com, o governo teve que renegociar a dívida externa, triplicando-a, obrigando-se a reestabelecer a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras), o que não agradava o grande empresariado – e os pobres também. (COUTO; ABRUCIO, 2003).

Associado à esta conjuntura, o principal partido de oposição, Partido dos Trabalhadores (PT), continuava a crescer e nas eleições municipais de 2000 apresentando um aumento de 60%, passando de 112 para 187 prefeitos, tornando-se uma clara ameaça aos desejos tucanos de governar o Brasil por 20 anos. A coalizão, por conta destas medidas econômicas, aliado ao escândalo dos grampos do BNDES²⁹, se desagregava e para piorar, viveu-se a crise do apagão³⁰. O ano de 2001 ainda terminaria com um PIB de 1,3%. O grito de ‘Fora FHC’ não demorou a surgir.

Ainda assim, em relação aos números do governo Fernando Henrique, consoante André Lahóz (2002), o número de pobres diminuiu, muito em consideração às medidas de controle inflacionário, que apresentava baixas nos índices, chegando à 2,5% em 1998. Associado à tal controle estava o aumento do salário mínimo. Em seu primeiro ano, o governo aplicou um reajuste de quase 10% (de R\$ 64 para R\$ 70) e em 1995, conseguiu ajustar o maior gap salarial desde o governo Vargas, quando o mesmo saltou de R\$ 70 para R\$ 100, apresentando aumento aproximado de 42%, o que permitiu, concordante à Lahóz (2002), nos gráficos utilizados em seu artigo³¹, notarmos o avanço consumidor em diversos segmentos como leite, frango, salsicha, biscoito, café, cerveja, refrigerante, iluminação doméstica, sabonete, cimento e até creme dental. Os gráficos apresentados pelo autor também mostram uma nítida diminuição no consumo, por exemplo, do arroz e feijão, o que demonstra uma mudança no hábito alimentar com o incremento de novos produtos. Alimentação que se torna fundamental para a precaução de uma série de comorbidades, melhor dizendo, alimentação e saúde andam de mãos dadas. Nestes quesitos, dados mostram uma acentuada redução na taxa de mortalidade infantil, conforme Bresser-Pereira (2014, p. 323), caindo “de 48 para 30 por mil nascidos vivos”. A mecânica é simples, uma mãe bem alimentada gera um recém-nascido mais resistente.

²⁹Em coluna da Folha de São Paulo, o jornalista Elio Gaspari denunciou os grampos do BNDES, no qual continha conversas do presidente Fernando Henrique Cardoso, do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o presidente do BNDES, André Lara Rezende e do alto funcionário do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, de modo a facilitar a compra da Telebrás para o consórcio Brasil Telecom. Todos os envolvidos foram destituídos dos cargos – FHC seguiu à frente do governo. (FOLHA LONDRINA, 1998).

³⁰A chamada "crise do apagão", que ocorreu no Brasil em 2001 e 2002, foi o resultado da combinação da falta de investimentos na geração e na transmissão de energia elétrica com uma estiagem prolongada, que reduziu drasticamente os níveis dos principais reservatórios de água no país, nas regiões Sudeste e Nordeste. Essa combinação impossibilitou a produção de energia suficiente para atender ao consumo, tanto industrial quanto residencial, levando o governo federal a implantar rigorosa política de racionamento, com a redução obrigatória do uso de energia pelos brasileiros e pelas empresas. Previsto para começar no dia 1º de junho de 2001, o governo antecipou as medidas em duas semanas e, no dia 16 de maio, o Brasil, de fato, iniciou o maior racionamento da sua História, encerrado somente no dia 28 de fevereiro do ano seguinte. Ver: O GLOBO. **Da falta de estrutura fez-se a ‘crise do apagão’ no Brasil do início do século XXI**. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/da-falta-de-estrutura-fez-se-cri-se-do-apagao-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi-9396417>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

³¹LAHÓZ, A. In: LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. **A Era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, pp. 90-98.

Conquanto, para pôr em prática os programas, a contrapartida foi uma reforma previdenciária de modo que se mantivesse um equilíbrio entre benefícios e recursos – clara limitação imposta pelo neoliberalismo. Os ajustes no percentual de recolhimento de FGTS, bem como na extensão de tempo trabalhado/contribuído necessariamente levaria o Estado, se viesse a manter a ideologia vigente, a realizar outro remendo anos depois. Maria Inês Nassif (2002) ressalta que, pensando na reeleição,

(...) O Executivo apenas assumiu como urgentes essas mudanças diante do risco de vê-las na gaveta do Legislativo [...] como no caso das reformas econômicas e da emenda da reeleição, para colocar na mesa de negociações uma proposta definitiva de solução do problema previdenciário. No final do processo, prevaleceram as medidas paliativas, que apenas adiaram por algum tempo o estouro da bomba-relógio fiscal”. (p. 581).

Com FHC,

(...) O piso foi elevado a um salário-mínimo e passaram a ter direito ao benefício todos os trabalhadores rurais idosos, independente do tempo de contribuição. Antes, os trabalhadores do campo recebiam meio salário-mínimo por família [...] A Constituição garantiu também o direito à aposentadoria por tempo de serviço aos 55 anos de idade para as mulheres e 60 para os homens na área rural; e 60 para as mulheres e 65 para os homens trabalhadores urbanos”. (NASSIF, 2002, p. 574).

Por mais que a reforma tenha aumentado o tempo de serviço, ao mesmo tempo garantiu alguns direitos à grupos que não dispunham de nenhuma seguridade financeira até então. De modo geral, não fora uma reforma negativa.

Assim fora o primeiro mandato de Fernando Henrique, no qual as políticas sociais ficaram em um segundo plano, subordinadas à política econômica. Inegavelmente que o Brasil se equilibrou, principalmente devido a estabilidade da cesta básica e aumentos na renda mínima, todavia, segundo Bresser-Pereira (2014), a insistência no plano de juros altos foi acarretando recessão e pouca adesão por parte dos empresários – principalmente o pequeno e médio –, à empréstimos, mantenedores de capital de giro, ocasionando desinvestimento e, por conseguinte, desemprego.

Para Oliveira Ribamar (2002), este fora o maior problema enfrentado e não vencido pelo governo, o qual apresentava contínua elevação. A informalidade e os programas assistenciais mascaravam o problema. Para as camadas mais pobres, o simples fato de poder comprar o pão e o leite pelo mesmo preço durante semanas, meses e ano era motivo de sobra para que FHC, ainda assim, mantivesse-se popular e bem quisto. Não obstante, os efeitos do desemprego ficariam evidentes à população geral quando, mesmo com a inflação controlada, o poder de compra diminuísse. Foi o que ocorreu, devido a crises econômicas da virada do século, diminuindo o valor do Real, o poder de compra e, conseqüentemente, a popularidade do presidente, permitindo que o discurso da oposição fosse observado na prática cotidiana.

Algumas medidas tomadas pelo governo para evitar demissões foram aumentar a contribuição do empregador e a multa rescisória das demissões sem justa causa. Ao mesmo tempo, atuou facilitando a flexibilização das relações de trabalho e as terceirizações. Em suma, evitou o desemprego dos empregados enquanto não empregava os desempregados, isto é, quanto ao emprego, problema mantido.

Mantido foi também a ilusão pública acerca das problemáticas do governo neste quesito, sendo que FHC discursava que o desemprego não ocorria por conta de falta de empregos, mas porque os candidatos que se apresentavam eram inferiores às vagas concorridas – discurso meritocrático aplicado ao self-made man. (OLIVEIRA, 2002). Talvez Fernando Henrique até acreditasse nisto, tanto que investiu na universalização do ensino básico como forma de melhor qualificar a mão-de-obra. Em 1996, criou o Plano Nacional de Educação, sancionando a Lei de Diretrizes e Bases, juntamente ao Fundef, alterando o repasse das verbas, encaminhando-a diretamente às escolas, não necessitando do intermédio das secretarias de educação. A educação à distância e o livro didático foram inovações que se seguiam ao programa Bolsa-Escola, auxiliando na política de distribuição de renda. Quase ao final de seu mandato, o número de crianças fora das escolas caiu de 16% para 4%. Já na outra extremidade, os que possuíam o segundo grau (atual ensino médio) elevou-se de 11% para 19%, aumentando o número de matrículas no ensino superior em 20%. Em geral, de acordo com Bresser-Pereira (2014, p. 323), “a taxa de analfabetismo caiu de 19% em 1991 para 13% em 2000”.

Estas medidas fizeram parte do Plano “Brasil em Ação”, lançado ainda em 1996, que aglutinava uma série de programas de efeito na área social, entre os quais: Programa Nacional de Direitos Humanos, Alfabetização Solidária, Saúde da Família, Assistência Integral à Saúde da Mulher. Quanto ao recorte de emprego/trabalho, criou o PROGER (Programa de Geração de renda e Emprego), o Pró-Emprego e o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), enquanto que no tocante à habitação, formulou o Pró-Moradia e o Programa Habitar Brasil – a maioria destes programas implantados durante a transição de seus mandatos. A incoerência é que os programas sociais dividiam espaço com o desemprego. Relacionado ao trabalho e renda, em 1996, foi criado PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil concedendo um auxílio financeiro pelo Bolsa Criança-Cidadã, sob a contrapartida de manutenção do jovem na escola e com acompanhamento contínuo aos serviços básicos de saúde. Consoante Cley Scholz (2002), quase 700 mil crianças e adolescentes foram beneficiadas utilizando pouco mais de R\$ 290 milhões até 2001.

Tomando o tema educação, o programa Toda Criança na Escola dispendeu no ano de 2000, quase R\$ 1 bilhão para alimentação, mesmo valor disponibilizado para 2001, atendendo

mais de 37 milhões de estudantes. O olhar do governo FHC para com os jovens continuaria no governo Lula, dando a entender que tais políticas deixariam de ser governamentais para serem políticas de Estado, assim, muitos destes alunos que concluíam o ensino básico, passaram a sonhar com o ensino superior. Outro programa mantido, mesmo com a alternância de governo, fora o Saúde da Família, que nem nome alterado teve. Iniciado em 1994, resultou em uma revolução na forma de pensar a saúde, apresentando um avanço gigantesco neste tipo de investimento. Tratando-se de agentes comunitários, nos oito anos de governo, o aumento foi superior à 400%, passando de 29 mil agentes em 1994 para mais de 154 mil em 2001 às vésperas do término do mandato. O atendimento a pessoas portadoras de deficiência iniciou-se em seu governo, em 2001, atendendo à quase 1 milhão de pessoas, de acordo com Scholz (2002). Entretanto,

O Brasil é o país com a maior concentração de renda entre as 174 nações analisadas no relatório de 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Vários estudos associam a concentração de renda brasileira à má distribuição da educação. Percentual insignificante de brasileiros tem acesso às boas escolas que garantem formação profissional adequada. Estes ficam com os melhores postos de trabalho e elevados rendimentos, perpetuando o acúmulo de riqueza e mantendo a exclusão da maioria. Uma das consequências da alta concentração de renda é o grande número de pessoas que vivem em situação precária, sem as mínimas condições de alimentação, educação, saúde e serviços básicos. Qualquer política social séria precisa propor mudança radical desse quadro com ações eficazes e profundas [...] o governo precisa agir com competência para catalisar todas as forças aptas a participar dessa revolução inadiável. (SCHOLZ, 2002, p. 622-23).

A sociedade entendia a necessidade de mudança, contudo, ao mesmo tempo receava que o futuro fosse como Fernando Henrique prenunciava: com crises e rompimentos institucionais que poderiam trazer de volta o fantasma da inflação. Lula, que já havia perdido três eleições, compreendeu que o momento era de ajustar o discurso. O combativo metalúrgico de boné, camiseta do MST (Movimento dos Sem-Terra), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do não pagamento da dívida externa, do fechamento da Rede Globo e da não discussão com banqueiros, deu lugar à um senhor mais carismático e menos carrancudo, apresentando-se “melhor” vestido, e com discursos pautados pela calma, pela não exaltação da voz, por um “amadurecimento” proposital e midiático, que construiu a imagem de um novo Lula, o da paz e do amor. Mas somente angariar os votos e vencer a campanha não significa manter o poder e governar, mais do que isso era necessário convencer, também, o mercado, o capital e até seus opositores políticos. Com isso, propôs um acordo firmado publicamente, chamado *Carta ao povo brasileiro*, no qual comprometia-se a manter os acordos econômicos realizados por governos anteriores. Vejamos alguns trechos da carta, produzida por Luiz Inácio Lula da Silva, em 22 de junho de 2002:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. [...] A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil [...] Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio [...] Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária. [...] O Brasil quer mudar para valer. [...] Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. [...] O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. [...] a superação do atual modelo [...] não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. [...] O novo modelo [...] será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será, naturalmente, o respeito aos contratos do país. [...] O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações. [...] Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. [...] As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social. [...] O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo a todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (SILVA, 2002, pp. 1-4).

Na carta, Lula tranquiliza o mercado ao mesmo tempo que deixa claro que o pacto liberal e de dependência dos blocos econômicos dominantes possuía um prazo para expirar. Deixa nítido que o governo não se preocuparia somente com a questão econômica, mas também com programas sociais, tendo forte participação no equilíbrio fiscal. Ressalta a importância de se ter uma forte coalizão, ou seja, não governaria sozinho.

Para as eleições de 2002, o PSDB perdeu o seu principal candidato, Mario Covas, falecido ainda em 2001, assim como o apoio de PFL e PMDB. O candidato escolhido foi José Serra, que no primeiro turno sobressaiu-se ao candidato petista somente no estado de Alagoas. Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro e Ciro Gomes, no Ceará, foram os únicos a ficar à frente de Lula, que liderou nos demais 23 estados mais o Distrito Federal. Serra chegou ao segundo turno sem o apoio de Garotinho e Ciro. Sem força política, o PSDB recorreu novamente à estratégia do medo, no entanto, desta vez, vencera a esperança. Mais do que isso, Lula vencera em 26 dos 27 estados federativos.

3.2.2 A Era do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2016)

1º de janeiro de 2003. Nunca antes na história desse país, um operário ou sindicalista ou um metalúrgico, isto é, um pobre chegou ao poder. Nesta frase dois fatos ficam postos: primeiro, que a política é para a elite e, segundo, sempre assim o foi. Por entender do processo

histórico-político-cultural do Brasil, Fernando Henrique se emocionou ao ver Luís Inácio da Silva, o Lula, subindo a rampa do Palácio do Planalto. E não mais o político e presidente FHC, mas o sociólogo. Se a eleição de Collor foi histórica, no sentido de ser o resultado do desejo do povo, em processo do qual, pela primeira vez, todos os cidadãos tinham o direito de votar, a chegada de Lula ao poder foi muito mais que isso, afinal, o povo escolher é um fato, a elite permitir a concretização deste, é outro bem diferente. As estruturas sociais e políticas corriam o risco de ruir – de o status quo esfacelar-se. Para tanto, bastava que Lula descumprisse algumas promessas realizadas na Carta ao Povo Brasileiro durante a campanha eleitoral. A não interferência de quaisquer que fossem os setores da sociedade no cerimonial de posse, demonstrava que Fernando Henrique estava certo quando, em entrevista improvisada um dia antes da eleição de 2002, afirmou que a democracia no Brasil estava consolidada³².

No poder, Lula manteve a política adotada por FHC no âmbito econômico, sustentando o tripé macroeconômico (controle dos gastos públicos, ou, meta fiscal, câmbio flutuante e taxas de juros elevadas, ligada a meta de inflação). No primeiro ano, economicamente, o Brasil não apresentou melhora em relação ao quadro deixado pelo último governo, porém, permitiu ao novo governo compreender a realidade do cotidiano de uma presidência. Aos poucos foram ocorrendo ajustes, impondo-se uma política de maior inserção do Estado na economia, de modo a normatizar e regular o mercado. Conforme Singer (2012) e Bresser-Pereira (2014), rapidamente observou-se uma baixa anual da inflação, que no início de seu mandato marcava 12,5%, chegando ao final de 2006 em 3,1%. Inflação baixa é condicionante de consumo interno, cotidiano. A valorização da moeda pegou carona e o dólar que, em 2002 valia R\$ 4, em 2005 chegava na casa dos R\$ 2,30. Essa valorização deu-se com a queda nas taxas de juros proporcionada pelo Banco Central³³. Isto permitiu superávit da balança comercial que se aproveitara do boom das commodities. O crescimento econômico retornava ao país, mas não somente devido aos grandes processos cambiais. A implantação do crédito consignado em parceria com os bancos privados e empresas permitiu a real instituição da sociedade de consumo e mesmo de organização das dívidas familiares, de modo à recuperarem o crédito. Singer

³²Ver: Jornal Estadão. **FHC diz que democracia está consolidada no Brasil**. Publicado em: 26/10/02.

Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-diz-que-democracia-esta-consolidada-no-brasil,20021026p57003>>. Acesso em: 09 set. 2019.

³³É interessante apresentar a estruturação do funcionamento da variação da taxa de juros, que estão alinhadas com a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) ou taxa básica de juros, que nada mais é do que a média instituída pelos economistas para controlar a variância da inflação, dentro da meta do governo. Quem define a taxa SELIC é o COPOM (Comitê de Política Monetária), formado pelos diretores do Banco Central. E qual a função da taxa SELIC? De modo superficial, contrabalancear as taxas de inflação com o intento de não desorganizar a economia em seu plano de metas. Ou seja, juros altos acarreta uma baixa na inflação, enquanto que os juros baixos produzem o efeito oposto.

(2012), compara as medidas adotadas pelo governo como um New Deal à brasileira, definindo o período Lula como um sonho rooseveltiano. Pequenos e médios empresários, assim como os trabalhadores do campo também utilizaram estas políticas de microcrédito fomentando seus negócios. Ao mesmo tempo, segundo Patto Sá (2018), os grandes empresários, banqueiros, rentistas, elite do agronegócio e da grande mídia também cresceram.

O não rompimento de Lula com essa lógica foi o que causou o primeiro momento de instabilidade interna (muito leve) do governo, principalmente pelo apoio do PT à Reforma da Previdência – ocasionando a ruptura com a ala mais radical do próprio partido, do qual suas lideranças foram expulsas, vindo a criar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A ideia de um Lula socialista era desconstruída sem jamais ter sido a realidade política do candidato. Para Singer (2012, p. 10), “na aparência [...] o ex-metalúrgico apenas manteve a ordem neoliberal estabelecida nos mandatos de Collor e FHC. Decidido a evitar o confronto com o capital, Lula adotou política econômica conservadora”. E segue:

O governo Lula afastou-se de aspectos do programa de esquerda adotado pelo PT até o fim de 2001, o qual criticava “a estabilidade de preços alcançada com o sacrifício de outros objetivos relevantes, como o crescimento econômico”, a abolição das “restrições ao movimento de capitais” e a Lei de Responsabilidade Fiscal por tolher “elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais” [...] A continuidade do “pacote FHC” foi a condição da burguesia para não haver guerra de classes e consequente risco de Lula ser visto como o presidente que destruiu o Real. (SINGER, 2012, p. 75).

O autor reitera que tal aparência permitiu que Lula viesse a implantar políticas sociais de inclusão sem incomodar – momentaneamente – a elite. As mudanças não demorariam a acontecer.

Apesar de o primeiro ano ter sido de estagnação, nos demais (2004-06), o crescimento do PIB fora de 5%, fazendo despencar o problema que mais pesara para o legado de FHC: o desemprego. A forte economia fez o Brasil não somente quitar sua dívida com o FMI, como também tornar-se um investidor do fundo. Aos poucos o governo Lula foi tornando-se desenvolvimentista e as discussões de privatização não mais presenciavam as agendas. O gasto público aumentou, tanto em distribuição de renda como em financiamentos industriais. No entendimento de Bresser-Pereira (2014), a utilização do BNDES com juros reduzidos retirou os bancos privados de sua zona confortável. Com o desemprego em baixa, a lógica do capitalismo na qual o exército de reserva pressiona o trabalhador a submeter-se à baixos salários ou flexibilidades trabalhistas se inverteu. As medidas econômicas do governo obrigaram ao empregador valorizar a sua mão-de-obra. Em conformidade à Patto Sá (2018), até o Banco Mundial aprovava as medidas do governo Lula.

Singer (2012) elenca outros fatores complementares para ajudar a combater a miserabilidade, como, por exemplo, o controle de preços de produtos essenciais, aumentando o poder de compra, visto a associação desta medida com a valorização do salário mínimo, com aumento real de quase 25% impactando o Brasil em todos os níveis, dos pobres e miseráveis aos comerciantes e industriais. Claramente que algumas regiões seriam mais observadas, neste sentido, “a cesta básica subiu 8,5% e 10,4% em Porto Alegre e São Paulo, e em Recife e Fortaleza a variação foi de 4% e de -3%” (Singer, 2012, p. 66). Some-se a isto, a instituição do crédito consignado, modalidade de empréstimos à juros baixos com garantias de pagamento através do desconto compulsório na folha do assalariado, assim como o empréstimo a agricultura familiar e microcrédito para o trabalhador do campo, dinamizaram economias locais e internas. Os idosos também receberam atenção, adquirindo o Benefício de Prestação Continuada (2004), dispondo de um salário-mínimo mensal – as pessoas portadoras de necessidades especiais também foram inclusas no programa. Outras medidas como a criação de clínicas dentárias para pessoas de baixa-renda e o programa Luz para Todos (2006), traziam dignidade e a inclusão que a Constituição de 1988 ainda não promovera. O olhar político para as comunidades quilombolas e moradores do semiárido nordestino se deu, respectivamente, com a regularização das propriedades e construção de cisternas.

Outro fator determinante para o sucesso do governo petista foi o olhar mais atento para a educação. No ensino superior aumentou o incentivo ao uso do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) iniciado no governo FHC. Contudo, de acordo com Patto Sá (2018), de modo nunca visto antes, elevando o número de alunos do ensino superior que faziam uso do programa, em 2014, à 25%. Seguindo na esteira do ensino superior, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUni) que

(...) Trata-se de um programa de bolsas para estudantes de baixa renda que, a depender da situação familiar, recebem 100% ou 50% de financiamento do custo da faculdade. Entre 2005 e 2012 o Prouni atendeu mais de 1 milhão de estudantes, segundo dados do Ministério da Educação. (PATTO SÁ, 2018, p. 424).

Os resultados? Aumento de 200% de alunos no ensino superior em 12 anos. Em 2002 havia 3,2 milhões, enquanto em 2014, as matrículas contavam com 7,3 milhões. Entretanto, tais medidas não podem ser consideradas revolucionárias, mas sim, obra de muita política e negociação. Como já vimos, no Brasil vale a máxima maquiavélica da qual a dificuldade não está em conquistar o poder, mas sua manutenção. Após três tentativas fracassadas de chegar à presidência, o PT aprendeu que o sistema político de coalizão é em si seu próprio modus operandi. Nas palavras de Patto Sá (2018), os motivos que levaram o PT a praticar exatamente o que condenavam foram que:

(...) Primeiro, há que considerar os elevados custos das campanhas eleitorais no Brasil e a praxe corrente das doações empresariais não contabilizadas, o chamado “caixa 2”. Para crescer e ganhar eleições importantes, o PT precisava de muito dinheiro e acabou adotando os caminhos usuais dos outros partidos. Em segundo lugar, como o sistema partidário é pulverizado, o partido que elege o presidente da República nunca consegue maioria parlamentar, portanto depende de construir alianças para governar. Como a maioria dos partidos não tem propriamente programas ideológicos, uma das maneiras mais eficazes de obter o seu apoio envolve práticas ilícitas. (p. 427).

Ingênuos são os que entendem política ou, pior, partidos políticos como uma idealização ética não corrompível. À começar pelo conceito de ética, que pressupõe a melhor ação possível para se alcançar o melhor bem comum. Dessa forma, a prática usual de negociação dos votos no Congresso visando a liberação de verbas para uma série de medidas que diminuam a pobreza absoluta e comunguem para a diminuição da desigualdade social não seria nada tão escandaloso. Contudo, há um ano da eleição, o deputado Roberto Jéferson (PTB) clareou o jogo de bastidores (lobby) para a aprovação de medidas governamentais. A “compra” de votos ficou conhecida como Mensalão e ficou atrelada ao programa Bolsa Família – carro chefe do governo petista. A ideia da oposição era desmoralizar o presidente e o seu programa – não conseguiram.

Foi difícil competir contra a realidade. Lula gozava de imensa popularidade, enquanto as pessoas, principalmente os mais pobres, de modo geral viviam melhor. Derrotada³⁴, a oposição menosprezou o governo Lula e a própria conjuntura socioeconômica ao condicionar a vitória petista somente ao Bolsa Família. Acima, elencamos uma série de medidas adotadas pelo governo, sem entrar no mérito do Bolsa Família. O programa nada mais fora que a unificação de diversas medidas tucanas, todavia, mais do que os unificar, Lula aumentou os recursos dele. Já nos primeiros dois anos, o Bolsa Família apresentou um gigantesco avanço nos investimentos e, próximo ao fim do primeiro mandato, a verba destinada multiplicara por treze, atendendo mais de 11 milhões de famílias. Em valores, o programa saltou de R\$ 570 milhões para R\$ 7,5 bilhões, tudo isso ainda durante a vigência do pacto liberal. Notoriamente que o alcance do programa, de resultados a curto prazo, refletiria política e eleitoralmente, sendo um aglutinador de votos, Singer (2012) afirma que:

(...) Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos *per capita* do Bolsa Família, mostrando a repercussão do programa nos chamados grotões, tipicamente o interior do Norte/Nordeste, que sempre fora tradicional território do conservadorismo. Vale notar que [...] entre os que votaram em Lula pela primeira vez em 2006, a maioria eram mulheres de renda baixa, “o público-alvo por excelência do Bolsa Família”, pois são as mães que recebem o benefício. (p. 65).

³⁴Lula venceu Geraldo Alckmin (PSDB) no segundo turno com mais de 60% dos votos. Mais do que isso, venceu em 19 dos 27 estados, sendo que somando a região norte e nordeste, não venceu apenas no Roraima.

O autor ainda ressalta que Lula venceria mesmo sem o avanço do programa e que o mesmo lhe serviu para garantir a larga vantagem. Depois de um mandato ajustado ao capital internacional e ao pacto Liberal-Dependente, Lula aproveitaria o momento para mudar a direção de seu governo. Se nos primeiros quatro anos, ele governara para todos, o segundo visaria prioritariamente o povo, afinal, foi o subproletariado ou, para a perspectiva elitista, a ralé, quem majoritariamente o elegeu para um segundo quadriênio de governo. A ralé ganhava espaço, os pobres estavam visíveis no cenário político. A ralé, subproletário como conceito, entrava em desuso, dando lugar ao popular. O que não quer dizer que a elite ainda não os desejasse mantida em sua linha. Para André Singer (2012),

O popular que havia ficado fora de moda, seja pela retórica neoliberal, ao centro, seja pelo conteúdo de classe, à esquerda, está de volta. Diferentemente da experiência peessedebista, o “Real do Lula” veio acompanhado de mensagem que faz sentido para os mais pobres: a de que pela primeira vez o Estado brasileiro olha para eles, os deserdados, e, portanto, se popularizou. Eis o motivo de o ex-presidente insistir que “nunca na história deste país...”. (p. 81).

Com isso Lula alterava o pacto político, passava a vigorar o Nacional-Popular. Se FHC desejava enterrar a Era Vargas, Lula não, e talvez nem imaginasse que, mais do que manter os ideais getulistas, expandira-o dando início à sua própria era. Por fim, como diz Singer (2012), nunca antes na história desse país, os inauditos eram legitimamente representados. Nas palavras do autor: “enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos” (SINGER, 2012, p. 83). Lula passou a ganhar maior notoriedade do que o PT³⁵, dando início ao Lulismo.

O segundo mandato de Lula ficaria marcado pela leve estagnação devido à crise global de 2008, no entanto, enquanto diversos países, entre eles, as maiores economias do mundo recuavam, o governo petista adotou medidas anticíclicas que alinhou mercado, emprego, produção e consumo. O carro-chefe desta política deu-se com o Programa Minha Casa, Minha Vida, que empregou milhares de trabalhadores da área de construção civil, bem como realizou acordos com grandes empreiteiras, de modo a manter os funcionários e as construções sob a contrapartida de redução de juros nos empréstimos pelo BNDES. (PATTO SÁ, 2018; BRESSER-PEREIRA, 2014). A ação do Estado não beneficiaria somente os empresários, milhares de famílias puderam adquirir seu primeiro imóvel, com juros baixíssimos, enquanto também recebiam subsídios do governo. Neste período de recessão mundial, segundo Singer

³⁵Isto fica evidenciado nas pesquisas de intenção de votos na campanha presidencial de 2018, no qual Lula tinha mais de 40%, enquanto o candidato do PT, no impedimento de Lula de participar do pleito, Fernando Haddad, em primeiro turno jamais ultrapassou os 26%. O lulismo tornou-se mais forte que o petismo.

(2012), Lula não poderia usufruir de melhor imagem, legitimando o discurso de que em relação à crise mundial, para o Brasil, não passaria de uma marolinha³⁶. Isto não se explica somente pelas políticas internas, mas também pelas externas, visto que o Brasil não se limitava a participar de um único bloco ou de se submeter aos históricos interesses estadunidenses. Como afirma o autor, “sem estardalhaço, o governo Lula esvaziou a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)” (SINGER, 2012, pp. 162-63). A boa relação com os governos socialistas da América, com os chamados “tigres asiáticos” e até com os controversos regimes ditatoriais da África, sem falar do estreitamento de laços com a União Europeia, Rússia e, principalmente, com a China, faziam da política econômica, uma reedição da estratégia utilizada por Jânio Quadros, um pouco antes do golpe de Estado de 1964. O Brasil voltava a ser desenvolvimentista, nacionalista (em relação à atuação de empresas nacionais no Brasil e fora dele) e popular. Para tanto, o PT passou a combater a pobreza e pouca importância deu a conscientização da luta de classe, discurso adotado pelos partidos mais à esquerda. Na perspectiva de Singer,

É claro que a luta de classes perdeu o lugar de honra [...] substituída, como se vê, por um projeto nacional-popular, que não é incompatível com os interesses do capital. [...] Trata-se de um programa capitalista com forte presença estatal, de distribuição da renda sem confronto, que não por acaso lembra o ideário varguista. (2012, p. 123).

E tal distribuição, além de fomentar o comércio, trouxe dignidade para as pessoas que viviam abaixo do mínimo necessário para não se ter fome – em 2001, eram 17,5% da população, digo, quase 30 milhões de pessoas. Segue ainda Singer (2012) afirmando que

Foi, sobretudo, a subida na renda dos cerca de 20 milhões que atravessaram a divisa da pobreza absoluta que despertou o sonho do New Deal brasileiro. Deve-se lembrar que, entre 2003 e 2008, houve uma valorização de 33% do salário-mínimo. (p. 131).

Ainda assim, podemos nos indagar sobre como que a diminuição da pobreza não gera a mesma diminuição quando se trata de desigualdades. Para Singer (2012, p. 141) a resposta é que talvez “os ricos também estejam ficando mais ricos”. Trocando em miúdos, as mãos invisíveis se lavavam, e com isso,

A taxa de desemprego caiu para 7,4% em dezembro de 2007 e 6,8% em dezembro de 2008, pouco antes da onda de demissões provocada pela crise internacional. Quando se sabe que a média anual de desempregados em 2003 fora de 12,3%, [...] o governo Lula terminou com um desemprego na casa de 5,3% (dezembro de 2010), próximo ao pleno emprego. Foram gerados 2,5 milhões de vagas formais em 2010, número quase 70% maior que o de 2006, último ano do primeiro mandato. Não espanta que a aprovação ao governo (ótimo e bom) tenha se aproximado dos 80% a partir de julho de 2010. (SINGER, 2012, pp. 147-48).

³⁶Termo utilizado em entrevista. Recorte transmitido por telejornal da Rede Globo. Ver: **Lula Marolinha**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nX0Q2a4w6Ao>>. Acesso em: 05 set. 2019.

Foram justamente as ações anticíclicas do governo Lula em meio à crise financeira global de 2008 que consolidou a ideia do lulismo, tornando-se compreensível o aceite popular por quaisquer que fossem as indicações de Lula naquele momento. Deste modo Dilma Rousseff chegara ao poder – e a manutenção da mesma deu-se através da continuidade socialdemocrata de seu padrinho político. Dando seguimento ao lulismo, Dilma pôs em prática o Pacote de Aceleração do Crescimento (PAC), que encaminharia o Brasil, ainda na década de 2010/20 à sair do mapa da miséria.

A elite para ganhar voz e força se utilizaria de uma “pequena burguesia”, em outras palavras, uma classe média iludida de ser superior, que enxergava na inclusão do pobre uma ameaça ao seu status. Sintetiza Singer (2012, p. 164-65) que a “rejeição da pequena burguesia às políticas de inclusão, que ela julga financiar com os seus impostos, se intensifica conforme a ascensão dos pobres relativiza a superioridade social da classe média”. Lula e o PT entenderam que

(...) Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda para seguimentos pauperizados é uma coisa; diminuir rapidamente a desigualdade por meio da universalização dos direitos à habitação digna, saneamento, seguridade social, saúde, educação, segurança etc. é outra. (SINGER, 2012, p. 167).

Para resultados não tão lentos, a distribuição de renda deveria ser intensificada, e foi o que o governo fez. Consoante Singer (2012):

(...) A medida que o PIB crescia, aumentava também a quantidade de recursos transferidos para os mais pobres, como foi o caso da valorização do salário mínimo e do próprio Bolsa Família no segundo mandato. (p. 179).

Em termos de desigualdade, os ricos, na década de 2000 tiveram uma diminuição de 10% na renda acumulada, enquanto os pobres, um aumento de 100%. Porém, em números absolutos, a elite brasileira em nada é afetada. Vejamos os percentuais:

(...) Em torno do ano 2000, a CEPAL registrava, no Brasil, que os 10% mais ricos ficavam com 47% da renda, enquanto os 10% mais pobres, com 0,5%, [...] de acordo com o CPV/FGV, entre 2001 e 2009 a renda *per capita* dos 10% mais pobres aumentou 6,8% ao ano, enquanto a dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,5% ao ano. Em [...] 2009 o Ipeadata informava que os 10% mais ricos haviam ficado com 43% da riqueza nacional segundo a renda domiciliar *per capita*, enquanto a proporção dos 10% mais pobres subira para 1%. (SINGER, 2012, p. 183).

Por conta disto é que Singer (2012) critica o reformismo lento dos governos lulopetistas, entretanto, parece esquecer que os últimos dois representantes governamentais eleitos na América Latina a realizarem um reformismo forte, radical, revolucionário, foram Salvador Allende no Chile de 1970 e Hugo Chávez na Venezuela³⁷ de 1999 – o primeiro foi assassinato

³⁷Por sua resistência, atualmente a Venezuela vive uma enorme crise econômica devido à embargos orientados por Washington. N.A.

no bombardeio ao Palácio La Moneda, enquanto o segundo foi retirado do Palácio Miraflores para quase ser assassinado/enviado para o Panamá. O lulo-petismo enxergou no não conflito com o capital o melhor caminho para se conquistar, à longo prazo, uma readequação e emparelhamento das classes sociais.

A lentidão no equilíbrio das desigualdades é mais bem observado quando visto da perspectiva do polo da riqueza, todavia, observado pelo polo da pobreza, tal lentidão torna-se subjetiva quando aqueles que eram invisibilizados começam a ocupar espaços antes restritos à elite, como universidades e aeroportos. Que nossa elite sempre teve “horror à pobre”³⁸ não é nenhum segredo, o que poucos conjecturavam é que tal elite pudesse em tão pouco tempo, a partir de uma pequena mudança na perspectiva de um Estado economicamente interventor, não tolerar tais avanços sociais. Contrária à este fenômeno social, mostrou-se capaz, até, de propor o rompimento da estrutura democrática e do pacto popular. No entanto, não se interrompe um governo por conta uma classe não gostar de negros e pobres estudando com os filhos da elite na mesma faculdade e/ou encontrando os ditos “farofeiros” em Porto de Galinhas, independentemente de a viagem da “ralé” estar sendo paga em 18 vezes com juros. Era necessário que a população passasse a sentir no bolso, um aperto econômico – eis que uma vez mais lá estavam os banqueiros para auxiliar a elite e seus cordeiros iludidos, a classe média.

Tentando, desde o final de 2012, o governo Dilma sofre, em meados de 2013, grande derrota para os bancos privados quando da proposta de redução de juros. Vamos entender o impacto: com juros mais baixos, as pessoas pobres, e até a classe média, organizam melhor suas dívidas e adquirem alguns bens. O pequeno e médio empresário consegue aumentar capital de giro, enquanto o Estado promove políticas industrializantes e a economia cresce para todos os segmentos sociais. Já com juros altos, as famílias pobres se endividam cada vez mais. O Estado entra em processo de recessão, não podendo industrializar o setor de produção que fica refém da exportação de gado e soja. A indústria encolhe, aumenta o desemprego e com ele, a formação do exército de reserva, cujo resultado já abordamos³⁹. Cresce a inadimplência e em meio à tudo isso, a economia começa a despencar, mas, adivinhem para qual segmento isto não aplica: aos bancos privados.

³⁸Referência ao personagem Caco Antibes, do seriado Sai de Baixo. Caco é um ex-membro da alta sociedade de São Paulo, que após descoberto diversos envolvimentos fraudulentos pela Receita Federal, é expulso de sua mansão, indo morar no apartamento de sua sogra, na periferia de São Paulo. N.A.

³⁹Não à toa encontra-se, atualmente, engenheiros formados “batalhando” (SOUZA, 2004), como UBER. É a lógica de Magnoli (2004) e Chomsky (2017) da qual todo mundo trabalharia no Mc’Donalds – uma espécie de McGlobalização como define Purdy (2017). O caso do UBER, só para exemplificar representa a precarização das relações de trabalho, em flexibilizações que só beneficiem a elite, que neste caso, personifica-se na figura de Jeff Bezos, atualmente o homem mais rico do mundo, dono da empresa citada.

Estes, no início de 2015, apresentaram os resultados de 2014, quando se deu início à crise econômica brasileira. Em relação aos bancos privados, o Itaú/Unibanco, o maior entre eles, de acordo com o portal G1.COM (2015a), apresentou lucro superior a R\$ 20 bilhões. Já segundo a revista Exame (2015a; 2015b), os bancos Bradesco e Safra, segundo e quinto maiores, lucraram, respectivamente, R\$ 15 bilhões e R\$ 1,5 bi. O terceiro maior banco, Santander, conforme o portal G1.COM (2015b), teve lucros de R\$ 5,8 bilhões, enquanto o BTG Pactual mostrou resultados positivos de R\$ 3,4 bilhões, consoante seu próprio site. (BTG PACTUAL, 2015). Com lucros menores, estão os bancos Votorantim, com lucratividade de R\$ 500 milhões (CONTEX, 2015) e Citibank Brasil, com R\$ 124 bilhões (VALOR, 2015b). O único banco entre os oito maiores a apresentar prejuízo fora o HSBC, no valor de meio bilhão de reais, contudo, isto deu-se, em conformidade ao G1.COM (2015c), devido a processos fraudulentos de seus clientes e práticas de evasão fiscal. Somando a lucratividade destes bancos chegamos ao montante de R\$ 46 bilhões. Creio ficar fácil de compreender que a crise econômica brasileira não está condicionada ao poder Executivo, ou, ao menos, não somente à ele, visto que a presidente travou uma batalha justamente contra este setor. Logo, a crise que se viveu fora orquestrada justamente por aqueles que mais lucrariam com ela. Tendo feito a sua parte, os banqueiros passavam o bastão para outra elite, a midiática.

À Mídia, caberia o papel de formar a opinião pública de que os responsáveis eram os políticos e a corrupção, recaindo o fardo sobre o atual governo, na imagem de Dilma e do PT, e não menos da figura de Lula. Esta elite, em concordância com Souza (2016; 2017), utilizou-se das manifestações regionais contra o aumento das passagens, iniciado em junho de 2013, para federalizar as reivindicações e fabricar um consenso social de que os problemas estavam nas políticas petistas. O ano de 2014 fora turbulento, e pelos planos dos donos do poder, assim o deveria ser, para o governo. Era ano eleitoral e o quão mais fragilizado chegasse o mandato de Dilma nas votações de outubro, mais fácil seria acabar com o legado petista. Em meio à isso, deu-se início a Operação Lava-Jato, que investigava doleiros, empreiteiros em esquemas de Caixa 2 com políticos, chegando a participação de altos executivos da Petrobras – indicados pelo PT.

Marcado pelo discurso forte anticorrupção, ao tomar o poder, o Partido dos Trabalhadores correspondeu, parcialmente, à sua história, aprovando medidas que combatesse-a, trazendo à luz do dia, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, mantida e reforçada desde o governo FHC, a Lei da Transparência (2009), Lei Complementar da Ficha Limpa (2010), o que acarretou em 2012, na prisão de nomes do primeiro escalão de partidos da situação e do próprio partido, como Roberto Jefferson (PTB), José Genoíno e José Dirceu, ambos do PT, entre outros

das demais siglas, acerca do Caso Mensalão. Pelo lado positivo, era uma novidade na política brasileira: políticos atrás das grades. Nas palavras de José Murilo de Carvalho:

A condenação foi um marco em nossa história jurídica. Quebrou o tradicional viés da justiça em favor de grupos privilegiados e mostrou, pela primeira vez, à população que a igualdade de todos perante a lei, consagrada na Constituição, começava a ser posta em prática. Do ponto de vista institucional, o julgamento conferiu maior credibilidade ao Judiciário e ao Ministério Público. Mantidas a firmeza e a coerência do STF no julgamento de processos assemelhados, nossa prática política poderá atingir um patamar superior no que se refere à incorporação de valores republicanos. (2015, p. 237).

O que a mídia passou a distorcer foram as perspectivas das informações, afinal de contas, como diria o jurista e professor universitário Luiz Roberto Bodstein (s/d.), é possível contar uma mentira, dizendo apenas verdades. Como afirma Chomsky (2003), estes são os espetaculares feitos da propaganda. Em vez de creditar que nos governos petistas não houve, por parte do Executivo e Legislativo, nenhuma medida que coibisse investigações em quaisquer esferas policiais, o chamado engavetamento de processos, de modo à, pela primeira vez na história do país, mostrar que é possível prender políticos e nomes poderosos e não somente os pobres e miseráveis. Em vista disso, a mídia ajustou a perspectiva para mostrar que nunca havia tido tanta corrupção como no período do PT. O projeto caminhava a passos largos: a derrota do PT nas eleições de outubro.

Entretanto, no dia 26 de outubro, veio o choque de realidade para a elite brasileira. Quando do resultado da apuração, historicamente com a menor margem de votos entre os candidatos, seus planos não funcionaram e Dilma Rousseff era reeleita para mais quatro anos – 16 de PT. O PSDB, não reconhecia a vitória de Dilma, acusando o processo de ser fraudulento e requisitando uma recontagem dos votos, pondo em dúvida até a utilização das urnas eletrônicas. (G1.COM, 2014). Com esta atitude estava encerrado o ciclo democrático brasileiro. À margem do poder institucional legítimo, formava-se o pacto oligárquico, que tinha como projeto a renúncia da presidenta e, conseqüentemente, o fim do pacto Nacional-Popular. A partir deste momento, a elite brasileira começava a encaminhar o Brasil, como veremos no capítulo seguinte, para o atraso.

O intuito deste capítulo, que discorre os governos Vargas, JK, Jango, passando pela Ditadura Militar e pelo processo de redemocratização, dando ênfase aos governos socialdemocratas, fazendo uso da análise política e econômica nos diferentes momentos, fora o de compor o cenário histórico e político brasileiro, com vistas à servir de base para o capítulo seguinte, onde compararemos os princípios que formam o mecanismo concentrador de riqueza e poder implantado nos Estados Unidos à nossa trajetória.

4 A ELITE E O ATRASO

“Analisando essa cadeia hereditária, quero me livrar dessa situação precária. Onde o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre. E o motivo todo mundo já conhece, é que o de cima sobe e o de baixo desce”. (As Meninas – Xi Bombom)

Neste capítulo, discorreremos acerca de como os princípios chomskianos estão sendo aplicados na sociedade brasileira, mais fortemente a partir de 2013, mobilizando uma parcela importante da sociedade a protestar contra a realização de políticas inclusivas e de diminuição dos índices de desigualdade social. Para tanto, dividimos o capítulo em três partes: primeiramente, tratamos da reviravolta na política brasileira iniciada com as manifestações de junho de 2013; em seguida, comparamos os princípios de concentração de riqueza e poder instituídos nos Estados Unidos à luz dos estudos de Noam Chomsky, ao Brasil; e, por fim, respondemos à problemática surgida a partir da relação deste mecanismo concentrador de riqueza com o Estado: devemos combater a pobreza ou a riqueza?

4.1 O BRASIL A PARTIR DE 2013

O primeiro subcapítulo visa compreender os últimos três anos do governo Dilma Rousseff. Iniciamos com a síntese do que foram as manifestações de junho de 2013 e, de como ela passou de um movimento organizado através das redes sociais, que pleiteavam o bloqueio dos reajustes de tarifas dos transportes coletivos à um protesto politizado e transferido da esfera municipal/estadual para a federal, que culminariam no rompimento democrático pós-eleições em 2014, desencadeando o processo golpista que levou ao impeachment da presidenta em meados de 2016, encerrando, por conseguinte, o que entendemos por ciclo Democracia e Justiça Social.

4.1.1 2013: As “Jornadas de Junho”

Conhecida também por “manifestações dos 20 centavos”, os protestos, organizados através das redes sociais, formaram-se em oposição aos reajustes tarifários dos transportes públicos em diversas capitais. Em poucos dias as manifestações ganharam proporções

gigantescas, não vistas desde o pedido de impeachment de Collor. Nesse ínterim, a pauta originária, da qualidade dos transportes e o passe livre estudantil, dava lugar à temáticas variadas. Por quê? Primeiramente é bom definirmos que não houve uma evolução crescente no processo de manifestações, mas sim, dois tipos diferentes da mesma, em outras palavras, uma manifestação foi substituída por outra, através de manipulação midiática (SOUZA, 2018) e com um objetivo bem claro: a federalização da crítica social, ou seja, a transformação da insatisfação pública com os governos municipais/estaduais para o governo federal. Dito isso, passamos às características de cada uma.

Jessé Souza (2015) explica que a primeira fase dos protestos, organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), não encantou a mídia, que de imediato passou a enfatizar os focos de vandalismo – ocorrências ínfimas, quando não nulas. Por conta do tipo de repercussão, os organizadores também não desejavam a presença da mídia, a qual servia apenas para descaracterizar o movimento. A capilaridade deste era baixa, não ultrapassando a marca de 300 mil pessoas⁴⁰, somando as diversas cidades. Ainda assim, a repressão policial fora exagerada, deixando dezenas de pessoas feridas, entre elas, também integrantes do setor jornalístico. Em São Paulo, foco de maior concentração, a polícia deteve mais de 300 pessoas⁴¹. O público que preenchia o movimento, iniciado em 6 de junho, era formado por estudantes, universitários e de ensino básico, de diferentes classes, contudo, em menos de duas semanas, esta manifestação foi suprimida, dando início à segunda fase.

Em 19 de junho, o mote das reclamações não era mais somente a má qualidade dos transportes públicos, mas, todos os serviços públicos, além dos gastos superfaturados nas obras da Copa das Confederações – que acabou ocorrendo⁴² – e da Copa do Mundo à se realizar no ano seguinte, além da corrupção política. A mídia passou a proporcionar maior cobertura, ao mesmo tempo que aumentava a participação “popular”. A repressão policial diminuiu vertiginosamente e o, até então, protesto ou movimento foi alterado no discurso para manifestação, ganhando o adjetivo “pacífico”. O Jornal Nacional, conforme Souza (2018), exaltava a festa da democracia. Já o jornal da Globo anunciava, sob interação de Arnaldo

⁴⁰MELO, C.T.V.; VAZ, P.R.G. **E a corrupção coube em 20 centavos**. Publicado em: set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gal/n39/1519-311X-gal-39-0023.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

⁴¹Portal UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/em-dia-de-maior-repressao-da-pm-ato-em-sp-termina-com-jornalistas-feridos-e-mais-de-60-detidos.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

⁴²Em meio aos protestos e gritos de ordem, ecoava o “não vai ter Copa”, em alusão a Copa das Confederações que se iniciaram em 15 de junho. Os mesmos gritos ocorreram tempos depois, referenciando-se ao evento maior, a Copa do Mundo. N.A.

Jabor⁴³, que as manifestações ganhariam respeitabilidade histórica caso conseguissem barrar a PEC 37⁴⁴. A grande mídia demonstrava ter sua posição política – e era contrária ao governo federal. Se em 17 de junho, o público total não passara de 300 mil pessoas, três dias depois, as ruas estavam ocupadas por mais de 1,5 milhão de pessoas. O curioso é que a pauta inicial acerca das tarifas era pouco visibilizada.

O governo não demorou para agir. A presidente Dilma Rousseff pronunciou-se com medidas a serem tomadas: a corrupção passava a ser crime hediondo e o valor das tarifas retornariam ao preço anterior – mesmo que tal responsabilidade fosse dos estados e municípios. Pois bem, pauta alcançada, a lógica pressupunha um retorno ao cotidiano – não fora o que aconteceu e as manifestações continuaram. Em Brasília, os manifestantes dirigiram-se à Esplanada dos Ministérios em imagem que rodou o mundo, no qual as pessoas ocupavam a rampa e o teto do Congresso Nacional. Afinal de contas, a intenção da mídia era enfraquecer o governo, mesmo que ele se predispusesse a dialogar com os diversos setores da sociedade. Os “novos” manifestantes eram fáceis de se identificar, caracterizados com a camiseta da seleção brasileira (que por burra ironia era o time anfitrião da Copa do Mundo que desejavam boicotar), porém, segundo Souza (2018, p. 101), tais manifestantes, os “amarelinhos” não tinham time algum, assim como não tinham nenhum partido, sendo suas ações reações espontâneas, já “os ‘vermelhos’ eram militantes profissionais sectários”. Carvalho (2015) vai ressaltar a forte presença, quase dominante, da classe média, protestando pelo impeachment da Dilma, em 2015 e 2016, através de críticas realizadas por crianças acerca da desvalorização do real que as impossibilitariam de ir (*novamente*) para a Disney⁴⁵. Tornava-se claro que o desejo era criar uma polarização política, entretanto, não aos moldes do PSDB e PT, visto os tríplice revés (2002, 2006, 2010), mas sim, de isolar os defensores vermelhos do PT e unificar todos aqueles odiosos desse PT. E a mídia estava conseguindo seu objetivo, pois

(...) No dia 29 de junho, finalmente, o Jornal Nacional colheu o sucesso retumbante da violência simbólica tão bem perpetrada: foi mostrada uma pesquisa segundo a qual a aprovação popular da presidenta despencara em queda livre. Ela perdera 27 pontos percentuais desde o início dos protestos (*estamos falando de 23 dias*), os quais visavam na sua origem a questões locais e municipais. Era a maior queda de

⁴³GLOBOPLAY. **Arnaldo Jabor fala sobre novos protestos e ressalta força da juventude**. Publicado em: 17/06/13. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2640269/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

⁴⁴Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, tinha o objetivo de limitar as áreas de atuação das instituições do Judiciário, neste caso, separando as funções de acusação (Ministério Público), investigação (Polícias, entre elas, a Federal) e julgamento (Tribunais Regionais e STF). N.A.

⁴⁵G1.COM. **Família protesta em Brasília ao ter ida aos EUA adiada devido ao dólar alto**. Publicado em: 09/10/15d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/crianca-protesta-em-brasil-ao-ter-ida-aos-eua-adiada-devido-ao-dolar-alto.html>>. Acesso em: 25 set. 2019.

popularidade da presidenta desde o início do mandato. (SOUZA, 2018, p. 95. Grifo meu).

A federalização dos protestos estava mais do que em curso. Estas abordagens eram diariamente repetidas nos telejornais, principalmente nos da Rede Globo, classificada como golpista por Jessé Souza (2016). A direita, sob a égide do PSDB, já contava com seu retorno ao poder em 2015.

4.1.2 2014: O rompimento do Ciclo Democracia e Justiça Social

Como prenunciamos no capítulo anterior, é com a derrota – a quarta seguida – da “elite do atraso”⁴⁶, informalmente pactuada entre o sistema financeiro, midiático e da classe média conservadora (SOUZA, 2015), que a democracia fora rompida. Observar os vermelhos mantidos no poder por mais quatro anos foi “a ressaca da frustrante primavera brasileira”⁴⁷. Com a atitude antiética de não respeitabilidade da vontade comum, grupos políticos associaram-se ao bloco conservador e antipopular gestado nas Jornadas de Junho pensando na penúltima possibilidade para breçar os governos do PT: o controle do complexo jurídico-policial do Estado, isto é, “instituições destinadas a proteger a democracia passaram a agir de modo concertado para derrubá-la”⁴⁸. Neste sentido, Mídia e Judiciário formaram a parceria que faltara em 2013. Da abertura da Lava-Jato, pouco tempo levou-se para que o processo policial assumisse um viés político.

Parte do Legislativo deixou de dialogar com o Executivo. O candidato derrotado, Aécio Neves, ao retornar para o Senado, fez um discurso forte de oposição ao governo, prometendo atuar de forma incansável e intransigente (SENADO, 2015). Já Aloysio Nunes, presidente nacional do PSDB, conterrâneo de Aécio, de acordo com o portal Valor Econômico (2015a), em março de 2015, foi ainda mais incisivo, referindo-se ser contrário ao impeachment, pois desejava era ver o governo sangrar. Ainda em concordância com o Valor Econômico (2015c), meses depois, Aécio afirmava que o governo Dilma seria mais breve do que alguns imaginavam. O PSDB durante o ano de 2015 se aproximaria de quadros relevantes do PMDB, principal partido da base aliada, de modo que isto não caiu bem ao gosto da presidenta Dilma. A mesma preferiu não se relacionar com muitos parlamentares (PATTO SÁ, 2018). Por conta

⁴⁶Apesar de já termos indicado os pontos de referência da elite brasileira anteriormente, a partir deste momento, quando tratarmos de elite e/ou “elite do atraso”, termo cunhado por Jessé Souza, referi-lo-emos às elites agropastoris, rentistas e financeiras. Em outras palavras, basicamente exclui-se a elite industrial. N.A.

⁴⁷SOUZA, 2015, p. 245.

⁴⁸SOUZA, 2018, p. 108.

disto, a relação da presidenta com o Congresso deu-se de forma truculenta, o que provocou uma paralisação do mesmo com a intenção de minar a atuação da presidenta, mesmo que suas medidas propostas fossem positivas – o plano era promover as pautas-bombas⁴⁹.

Não bastando o confronto Executivo-Legislativo, também o Judiciário entrava forte em cena. A operação Lava-Jato, também influenciada pelos dois demais poderes, passou a atuar de forma seletiva, prendendo dirigentes de empresas estatais, na condição, naquele momento não tão claro (necessitava-se de um distanciamento temporal para uma melhor compreensão), de perseguir o governo petista e, mais do que isso, a ideologia do lulismo⁵⁰. Dilma mantinha sua posição inegociável, no entanto, como afirma Patto Sá (2018, p. 439), “uma liderança mais atilada teria evitado que a situação crítica atingisse tamanha envergadura”. Ainda consoante o autor, a presidente gera diferentes formas de análise em sua atuação. Para uns,

(...) Dilma foi autoritária, irascível e pouco aberta ao diálogo com as lideranças políticas. Além disso, formularam-se muitas reclamações contra sua capacidade de ouvir conselhos e certa teimosia. De outro ponto de vista, pode-se dizer que a presidente agiu assim por dificuldade em aceitar os arranjos políticos tradicionais, inclusive a corrupção. Um exemplo paradigmático foi o choque com o deputado Eduardo Cunha, que seria eleito presidente da Câmara dos Deputados contra a vontade de Rousseff, que não o suportava por saber como ele operava. Ela ganhou com isso um inimigo irreconciliável que, à frente da Câmara, teve papel-chave na aprovação do *impeachment*. (PATTO SÁ, 2018, p. 439).

Os *Checks and Balances*⁵¹ estavam desajustados. Literalmente faltava para o sistema político os freios e os contrapesos. O jurídico, aos poucos (ou a cada prisão) ganhava proeminência, todavia, seria o Legislativo quem dominaria o cenário político. Com uma agenda política paralisada, restou à oposição orquestrar, em detalhes, o mecanismo do golpe. Vendia-se midiaticamente uma justiça social contra a corrupção do Estado, porém, o que a sociedade não enxergava eram as fraturas deixadas por tal ruptura institucional. Jessé Souza (2016),

⁴⁹Pauta-bomba é uma medida encontrada pelo Legislativo de confrontar o Executivo, no sentido de aprovarem medidas que andem na contramão do governo, principalmente quando o Executivo busca um equilíbrio fiscal pautado pela diminuição do gasto público. Um exemplo disto seria o Congresso aprovar um aumento salarial acima do esperado. E mesmo quando houvesse o veto presidencial, o Congresso agiria de forma a derrubar o veto com maioria de 2/3 da casa. Foi assim que articulou-se a crise fiscal de 2015, sob a orientação de Eduardo Cunha. Ver: EBC. **Economistas acusam Congresso de irresponsabilidade ao aprovar aumento de gastos**. Publicado em: 06/08/15. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/08/economistas-acusam-congresso-de-irresponsabilidade-ao-aprovar-aumento-de>>. Acesso em: 28 set. 2019.

⁵⁰SINGER, 2012.

⁵¹Para Montesquieu (2014), Checks and Balances são os freios e contrapesos criados pelo Estado para limitar e controlar a ação dos diferentes poderes institucionais que ficam desta forma dependentes entre si. A ausência de uma interdependência levaria à um dos poderes tornar-se hegemônico, assim como, da mesma forma, poderia ocasionar de um dos mesmos desenvolver uma inutilidade. MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martim Claret, 2014.

fazendo uma analogia ao corpo humano e ao exame de raio-X que permite observar o interior do fenômeno, propõe que façamos uma radiografia do processo golpista.

4.1.3 2016: A radiografia do golpe

Como já vimos e conforme Souza (2015), desde o início da mudança de um modelo rural para um modelo urbano da sociedade brasileira são observados os mesmos grupos estruturando crises e promovendo instabilidades institucionais: imprensa, classe média conservadora e os interventores da ordem constitucional, melhor dizendo, parcela da mídia, capitaneada pela Rede Globo, uma minoria da caserna, remanescentes da linha dura do período ditatorial e aqueles que, de modo geral, odeiam os pobres. Desta feita, os militares não desejavam envolvimento, salvo se a desordem planejada saísse do “controle”. A plutocracia já havia vencido a batalha dos juros e a mídia minava a presidente e o PT, todavia, a presidente se mantinha. A Lava Jato mudou sua estratégia e avançou contra, não mais a ideia do lulismo, mas ao próprio Lula. As manifestações de rua seguiam com panelaços, com famílias de classe alta, acompanhada de suas empregadas, que cuidavam dos filhos dos patrões, os quais defendiam menos direitos trabalhistas, bem como dos amarelinhos – o símbolo dos manifestantes seguia sendo a camiseta da seleção brasileira, duplamente irônico, visto que a CBF (Confederação Brasileira de Futebol), entidade privada, estava imersa em escândalos de corrupção, segundo a revista Exame (2015c).

As investigações do apartamento tríplex⁵² que não evoluíam, por falta de provas, tomaram uma nova direção no início de 2016. Em março daquele ano, Lula foi acordado na primeira hora da manhã por uma equipe da Polícia Federal com mandato de condução coercitiva para prestar esclarecimentos à Lava-Jato (EXAME, 2018).

As intenções escusas da operação já não enganavam a todos – mas ainda serviam para uma importante parcela da sociedade – e isto mobilizou milhares de pessoas às ruas para defender o ex-presidente. Sentindo-se acuada, após esta ofensiva, Dilma tentou sua última estratégia, blindar Lula, e conseqüentemente ela mesma, ao colocá-lo nos bastidores políticos, nomeando-o ministro-chefe da Casa Civil, o que poderia contornar a crise. Contudo, em conversas grampeadas, ilegalmente, o juiz Sérgio Moro teve conhecimento do plano petista e,

⁵²EXAME. **A linha do tempo do caso tríplex que levou Lula à prisão**. Publicado em: 25/04/18. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/a-linha-do-tempo-do-caso-triplex-que-levou-lula-a-prisao/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

independentemente de estar cometendo um crime⁵³, resolveu entregar os áudios para a Rede Globo divulgar, uma vez mais com exclusividade (SOUZA, 2016).

Para Moro, não importava se a ação era ilegal, o que interessava à sociedade era o conteúdo das ligações. Lembrando que este é o mesmo Moro, juiz, agora ministro, que ao ter seus áudios vazados pelo site de investigação The Intercept⁵⁴ adotou um discurso completamente oposto. Claramente que para Moro, existiam um peso e duas medidas. Ele apostou e venceu, havendo comoção popular que fez com que Lula, através de liminares, fosse impedido de assumir o cargo. Em relação ao juiz Sérgio Moro, foi-lhe apenas orientado a pedir desculpas e, posteriormente, ficou afastado dos holofotes (SOUZA, 2016). Em agosto, Lula fora indiciado sob suspeita de corrupção passiva, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Não bastando atacar o ex-presidente, a ex-primeira-dama Marisa Letícia também fora indiciada pelos mesmos crimes.

No entendimento dos paladinos da justiça, para retirar Dilma do poder, valia tudo, até agir em desconformidade à lei, algo que a própria, denunciada não fizera. A acusação sobre Dilma fora de crimes de responsabilidade, relacionado às pedaladas fiscais, algo comum à todos os presidentes anteriores. Julgada por um Congresso influenciado por Eduardo Cunha e um Senado alinhado à Aécio Neves, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma deixava o cargo de presidente ao seu vice, Michel Temer. O processo ocorreu em tempo recorde. A mídia atuou diariamente sobre a temática do impeachment e a corrupção atrelada quase somente ao PT (SOUZA, 2018).

A elite golpista vencera o jogo. O PT estava enfraquecido e sem novas representatividades. Com o pacto popular se rompendo, o caminho estava livre para retomar o neoliberalismo. O ciclo democrático fora implodido e a justiça social entrava em processo de extinção. Entretanto, ainda havia um detalhe: à menos de um ano das eleições, após toda a conjuntura apresentada, de acordo com a Gazeta do Povo (2017) em pesquisa realizada pelo Datafolha, Lula obtinha 37% das intenções de votos para o pleito de 2018, tendo, no mínimo,

⁵³Desrespeito à Lei 9.296/1996, artigo 8º, conhecida por Lei das Interceptações, a qual assinala que os grampos telefônicos e suas respectivas transcrições são sigilosas. Nesta mesma legislação, o artigo 10 apresenta que o descumprimento da lei, constitui crime, com pena de 2 à 4 anos de prisão. Além de não perder seu registro, nem responder pelos crimes cometidos, o juiz Sérgio Moro ainda ganhou de brinde o Ministério da Justiça do governo de Jair Bolsonaro. Para maiores detalhes da interpretação da lei, ver: CONJUR. **Sérgio Moro divulgou grampos ilegais de autoridades com prerrogativa de foro**. Publicado em: 16/03/16. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-16/moro-divulgou-grampos-ilegais-autoridades-prerrogativa-foro>>. Acesso em: 16 out. 2019.

⁵⁴O The Intercept é uma agência de notícias, dedicada também à atuação do jornalismo investigativo independente. Criada em 2013, pelo filantropo e fundador do eBay, Pierre Omidyar, foi responsável pela divulgação dos casos de espionagem global ilegal realizadas pelos Estados Unidos, no que ficou conhecida pelo Caso Edward Snowden, que rendeu ao jornalista e advogado criminalista Glenn Greenwald, o prêmio Pulitzer em 2014. N.A.

o dobro que qualquer outro candidato e, mais, venceria, no segundo turno, qualquer candidato disponível. Era urgente a inviabilização da candidatura do ex-metalúrgico. Afinal de contas, não iriam os donos do poder, mergulhar o país em uma crise, provocar uma divisão social, realizar todo um processo de impeachment, passar por cima das legislações e Constituição, programar uma gigantesca mobilização midiática e social, para logo ali adiante, permitir que Lula participasse das eleições, com enormes chances de vencer, ainda em primeiro turno. E, uma vez mais, em tempo recorde, a ação do judiciário em relação ao julgamento de Lula, no processo do tríplex, mesmo sem provas, definiu-se pelo encarceramento do ex-presidente na sede da Polícia Federal em Curitiba. Moro voltava à cena, interferindo diretamente na eleição de outubro seguinte.

Para a eleição presidencial, apresentaram-se quatro grupos distintos de candidatos. A extrema esquerda, capitaneada pelo PSOL, sempre radical e sempre com baixa capilaridade. A direita, com PSDB e PMDB, além de alguns partidos fisiológicos, tão ou mais enfraquecidos que o PT, apresentaram redução no número de cadeiras no Congresso e Senado, assim como recuaram em algumas unidades federativas, perdendo, por exemplo, o histórico reduto mineiro, no caso do PSDB. A socialdemocracia dividiu-se nas representações de Fernando Haddad, simbolizando Lula, que tentou até o último momento, mesmo preso, participar do pleito e Ciro Gomes, pelo PDT, com uma estruturada agenda progressista, sem conseguirem entrar num acordo que os unificasse. Curiosamente, Ciro Gomes era o único candidato não líder das pesquisas com capacidade de reverter a votação em um provável segundo turno – e por fácil entendimento, não estava associado a demonização do PT.

Por fim, uma extrema-direita, neoliberal, pautado por um discurso de ódio generalizado, contraditoriamente apoiado pelos movimentos neopentecostais, aproveitando-se da situação, sem participar de um único debate político no segundo turno, valendo-se da ocorrência de um atentado contra o seu representante, e que venceu a corrida presidencial. Jair Messias Bolsonaro, o mesmo que durante a votação do impedimento da presidente Dilma Rousseff, homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador da mesma, era eleito com mais de 57 milhões de votos, alcançando pouco mais de 55%, perdendo apenas nos estados do nordeste. O Brasil começava a caminhar para o atraso, utilizando-se de um simulacro democrático. Os gritos que ecoaram, naquele sensível distante junho de 2013, tornaram-se demasiado nítidos: não eram apenas por causa de 20 centavos. (MELO; VAZ, 2018).

Por fim, o golpe do século XXI não se faz mais com armas e tanques nas ruas, mas sim com algumas capas e togas. Como bem retrata Souza (2015), o golpe e seus mandantes não mudam, o que mudam são

(...) as vestes e as fantasias, “moderniza-se” o golpe, substitui-se o argumento das armas pelo argumento “pseudo-jurídico”, amplia-se a aparência de “neutralidade”, sai de cena a baioneta e entra no palco da ópera bufa a toga arrogante e arcaica do operador jurídico, mas preserva o principal: Quem continua mandando de verdade em toda a encenação do teatro de marionetes são os mesmos 1% que controlam a riqueza, o poder e a instrumentalizam a informação a seu bel-prazer. Os outros 99% ou são manipulados diretamente, como a classe média “coxinha”, ou assistem de longe, bestializados, a um espetáculo o qual, como sempre, vão ter que pagar sem participar do banquete. (p. 261).

4.2 O MECANISMO CHOMSKIANO APLICADO

Observando a breve trajetória histórica do Brasil, esperamos ter conseguido deixar claro os motivos pelos quais a elite plutocrata interrompeu as políticas de diminuição das desigualdades sociais proporcionadas nos governos Lula e Dilma. Ainda assim, um dos objetivos desta monografia é explicar também como isto ocorreu, logo, como se operacionalizou este mecanismo de modo que suas engrenagens não ficassem visíveis.

Encerramos o capítulo anterior com a chegada ao poder de um candidato que renuncia até as nuances coloradas de quaisquer que sejam os artefatos, como no caso das cadeiras com estofados vermelhos do Palácio da Alvorada⁵⁵, por conta de um asco inconsciente e ignorante do que pensa por socialismo, o que o faz entender que o Brasil precise ser salvo do avanço comunista. Por este motivo, entre outros, sua agenda político-econômica alinha-se no extremo oposto da perspectiva econômica à qual critica, apoiando-se no neoliberalismo. A engrenagem invisibilizada, a qual abordaremos a seguir, é gestada no liberalismo estadunidense desde a Independência, em 1776, e desenvolvida no novo liberalismo a partir da década de 1980. Este mecanismo foi importado pela elite brasileira e emulado de acordo com nossas peculiaridades, no entanto, não alterando os resultados desejados pela elite do atraso: obter cada vez mais dinheiro para comprar o poder e gerar mais dinheiro, em um viciante círculo concentrador. Dividido em dois subcapítulos, apresentaremos primeiramente os princípios já estabelecidos, o que não quer dizer que um ou outro não encontre resistência e até mesmo, em alguns momentos retrocessos, e posteriormente, os que estão em processo de desenvolvimento.

⁵⁵O GLOBO. **Cadeiras vermelhas do Palácio da Alvorada são trocadas por azuis**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/caadeiras-vermelhas-do-palacio-da-alvorada-sao-trocadas-por-azuis-23343420>>. Acesso em: 20 out. 2019.

4.2.1 Os princípios estabelecidos

Dentre os dez princípios de concentração de riqueza e poder propostos por Chomsky (2017) para analisar o processo político-socioeconômico estadunidense, os quais o autor compreende que estejam todos estabelecidos, inferimos que somente seis deles estão sedimentados em nossa sociedade. Como uma engrenagem, cada princípio se utiliza de outro para desempenhar sua função. Desta forma, dispomo-los aos pares, sendo eles: a restrição democrática e o controle das eleições; a modelagem ideológica e a fabricação do consenso; e, a reestruturação econômica e a transferência do fardo.

4.2.1.1 A restrição democrática e o controle das eleições

O recorte temporal de análise histórica do Brasil parte de 1930, com a Revolução Liberal, porém, alguns princípios já estavam estabelecidos ainda na Primeira República. Também é importante ressaltar que alguns princípios apresentaram recuos e avanços, contudo, é o seu tempo de atividade que faz com que definamos como estabelecido. Dessa forma, por mais que a restrição democrática tenha recuado no sentido da participação eleitoral, nos demais seguimentos ela ainda é muito presente, como a invisibilidade dos deficientes físicos e mentais, quando não se respeita a Lei de Acessibilidade, da não permissividade de negros e pobres utilizarem alguns espaços, assim como a questão do gênero, tanto feminino, quanto de orientação bissexual, transexual e/ou transgênero e não menos importante, a conservação cultural e existencial de grupos indígenas que parece caminhar a passos largos em direção à extinção. Logo, o conceito de democracia se expande, refletindo no usufruto das liberdades sociais e da realização de políticas que atendam o bem comum e não somente aos interesses privados de algumas facções.

O grupo mais afetado pela não democracia foram/são os negros⁵⁶. Muitos oriundos de famílias submetidas ao processo escravocrata, que viveram tal fenômeno por mais de 300 anos, construindo o Brasil à ferro e fogo, de “presente” ganharam sua liberdade – e tão somente. Para Souza (2017), o atraso na efetivação da liberdade é o que faz da população negra, não inferiores à população branca, mas sim, sujeitos em condições de inferioridade. Outro grupo demasiado

⁵⁶Levando-se em consideração algumas estatísticas, como: desigualdade salarial de brancos e negros; feminicídio de mulheres negras; vítimas de violência de jovens negros; maioria da população carcerária; baixa representatividade no cinema e televisão; índice de desemprego. Ver: **Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil**. CARTA CAPITAL. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

perseguido desde a colônia portuguesa são os indígenas, que não perfizeram uma trilha das lágrimas mas que sentiram na pele o arremedo do que fora, no Brasil, o Destino Manifesto, o qual ainda prevalece cada vez mais intenso principalmente após a chegada de Bolsonaro ao governo de Estado, visto que ainda em campanha expressara, conforme entrevista ao BOL (2018), que caso vencesse, e dependendo dele próprio, não haveria mais demarcações de terras indígenas, visto que tais reservas eram um problema para o Estado.

Quanto às mulheres, elas tiveram direito ao voto em 1932 e ao divórcio somente em 1977⁵⁷. Delegacias da mulher foram implantadas somente em 1985, na cidade de São Paulo. E apenas em 2006 uma lei específica sobre violência contra a mulher, nº 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha⁵⁸, fora promulgada. Já o feminicídio ganhou um artigo separado no código penal, em 2015. Em pré-campanha eleitoral, o mesmo candidato que pouco se importou com os povos indígenas destilou uma vez mais seu ódio generalizado. Em entrevista a um programa de televisão reiterou que a mulher deveria receber um salário menor por conta do risco de gravidez e prejuízo do empregador e, não satisfeito, ainda complementou que “tem muita mulher que é competente”⁵⁹. Na mesma linha depreciativa vivem os grupos LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgênero), historicamente marginalizados de seus direitos fundamentais, estigmatizados, quando não considerados mentalmente doentes, necessitados de auxílio psicológico ou de uma cura para a sua situação. “*Nunca se viu tanto gay como hoje*” é uma frase que não é incomum escutar em espaços tradicionais e conservadores. Entretanto, tais pessoas pensam, limitadas ao senso comum, que ser LGBTT é uma moda ou coisa de adolescente, desconsiderando políticas públicas e/ou de saúde coletivas afirmativas para tais grupos, definidos como minoria, que permitiram que suas manifestações fossem ouvidas – o que não garante que serão respeitadas, mesmo estando em um Estado

⁵⁷JUSBRASIL. **A trajetória do divórcio no Brasil: a consolidação do Estado Democrático de Direito**. Publicado em: 2010. Disponível em: <<https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁵⁸Maria da Penha Maia Fernandes, é uma mulher que sofreu uma dupla tentativa de homicídio (hoje, feminicídio), Ocorrido em 1983, seu desfecho ocorreu somente em 2001, quando o Estado brasileiro foi condenado por negligência pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA). Condenado em 2002, Marco Antonio, cumpriu dois anos (um terço da pena), sendo solto em 2004. Atualmente a legislação tornou-se mais rígida, sendo o feminicídio crime hediondo, devido à atuação de movimentos sociais e feministas. Maria da Penha é uma ativa participante de movimentos em combate a violência contra a mulher. INSTITUTO Maria da Penha. Disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 07 out. 2019.

⁵⁹YOUTUBE. **Jair Bolsonaro – Eu não empregaria mulheres com o mesmo salário que os homens – SuperPop**. Publicação s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IZZisKgrtWY>>. Acesso em: 20 out. 2019.

democrático de Direito. O casamento homoafetivo, por exemplo, tornou-se lei somente em 2013, ainda assim houve cartórios que se negaram a cumprir as determinações da Lei Federal⁶⁰.

Quando se aborda a questão dos estrangeiros fica evidente que, apesar de o Estado auxiliá-los, estes são tratados de formas diferenciadas de acordo com seu local de origem ou até mesmo por conta de sua ideologia política e/ou de sua religiosidade/espiritualidade – estamos falando de haitianos, senegaleses e venezuelanos. Os primeiros, vindo do Haiti e Senegal, chegaram a trabalhar em situação análogas à escravidão (DOMENECH, 2015), assim como sem conhecimento de seus direitos trabalhistas. Os últimos, por sua vez, fugindo da crise generalizada na Venezuela são recebidos com asco, visto que no desejo de alguns, nem deveriam ser recebidos. Esquecem-se que o Brasil fora formado por diferentes povos europeus, asiáticos e africanos das mais diversas nacionalidades. Os portugueses, por exemplo, chegaram aqui famintos e doentes, porém, conforme Aílton Krenak, “com a má intenção de assaltar essa terra”⁶¹, o que não é característico dos povos aqui refugiados.

Aos poucos a democracia foi deixando de ser restrita. Como vimos, fora no governo FHC que a educação, por exemplo, passou a contemplar a universalidade de crianças e jovens através do Plano Nacional de Educação (PNE). Já os governos petistas se propuseram a ultrapassar o programa do PSDB, inserindo na universidade aqueles que lá “não deveriam” estar através do PROUni. Esta política permitiu que os pobres adquirissem um outro patamar de conhecimento, permitindo realizar funções sofisticadas e sendo, portanto, mais bem remunerados. Para Souza (2017), alterar este status quo educacional dos pobres, por conta do potencial impacto social que esta política trazia em si, foi um dos motivos que levou a Elite à desequilibrar o governo lulo-petista.

Na saúde também tivemos um avanço democrático com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, que passou a atender todas pessoas que estivessem no território brasileiro, sem custo algum. Com o SUS, a camada mais pobre foi inserida nos cuidados com a saúde que abrange desde o controle sobre a AIDS, Hepatite C e o planejamento familiar, com distribuição de preservativos e anticoncepcionais, além de tratamento psicológico, até aos tratamentos de cânceres, muitas vezes com medicações importadas, em outras palavras, investe-se desde R\$ 1 até valores que alcançam a marca dos bilhões. Com 66% da população brasileira

⁶⁰JUSBRASIL. **CNJ manda cartório de Goiás registrar casamento homoafetivo**. Publicado em: 2013/13. Disponível em: <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/112195501/cnj-manda-cartorio-de-goias-registrar-casamento-homoafetivo>>. Acesso em: 07 out. 2019.

⁶¹BOLOGNESI, Luiz. **As Guerras do Brasil.doc: a guerra da conquista**. 2018. Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/81091387?trackId=200257859>>. Acesso em: 07 out. 2019.

recebendo menos de 1,5 salário-mínimo por mês, segundo o IBGE (2018), discursos contrários ao SUS ou em defesa da extinção do mesmo não deixam de ser uma prática antidemocrática.

Basicamente, a restrição democrática, que ultrapassa o direito de votar, acaba atingindo o pobre, alienando-o não somente de seus direitos, mas da própria informação de que os possui. Dentre os direitos políticos que uma democracia se pauta, estão os direitos de pensar, de se expressar, de ir e vir, de discutir política, de estudar e/ou ler o que quiser. Nossa plena democracia possui curtos espaços de tempo, permeado, como lembra Nunes (2005), por golpes políticos, com ou sem os militares. Interessante que se problematize que ditadura, sendo o oposto de democracia, não é condicionante de atrasos ou avanços em áreas estratégicas da economia. Afinal, como já abordamos, foi no período da ditadura varguista que os brasileiros obtiveram suas maiores conquistas civis e trabalhistas, bem como foi o momento político em que o país revolucionou sua indústria. Da mesma forma é imprescindível que saibamos que os ataques a todos estas conquistas históricas, podem ocorrer dentro do jogo democrático. Portanto, na perspectiva que democracia é o modelo que visa contemplar os interesses do bem-comum, ou seja, de todos e não dos interesses particulares, é perceptível que o período em que se propôs desenvolver da melhor maneira possível a plenitude democrática no Brasil fora rompido em 2016. Não mais plena, voltamos à uma frágil democracia. (ZAVERUCHA, 2000). Ainda assim, o direito ao voto está garantido, visto que não se imagina, na perspectiva popular, que possamos vir a perdê-lo, como ocorrido nas ditaduras passadas, no qual se fechou o Congresso, vivendo sob regimes de exceção. Todavia, na perspectiva elitista, mais do que manter o voto, no intuito de legitimar a racionalidade legal weberiana, ele deve ser controlado.

Entretanto, tal controle nem sempre se legitimou pela dominação racional-legal, de outra forma, fora amparar-se na dominação carismática de Vargas e das Forças Armadas. Uma forma bastante usual antes, durante e depois de Vargas, foi impedir que o maior partido disputasse as eleições, desta maneira, o Partido Comunista do Brasil (PCB)⁶², chamado de Partidão não disputou eleições em diversos momentos, tendo uma disputa limitada à poucos partidos, quando muito, somente à dois. Uma adaptação da prática de não permitir que um partido dispute cargos governamentais ocorreu em relação ao Partido dos Trabalhadores quando a elite, na perspectiva de Cattani (2019), entendendo que o lulismo superara o petismo, e não podendo extirpar o PT do cenário político, planejou o afastamento do principal nome para as eleições em 2018, abrindo caminho para o candidato de extrema direita.

⁶²Não confundir com o PCdoB, sigla idêntica à anterior, porém, criado em 1957 e registrado em 1988. O antigo PCB, fundado em 1922, tornado ilegal e legal por dois momentos, foi novamente registrado em 1996 passando a chamar-se Partido Comunista Brasileiro.

Discutido anteriormente, o nosso presidencialismo, combinado ao pluripartidarismo, submete que as relações do poder Executivo e Legislativo ocorram na práxis das coalizões e, conseqüentemente, o Legislativo ganha um peso relevante. Aos olhos dos donos do poder, controlar o Legislativo é, por conseguinte, o ideal. Assim sendo, as eleições no Brasil são diferentes para alguns cargos. Presidente, governadores, prefeitos e senadores são eleitos diretamente, ou seja, sua escolha dá-se através do voto majoritário. Já o grupo de parlamentares, que medem forças com o poder Executivo, passou a ser definido indiretamente, isto é, orientado pelo voto proporcional, regrado pelo quociente eleitoral⁶³, mecanismo que a sociedade, em sua maioria nem compreende, quiçá, ouviu falar sobre. Foi assim que a candidata Luciana Genro, nona colocada no pleito de 2010, para o cargo de deputada federal, ficou sem uma das 31 cadeiras no Congresso, apesar de ter conquistado mais de 129 mil votos do povo sul-riograndense⁶⁴.

Para se ter uma ideia do alcance do regramento do quociente eleitoral, nas eleições de 2018, apenas 27 dos 513 deputados foram eleitos através de seus próprios votos. De acordo com o G1.COM (2018b) este número representa pouco mais de 5%, logo, 95% da Câmara dos Deputados é formada indiretamente pelos votos dos partidos. Em 2014, o número não fora tão superior – 36 deputados. Dessa maneira, é complexo dizer que a população brasileira não sabe votar quando o sistema possui um mecanismo capaz de alterar, em média, apenas 10% do Congresso, justamente a casa que bloqueia as ações do(a) presidente. Este regramento é que permite compreendermos o porquê de, a cada quatro anos, as bancadas não serem radicalmente alteradas, permanecendo como base os velhos caciques ou familiares destes. De acordo com Antônio Augusto de Queiroz (2018), na contramão dos números, a eleição de 2018 apresentou uma renovação surpreendente, ultrapassando os 47%. Evidentemente que nem todos por seus

⁶³O quociente eleitoral é um método pelo qual se distribuem as cadeiras nas eleições, determinado pela proporção de votos de um partido em relação aos votos válidos. Explicamos: em uma eleição tivemos 2 mil votos válidos e 5 cadeiras à serem ocupadas, portanto, cada cadeira equivale à 400 votos. Este valor, baseará a cláusula de barreira para os partidos. Na eleição, de quatro partidos, o partido A alcançou 812 votos, enquanto o partido B somou 513; o partido C, 428 votos; e, o partido D, 247. Entretanto, na lista de candidatos, o candidato do partido D ficou em segundo lugar geral, contudo, pelas regras, não pode assumir uma das 5 vagas. Por fim, o partido A ficou com duas vagas, o partido B e partido C, com uma cada. A quinta cadeira, sendo uma sobra, é destinada ao partido que diminuindo os votos de vagas preenchidas se sobressai, neste exemplo, o partido B, que por este modelo, elegerá um candidato com número bem inferior de votos. N.A.

⁶⁴O PSOL, partido da candidata, alcançou um total de 180 mil votos, quando a cláusula de barreira era de 193 mil. À título de curiosidade, a cadeira 31, fora ocupada por Dr. Alexandre Roso, do PSB, que obteve pouco mais de 28 mil votos – 100 mil à menos que Genro, em decisão contrária ao desejo popular. Ver: GAÚCHA ZH. **Sem coeficiente eleitoral do partido, Luciana Genro fica fora da Câmara**. Publicado em: 04/10/10. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2010/10/sem-coeficiente-eleitoral-do-partido-luciana-genro-fica-fora-da-camara-3062860.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

próprios votos, mas sim devido ao crescimento do PSL e PRB, ligados à imagem de Bolsonaro. Na análise de Queiroz, “esperava-se uma renovação dentro da margem histórica”⁶⁵.

Outra forma de controlar as eleições, e que anda de mãos dadas com a modelagem ideológica e fabricação do consenso, dá-se através do capital financeiro. Em relação aos Estados Unidos, o Brasil passou a se diferenciar, pois a partir de 2014 o investimento privado de campanhas foi substituído pelo financiamento público, o que diminui os limites de investimentos em propagandas, restringindo, por conseguinte, a capacidade de controle. (SOUZA, 2016). Não à toa, tal medida já é questionada por parte dos próprios políticos. Outras medidas que restringem o controle eleitoral foram articulados durante o governo Lula, em 2009, na Lei de Transparência e na Lei da Ficha Limpa (SINGER, 2012), permitindo uma disputa eleitoral mais justa em oposição aos donos do poder, visto que muitos de seus lobistas, disfarçados de deputados e envolvidos em corrupções, ficaram impedidos de disputar o pleito. A instituição de regramentos quanto ao tempo de propaganda televisiva e proibição de folhetos e comerciais em espaços públicos também fora um forma de deixar o processo mais democrático.

Evidentemente que tais regras vêm sendo descumpridas e os órgãos fiscalizadores não conseguem ter o alcance completo de tais ações, o que não significa que devamos retroceder aos moldes anteriores. Campanhas eleitorais vem sendo realizadas de forma barata, contudo, não são poucas as denúncias de Caixa 2⁶⁶. Por fim, segue sendo o quociente eleitoral, o melhor instrumento de perpetuação das extensas bancadas do Congresso, por exemplo as voltadas para os interesses ruralistas, evangélicos e mais recentemente, do armamento, que juntos, de acordo com a IstoÉ (2019), somam mais de 400 parlamentares, formando a bancada BBB (Bala, Boi e Bíblia). Esse controle eleitoral, associado à restrição democrática, logo, cidadã, deu-se por conta de engrenagens que atuam em conjunto, que, embora parecidas, são peculiares.

4.2.1.2 A modelagem ideológica e a fabricação do consenso

A primeira é responsável por duas ações: alterar perversamente a hermenêutica, melhor dizendo, desfigura os conceitos chaves do entendimento original e social e, tabela, dicotomicamente, os novos conceitos em bons e ruins ou positivos e negativos, permitindo a

⁶⁵CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara tem 243 deputados novos e renovação de 47,3%**. Publicado em: 08/10/18. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>>. Acesso em: 17 out. 2019.

⁶⁶Por Caixa 2 entende-se todo o recurso financeiros projetado na campanha eleitoral e que passa à margem do crivo do Tribunal de Contas e/ou Tribunal Eleitoral. Os crimes que se entrelaçam nesta teia, são os de Lavagem de Dinheiro e Organização Criminosa.

aplicabilidade da segunda peça: o consenso. Entra em cena, neste caso, o forte papel da mídia, endossando a modelagem pela sociedade de massas de modo que a verdade criada pela elite, torne-se verdade popular, em outras palavras, consoante Bourdieu (s/d), fabrica-se a opinião privada e transfere-a à sociedade como sendo dela, isto é, pública.

A modelagem ideológica foi utilizada no Brasil de forma diferente que nos Estados Unidos, muito por conta de nosso histórico de rupturas institucionais. Como tratamos no primeiro capítulo, em uma democracia, mesmo que frágil, os direitos e as conquistas não podem ser anulados. Haja vista tudo que já se passou nos regimes ditatoriais, com cerceamentos de liberdades, bem como a prática de torturas, as mortes pelo Estado, assim como os desaparecimentos em dependências militares (ARNS, 2014). Todavia, isto não é exclusividade das ditaduras, lembremos o caso do pedreiro Amarildo, cidadão comum das liberdades do ano de 2013⁶⁷.

Quando falamos de regimes ditatoriais, foi no governo Vargas que se instituiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual tinha por função, segundo Mônica Pimenta Velloso (2007), coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, também atuava como censor de teatro, cinema, bem como de práticas esportivas e recreativas, além de organizar manifestações cívicas e festas patrióticas, o que facilitava no objetivo de fundo que era criar um Getúlio Vargas popular, mesmo sendo oriundo da oligarquia sul-riograndense. Que suas políticas foram demasiado relevantes, isto é inquestionável, mas, a aclamação popular ante o pai dos pobres foi resultado das repetições diárias da imagem construída do presidente, provavelmente o faria um Vargas menos mitológico, pois apesar do processo de industrialização que passou o Brasil, assim como das garantias civis e trabalhistas avançadas para a época, Vargas não ousou desestruturar a elite. Se a modelagem no período Vargas fora realizada para manter um governo autoritário, na década de 1960, a mesma modelagem foi utilizada para instalar outro, com a usual falácia da ameaça comunista, utilizada desde a década de 1920 e que faria do Brasil uma nova Cuba. Discurso vendido e comprado sob olhar atento do governo estadunidense⁶⁸.

⁶⁷Amarildo de Souza era um ajudante de pedreiro, que “confundido” com traficante (supostamente por ser preto, pobre e periférico), foi levado às dependências da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), onde fora torturado e desde então nunca mais se encontrou – o corpo segue desaparecido. A delegada do caso, encerra o mesmo, acusando policiais de terem utilizado práticas de tortura como “saco plástico na cabeça, choques elétricos com o corpo molhado, inserção de objetos nas partes íntimas”. Tais práticas pareciam ter sido encerradas na década de 1980. RECORD TV. **Caso Amarildo: polícia conclui que ajudante de pedreiro foi torturado em UPP.** Publicado em: 06/10/18. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/caso-amarildo-policia-conclui-que-ajudante-de-pedreiro-foi-torturado-em-upp-06102018>>. Acesso em: 07 out. 2019.

⁶⁸TAVARES, Camilo. **O dia que durou 21 anos.** Brasil: Péqui Filmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ajnWz4d1P4>>. Acesso em: 18 out. 2019.

No entanto, não só em ditaduras moldam-se ideologias. Fernando Henrique Cardoso reelegeu-se amedrontando os eleitores do risco que a economia e a sociedade corriam caso elessem Lula – o que a bem da verdade não era de todo falso, visto que Lula discursava acerca de um rompimento com o FMI. Todavia, o que fica posto é que desde Vargas, passando pelos militares e mais recentemente, nas Jornadas de Junho, sempre se discursou contra os vermelhos, os comunistas, ou seja, caricaturando a esquerda na política nacional. Tal discurso, repetidamente proferido com apoio dos grandes meios de comunicação, faz do brasileiro comum, como ressalta Souza (2018), um sujeito pobre, sem moradia, contratante de aluguel, minimamente assalariado ou batalhador ambulante, que é mal visto em alguns espaços e ouvinte de “brincadeiras” quando, à muito custo, utiliza o aeroporto, impedido de frequentar a maioria dos espetáculos culturais e que muito provavelmente não verá seus filhos na faculdade, um defensor do discurso da direita, verde-amarela, de que o Estado é inchado e de que todos os políticos são corruptos e que se a outra escolha for a esquerda, seria melhor votar no mais bonito e/ou mais sincero, mesmo que o tal sincero demonstrasse-se racista, misógino, homofóbico, xenófobo, ou seja, fascista – termo, também, provavelmente desconhecido pelo nosso exemplar de brasileiro comum.

O advento da sociedade em rede e da difusão dos meios informacionais, provocaram um processo de individualização e de imediatismo que não é coerente com um método de pesquisa e análise de dados que nos chegam, em outras palavras, parafraseando Zigmunt Bauman, uma liquidez intelectual, que faz de grande parcela da sociedade, usuários sem filtros e senso crítico, facilmente recrutados por discursos quaisquer. Deste modo, a nova roupagem da modelagem ideológica deu-se através da rede, seja com materiais que induzam o internauta (classe média e baixa) a pensar o que uma corporação (da elite) deseja, bem como induzam o mesmo à acreditar em inverdades. Curiosamente, as últimas campanhas presidenciais, tanto dos Estados Unidos como do Brasil, foram pautadas por discursos via redes sociais e com uma tempestade de Fake News – desta forma elegeram-se Donald Trump⁶⁹ e Jair Bolsonaro⁷⁰. Outro ponto fundamental,

⁶⁹Caso Cambridge Analytica. No qual a empresa colheu dados de mais de 87 milhões de pessoas pelo mundo, utilizando-se de algoritmos para formular um banco de dados de pessoas influenciáveis, com o intuito de manipular escolhas em eleições pelo mundo, os casos mais emblemáticos foram as eleições estadunidenses vencidas por Donald Trump e os referendos que aprovaram o Brexit, a saída da Grã-Bretanha da zona econômica do Euro. ESTADÃO. **Facebook diz que suspendeu milhares de apps após caso Cambridge Analytica**. Publicado em: 20/09/19b. Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/geral,facebook-diz-que-suspendeu-milhares-de-apps-apos-caso-cambridge-analytica,70003018330>>. Acesso em: 09 out. 2019.

⁷⁰Caso WhatsApp. Neste havia a denúncia de que empresários apoiadores do candidato Jair Bolsonaro teriam financiado os “disparos” de mensagens via WhatsApp para eleitores com grande probabilidade de alterar seu voto ou que se entendia indeciso. Por trás da campanha de Bolsonaro, estava Steve Bannon, mesmo diretor de campanha de Trump. Após o WhatsApp, declarar que houve tal prática, espera-se que haja investigação, pois desta forma, dentro das legislações vigentes, ficaria caracterizado a prática de Caixa 2. ESTADÃO. **WhatsApp confirma ação**

assim como realizado nos Estados Unidos, foi a alteração do conceito de classe social. Antônio David Cattani explica que:

De maneira simplificada, as classes sociais podem ser consideradas de maneira dicotômica: de um lado, proprietários dos meios de produção, e, de outro, trabalhadores tendo como recurso apenas a sua força de trabalho. (CATTANI, 2019, p. 37).

Contudo, o que se observa é uma adequação das classes sociais aos rendimentos salariais, medida tão incrustrada na sociedade como um todo, que é a seguida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e adotada como mensuração neste trabalho. Com isso, foi possível criar o fenômeno que perpetua a estratificação social: a classe do meio, ora mais alta, ora mais baixa e até uma redundante classe média média. A partir desta invenção, segundo Cattani (2019), a elite deixa de se preocupar com o pobre, pois possui uma nova classe que servirá de tropa de choque contra a ralé, fazendo crer que os medianos estejam mais próximos do polo da riqueza do que da pobreza. Feito isso, diminui-se consideravelmente a consciência de classe.

Com a revolução capitalista brasileira proporcionada a partir de 1930 com Vargas, a classe média fica evidenciada pelo novo direito trabalhista. Começava-se a desenhar os estratos sociais: patrão, trabalhador e ralé. O discurso de que é melhor ter menos direitos do que estar desempregado não surgiu atualmente. Trabalhar significa dignidade no espírito do capitalismo. Por anos, no Brasil, o cidadão era respeitado quando apresentasse a carteira de trabalho assinada. A distinção que o Estado coercitivamente aplicava era visto, pelos que trabalhavam, como qualificação e qualquer comparação dos trabalhadores aos que não tinham função no Estado, era depreciativo. Em concordância à Souza (2015), a aplicação do termo vagabundo propõe-se a indicar aquele que não quer trabalhar, desconsiderando se para o tal indivíduo foi-lhe proporcionado algum tipo de trabalho ou se ele não se caracteriza por uma circunstância análoga à escravidão. Entretanto, da mesma forma que se aumenta a riqueza, aumenta-se a pobreza, forçando os indivíduos a aceitarem quaisquer que sejam as formas de trabalhos. Obviamente que se qualquer pessoa sem experiência é capaz de realizar uma função, a mesma não será valorizada. É então que as rendas dos trabalhadores começam a definir quem é quem nas estruturas sociais. E, por conseguinte, os sujeitos passam a desejar subir nas divisões de classe, sem entender que todos serão sempre, salvo raras exceções, a classe do proletariado. Quando o indivíduo desejar galgar um estrato, ele se desprende da consciência de classe, na qual todo o grupo exigiria uma melhora da situação geral. Por conta disto, tanto aqui no Brasil,

como no vizinho do norte, os sindicatos nunca tiveram uma adesão significativa e, para ter, tiveram que estar ancorado nas burocracia estatais. Aqui, no Brasil, como veremos a seguir, quando ele se fortificou, as elites rapidamente começaram a atacá-lo.

Por fim, fechando o tripé da modelagem ideológica, vem a ideia de que a corrupção é exclusiva dos setores públicos. Como se nos setores privados não ocorressem da mesma forma, sendo que, para Souza (2015), ocorre de forma incomparavelmente maior, contudo, depois de moldado o pensamento, a sociedade passa a agir feito tola, focando em discussões da corrupção política, nem sequer sabendo do que ocorre nos bastidores. O pior de tudo é que, acoplado a corrupção puramente política, veio na esteira uma tendência à associar a corrupção, majoritariamente, ao PT, que fez a sociedade, que já tinha uma ideia equivocada de esquerda, socialismo e afins, passar a atacar unicamente um partido, sem preocupar-se em saber que outros partidos estavam tão mais envolvidos nos esquemas de corrupção. Ainda segundo Souza (2018), para esta população moldada não importava mais. Recentemente, a Polícia Federal divulgou uma estimativa de valores desviados da Petrobras ao longo dos últimos quatro anos, chegando ao montante de R\$ 48 bilhões. Interessante que, na divisão ano a ano, até o final de 2016, foi desviado R\$ 21 bilhões – lembremos que o partido crucificado deixou o governo em meados de 2016, logo, a maior parcela de desvios da Petrobras ocorrera na ausência do Partido dos Trabalhadores.

O papel da mídia foi fundamental. Diariamente nos jornais e telejornais, como na ofensiva realizada por Carlos Lacerda contra Getúlio, nos anos 1950, seja em redes sociais, na produção de ‘memes’ de internet, nos anos 2010, associado vez ou outra por Fake News, do nosso tempo presente, as notícias vão sendo repetidas até virarem verdades. Quando a elite entende que o discurso vendido fora comprado, eles dão seguimento ao plano, atacando o coração de uma sociedade, na perspectiva marxiana, ou seja, a economia, primeiro reestruturando-a, depois, transferindo o fardo para a sociedade pobre. Fazendo uso do discurso da corrupção e de que o Estado entraria em crise, a classe média que não se entende pobre não compreende que ajudará a carregar o fardo. E não sabendo, corrobora para a efetivação do plano, ontem e hoje. Nas palavras de Jessé Souza:

(...) Em, literalmente todos os casos a classe média conservadora foi usada como massa de manobra para derrubar os governos Vargas, Jango e agora Lula-Dilma e conferir o “apoio popular” e a conseqüente legitimidade para esses golpes sempre no interesse de meia dúzia de poderosos. (SOUZA, 2015, p. 257).

Isto, para os donos do poder, não é difícil, compreendendo que nossa sociedade é perversa, desigual e antipopular. O mesmo asco observado pela elite e classe média ao pobre, pode,

facilmente, ser visto deste pobre em relação ao miserável, as pessoas em situação de rua, ou à aqueles que “não querem nada com a vida”. Por fim,

(...) o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e seus aliados. Isso sempre ocorre quando existem políticas que envolvam inclusão dos setores marginalizados – que implicam menor participação no orçamento dos endinheirados e aumento do salário relativo dos trabalhadores [...] A ideia é que a riqueza do país já tem dono, ou seja, ela é privada e deve ser privatizada. São esses os dois crimes que estão sempre verdadeiramente por trás de toda manipulação da corrupção brasileira. (SOUZA, 2018, p. 112).

4.2.1.3 *A reestruturação econômica e a transferência do fardo*

Quando falamos de reestruturação econômica, estamos falando de qual instituição controlará a economia. Será um Estado interventor, com regulações, com normas ou será um sistema que seja autogerido pelas forças do mercado, como se houvesse uma mão invisível? O Brasil de 1930, com Vargas rompe com a lógica do mercado ou até de um Estado conivente com a elites de rapina da agricultura exportadora e passa a regular o Estado nas diferentes camadas políticas, entre elas a econômica. Foi o Estado varguista quem projeta a economia industrializante. Melhor dizendo, é sempre com a mão do Estado, que uma economia se industrializa. (BRESSER-PEREIRA, 2014). Mesmo com a ditadura civil-militar, o Brasil seguiu se industrializando, projeto interrompido, com o alinhamento, na década de 1990, ao neoliberalismo. Fora o pacto Nacional-Popular de 2006, no segundo mandato de Lula que recolocou o Estado na linha de frente da economia. A elite agropastoril exportadora (carne, leite e derivados e soja) ressentiu-se uma vez mais.

Lembram da mídia? Nesse período é que começam as propagandas em diversos horários do dia indicando que o Agro é Tech, é Pop, é tudo. E se o agro precisa de campo, não para deixar os bois de abate soltos, mas, para plantar soja que alimentará os bois presos, não seria com um governo que respeita reservas indígenas, assim como o meio-ambiente em geral, que permitiria um desmatamento desmedido. Torna-se assim quase óbvio entender quem, uma vez mais, lideraria a campanha pelo retorno da economia dependente de exportação, geradora de riqueza apenas para uns poucos bolsos. Lembram do controle eleitoral e da bancada ruralista? Acabou sendo um Congresso ajustado que alterou a estrutura econômica do Estado, enquanto a sociedade acreditava que estavam agindo em prol do fim da corrupção.

Reajustado o carro-chefe do Estado, deixa-se de investir em indústria, passando a fomentar a produção de commodities. Com o não investimento do Estado em serviços públicos, a qualidade do mesmo cai e o consenso de que seria melhor administrado nas mãos do mercado privado ganha tom. Não demorou, como ocorreu na década de 1990, para que empresas fossem

desestatizadas. Se na década de 1990, tivemos a Telebrás, a Vale do Rio Doce, e parte da CEEE, no Rio Grande do Sul, entre tantas outras, mais recentemente, de acordo com o G1.COM (2019b), tivemos os leilões dos portos e aeroportos, muitos deles comprados por uma estatal norueguesa, assim como ainda está em negociação a venda da Embraer para a estadunidense Boeing. Não bastasse, diversos bancos públicos regionais começam a ficar disponíveis para negociações de contrapartidas dos governos estaduais em relação à dívida dos Estados em relação à União – que como vimos deixam de cobrar dos grandes empresários. O serviço de entrega de correspondências, popularmente chamados de Correios, estão fortemente na mira de ninguém menos que a Fedex, também estadunidense. Além de deixar de investir na indústria, através da aprovação da PEC 95, no final do governo Temer, criou-se um teto de investimentos nos gastos públicos, afetando diretamente a saúde e a educação.

Como resultado final da reestruturação está o que é fundamental para a manutenção do capitalismo, um exército de reserva, em outras palavras, um grande número de desempregados que permitam à estes aceitar qualquer emprego em vista de não ter renda alguma e pressionar os que dentro do mercado estão, aceitando menos direitos para não perder a vaga para o exército que fora espera uma “oportunidade”. O passo final para alinhar a economia de Estado, portanto, é realizar as reformas finais, sendo as principais, a trabalhista e previdenciária – que interessam ao capital.

Dentro da nova estrutura, os donos do poder, necessariamente deverão sugar todas as riquezas da nação, pois o Estado necessitará manter uma balança de pagamentos estável. Como pouco produz industrialmente, recorre à importação, que possui valor agregado, de modo que para equilibrar o câmbio, deve exportar um volume de commodities maior para compensar, visto que a matéria prima é mais barata. A transferência de fardo para a população dá-se quando o Estado paga mais por um produto que ele mesmo poderia fabricar, contudo na nova regra, o Estado é mínimo e não intervencionista. Com políticas sérias, o Brasil estaria muito acima do seu status econômico mundial. Sendo rico em matérias-primas, seja agrícola, pastoril, mineral, principalmente petrolífera, e possuindo uma estrutura industrializada, o Brasil teria os dois ingredientes necessários para ser uma das lideranças econômicas mundiais: maquinário e commodities, somado a isto, ter-se-ia a quantidade de matéria-prima devido a extensão continental de nosso território. No entanto, a elite brasileira não deseja um Estado forte, muito menos uma potência, preferindo a sempre urgente rapinagem.

O outro ponto de comparação com os Estados Unidos, no sentido de transferência de fardo, está na carga tributária. Enquanto os pobres pagam quase 40%⁷¹, em média, dos seus rendimentos em impostos, a plutocracia paga quantias ínfimas. O segredo está em quais produtos e /ou serviços se tributam mais. Ora, onde mais se tributa são produtos alimentícios, serviços de energia elétrica, de água e esgoto, bem como imposto de renda e IPVA. Todas as pessoas comem, utilizam luz e água, portanto, todos, ricos e pobres pagam o mesmo percentual de imposto. Parece justo, mas, se ambas as classes somassem os mesmos custos em torno de R\$ 600,00, por exemplo, qual classe ficaria com o mês mais longo? A tributação do imposto de renda⁷² é um dos quais a transferência do fardo começa a ser posto em prática. O imposto de renda de pessoa física é o que recai sobre qualquer trabalhador. Entretanto, para a pessoa declarada jurídica, a taxa é fixa em 15%. Ou seja, famosos apresentadores de televisão, com salários vultuosos que ultrapassam os R\$ 500 mil, tem desconto menor do que o assalariado em pessoa física que tenha proventos de acima de R\$ 3.751,06. Tratando ainda da questão de imposto de renda das empresas, essas adquirem isenções fiscais por diversos motivos. Outro imposto que demonstra que o fardo econômico brasileiro é carregado pelos pobres, é o IPVA, pago igualmente por todos os cidadãos à uma taxa de 4% do valor de tabela realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) do veículo. Ao mesmo tempo, são isentos de tal imposto, por exemplo, jatos particulares, helicópteros, lanchas, jet-skis e pequenas embarcações, como iates. Façamos um cálculo simplificado para compreender: um carro popular que custe R\$ 15 mil, terá um IPVA de R\$ 600,00, enquanto o jatinho particular menos valorizado do mercado custa em torno de R\$ 7,4 milhões⁷³, logo, a taxação deste veículo ficaria em torno de R\$ 300 mil reais, ano após ano. Pois é, os ricos não pagam, ao mesmo tempo, o Estado permite que o pobre parcele os seus suados R\$ 600,00.

O pior de tudo, segundo Antonio David Cattani (2016), é que os grandes empresários, para se isentarem de impostos ao Estado, utilizam-se do discurso de dificuldades financeiras e “possíveis” reduções no número de empregados, para alcançar suas barganhas. Muitas vezes, o

⁷¹DALMOLIN, L. C. In: CATTANI, A. D., 2019, p. 25.

⁷²Em vista de compreensão da tributação de renda é interessante que diferencie o imposto sobre a Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Na física, temos a seguinte divisão: isenção para os assalariados de até R\$ 1.903,98. Deste valor até R\$ 2.826,65, a alíquota fica em 7,5%. De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05, ela sobe para 15%, a penúltima classe de renda vai de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68, gerando um desconto de 22,5%, e por fim, aos assalariados que recebem proventos superiores à R\$ 4.664,68, com recolhimento de 27,5%. Quando se trata de Pessoa Jurídica, ou seja, autônomo ou qualquer outra pessoa que tenha estabelecimento contribui com uma taxa fixa de 15%, independente da movimentação financeira. CARRAZZA, Roque Antônio. **Imposto sobre a renda**. 3ª ed. – São Paulo: Malheiros, 2009.

⁷³UOL. **Sonha em ter um jato executivo? O mais barato do mundo custa “só” R\$ 7,4 mi**. Disponível em: <<https://todosabordo.blogosfera.uol.com.br/2018/06/26/precos-jatos-executivos-mais-baratos/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

valor que deveria ser pago ao Estado é revertido, por permissão do próprio Estado, para investimento na empresa. As contrapartidas estatais comumente adotadas são: a manutenção dos empregos e novas gerações, além de redução do preço final ao consumidor. O problema invisível é que o Estado deixa de arrecadar este valor, e a empresa investe em equipamentos e mais mão-de-obra, que em conjunto produzem ainda mais lucro para a própria empresa. A diminuição do preço final faz com que a empresa venda mais, com lucro menor, mas que o aumento da produção seja compensatório, enquanto o Estado apenas ganhará tributações pós-venda da mercadoria final.

Recentemente, em São Paulo, a General Motors do Brasil ganhou isenções que chegaram à R\$ 10 bilhões, segundo matéria do Estadão (2019a). Neste molde, o processo é realizado até com empresas que possuam dívidas com o próprio Estado e que ainda assim venham a usufruir de descontos. Caso semelhante ocorreu no Rio Grande do Sul, no governo de Ivo Sartori, em 2015, onde a mesma GM adiantou o pagamento de parcelas referentes à uma dívida que seria paga ao longo de 20 anos, como contrapartida de redução das parcelas (GAÚCHA ZH, 2015). O governador, à época, aceitou a negociação pois tinha urgência em captar recursos, visto que tinha uma folha de pagamento dos servidores para contemplar. Em outras palavras, o Estado não tem dinheiro, porque empresas como a GM não pagam o que devem. Depois, o Estado pede para esse seu devedor o capital que ele deve e ainda diminui a conta a ser paga. Quem carregará o fardo quando o Estado decretar falência?

O rico fica isento, investindo no seu próprio negócio e gerando ainda mais lucro, enquanto sobrar para o pobre o carregamento do piano. Como diz Luiz Carlos Dalmolin (2019, p. 25), no Brasil se você “quer pagar menos imposto? Seja um milionário!”. Para finalizar, quando tanto a saúde como a educação pública não atenderem mais as demandas da população pobre, eles terão capital financeiro para subsidiar os estudos de seus filhos em escolas privadas? Pode ser que o Estado invente e depois propagueie, tentando fabricar um consenso, que estudando menos disciplinas e/ou fazendo aulas à distância será mais positivo do que a educação padrão utilizada no mundo todo.

4.2.2 Os princípios em andamento

O domínio da elite sobre as demais classes está estabelecido há tempos. O que vimos até aqui foram políticas que tentaram diminuir este avanço e até provocar uma diminuição das desigualdades entre os polos de riqueza e pobreza. Ainda assim, a cada ano, a elite concentra mais riqueza nas mãos de menos pessoas, aumentando a equivalência de quanto dinheiro poucos

homens possuem em relação à milhões de pessoas. A relação entre ricos e pobres, de acordo com Souza (2015),

Na verdade, trata-se da luta entre dois projetos históricos para o Brasil, oportunidade esta que se abriu com a industrialização brasileira comandada por Getúlio Vargas a partir de 1930: ou bem o Brasil se transforma em uma sociedade de consumo de massas e inclui a maior parte de sua população; ou o país mantém intactas todas as estruturas de privilégio e se constitui em uma sociedade de consumo para 20% da população. (p. 246).

Pois bem, a elite sempre quis manter a segunda opção e para isto, tentará efetivar os quatro princípios que restam: controlar os reguladores; atacar a solidariedade; manter a ralé na linha; e, marginalizar a população.

4.2.2.1 O controle dos reguladores e o ataque à solidariedade

A solidariedade começa a ser atacada na distorção ideológica-conceitual, onde pretende-se que, na sociedade liberal, o sentido de coletividade seja esvaziado. Por isso Chomsky (2017) alerta que a solidariedade é muito perigosa – para os planos da plutocracia. A fabricação do consenso sobre a solidariedade deve recair sobre a Seguridade Social, pautada por três pilares, Previdência Social, Assistência Social e Sistema Único de Saúde, além da educação e do sindicalismo, outros elementos bastante atacados. Em todas elas, o centro da discussão é o não merecimento por parte daqueles que não se esforçaram e do ônus pago pelo cidadão contribuinte.

A primeira distorção aplicada pelos donos do poder foi a de que a economia deveria ser desregulada. Contudo, a bem da verdade, o que desejam mesmo é dominar os reguladores e fazem isso através de indicações de lobistas para atrelarem as agências estatais de modo à facilitar o acesso ao que antes o Estado, por preservação, não permitia. Exemplo típico do momento atual dá-se com um Ministério do Meio Ambiente chefiado por um anti-ambientalista, interessado à não combater o desmatamento e as queimadas – utilizando-se de um discurso de modelação ideológica na qual o próprio governo passou a culpabilizar as ONG's por tais queimadas –, da mesma forma que permite o avanço sobre territórios indígenas. O controle efetivo dos reguladores permite que a agência produza dados legítimos, mesmo que distorcidos por conta do aparato burocrático. Atualmente os reguladores estão sofrendo ataques de todas as frentes. Observemos o caso da demissão de Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por retratar a realidade brasileira acerca dos desmatamentos. Ao

fornecer dados que alertavam para o aumento de 40% nos desmatamentos, foi acusado pelo presidente Bolsonaro de estar “à serviço de alguma ONG”⁷⁴.

Vozes dissidentes começam a ser silenciadas, pairando uma aura de autoritarismo disfarçado. A Ancine, Agência Nacional do Cinema, passou a ser outro regulador observado com olhos famintos pelo governo Bolsonaro, afinal, é a agência que estrutura a produção de material artístico, principal fonte de crítica em uma sociedade. Ela deverá submeter os projetos à um “filtro ideológico”⁷⁵, o que para qualquer bom hermenêutico, entende-se como censura. Entretanto, tal princípio não fora estabelecido, mesmo que em andamento para tal, por conta de movimentos que tentam se organizar, manifestando contrariedade ante tais políticas, barrando algumas ações disparatadas do governo mais desgovernado da República brasileira.

Quanto ao ataque da solidariedade em si, comecemos pela falácia mais antiga, a do déficit previdenciário. Segundo Maria Lucia Fattorelli (2019), sempre se inventa a falsa notícia de que existe um rombo nas contas da aposentadoria com intenção de dominar por um tempo prolongado a mão-de-obra trabalhista. E o fato de controlar parte das agências reguladoras fez com que o discurso tenha uma imagem de verdade. O que não explicam à sociedade é que o sistema de arrecadação previdenciário é unificada por cinco fontes: a) empregados/empregador (desconto em folha de pagamento do empregado e repassado pelo empregador a União); b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); c) Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP); d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e, e) uma somatória de diversos setores como: contribuição sobre venda de produtos rurais, taxas de importação, arrecadação provenientes de concursos públicos e eventos esportivos, principalmente o futebol e até da Loteria Federal. A coordenadora nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal ainda afirma que o sistema previdenciário apresenta, há anos, superávits que ultrapassam os R\$ 50 bilhões, aliás, em 2012, o saldo positivo chegou à R\$ 82 bilhões e com exceção de 2016 devido a uma vasta exoneração fiscal, praticamente fechando no empate. Para Fattorelli (2019; 2012, p. 59), o problema é a “Bolsa-Rico”, que destina praticamente metade do PIB para rolagem de dívidas. Dívidas oriundas, principalmente de exonerações fiscais, ou seja, o Estado deixa de tributar, quando não

⁷⁴ESTADÃO. **Ricardo Galvão é exonerado do Inpe após críticas de Bolsonaro a dados do desmatamento.** Publicado em 02/08/19. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estado.com.br/blogs/ambiente-se/ricardo-galvao-e-exonerado-do-inpe-apos-criticas-de-bolsonaro-a-dados-do-desmatamento/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁷⁵Bolsonaro ameaçou desvincular a Ancine do Ministério da Cultura ou até privatizá-la caso os diretores não aceitem que o governo avalie a realização ou não de produções a fim de evitar doutrinações ideológicas. G1.COM. **‘Se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine’, diz Bolsonaro.** Publicado em: 19/07/19a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2019.

cobrar, aqueles⁷⁶ que, posteriormente, emprestarão capital ao Estado, com juros e garantias de pagamento, devido às vendas de títulos públicos federais. Conforme Cattani (2017), o 1% mais rico do Brasil já possui 72% dos títulos de dívida pública. Outra forma de auxiliar no “déficit” é a DRU – Desvinculação de Receitas da União. Ora, se é possível desvincular recursos é porque há. Mensalmente são desvinculados da Previdência Social aproximadamente 30% do valor arrecadado⁷⁷.

Outro problema, apontado por Brian Nicholson (2012), é como a própria Previdência pode servir de produtor de desigualdades sociais. Isso inclui os benefícios excedentes de servidores públicos que extrapolam o teto previdenciário, com aposentadorias chegando à R\$ 28 mil, quando não os que ultrapassam a casa dos R\$ 50 mil. A diferença deficitária é subsidiada pelo Estado e tem ficado em torno de 9% do PIB. Em vez de reequilibrar os valores dos benefícios ou ser rigoroso com os devedores, o Estado decide pelo aumento do tempo de serviço dos trabalhadores no intuito de prorrogar o pagamento de novas aposentadorias enquanto arrecadam, dos pobres, para pagar as atuais.

O segundo ponto de solidariedade atingida é a Assistência Social e os programas que a compõem. O mais conhecido e, por um bom motivo elitista, mais criticado é o Bolsa Família. Este programa repassa 0,5% do PIB para atender mais de 46 milhões de pessoas (SINGER, 2012), atingindo quase 1/4 da população brasileira. Mesmo que alguns discursos desmereçam o auxílio, na ideia de dependência do beneficiário e/ou de que haveria algumas fraudes, o valor irrisório investido pelo alcance do resultado prático no tocante a diminuição das desigualdades. Da mesma forma, o sustento da União aos pensionistas militares, recebem do mesmo PIB, 4%, oito vezes mais e para atender menos de 1% de pessoas em relação ao Bolsa Família. No entanto, como reitera Cattani (2012) poucas pessoas posicionam-se contrários aos benefícios de pessoas que nunca contribuíram com um centavo para receber em média quatro salários. O silêncio desses críticos transforma-se em brados retumbantes quando uma pessoa que não completou 15 anos de contribuição ganha um mísero salário de aposentadoria. A seletividade

⁷⁶Entre os devedores da Previdência estão os bancos privados Bradesco (R\$ 465 milhões), Itaú (88 milhões), a mineradora Vale do Rio Doce (R\$ 275 milhões), a extinta empresa aérea Varig (3,8 bilhões) o frigorífico JBS/Friboi (2,3 bilhões), Instituto Presbiteriano Mackenzie (789 milhões). Ver: Exame. **Devedores da Previdência devem quase 3 vezes o déficit do setor**. Publicado em: 20/02/17. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/devedores-da-previdencia-devem-quase-tres-vezes-o-deficit-do-setor/>>. Acesso em: 15 out. 2019. Ver também: ÉPOCA. **Quem são os maiores devedores do governo: e o que isso revela sobre o Brasil**. Publicado em: 09/06/17. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/quem-sao-os-maiores-devedores-do-governo.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁷⁷SENADO FEDERAL. **DRU**. Publicação s/d. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>>. Acesso em: 16 out. 2019.

dá-se pela modelação ideológica de uma sociedade que, não se enxergando pobre, critica os pobres e idolatram os ricos que os usurpam através do Estado.

O terceiro pilar da solidariedade reserva-se ao SUS, garantidor de atendimento médico, tanto do básico e/ou preventivo aos de emergência e/ou procedimentos cirúrgicos especializados. Retomando a prática da privatização, primeiro retira-se verbas das instituições, automaticamente os processos ocorrerão com deficiência ou falhas e, com o tempo, o serviço deficiente fará com que a sociedade critique o programa. Nesse ínterim, a propaganda fará do serviço privado um exemplo a ser seguido. Por fim, a sociedade, cansada de serviços ruins ou da falta dele, pedirá que ele seja privatizado. Nesse momento surgem os grandes capitalistas, construídos como os bonzinhos que se importam com a qualidade dos serviços prestados à população, anunciando que desejam administrar o setor. E como isto se encaixa no SUS? Ora, com a PEC 95⁷⁸, que congelou os gastos com saúde e educação por 20 anos, ou seja, não se investirá nenhum centavo a mais do que em 2018 nesses setores até 2038.

Falando em educação, também atingida pela PEC 95, o que hoje entendemos por crise neste seguimento, o antropólogo Darcy Ribeiro, falecido em 1997, já denunciava não sê-la, por tratar-se de um projeto. Militares, civis, FHC, Lula, Dilma não conseguiram resolver – Temer e Bolsonaro, seguindo o plano da elite, estão conseguindo piorar. A universalização do ensino com Fernando Henrique colocou, mesmo que coercitivamente, os pobres nas escolas. Lula e Dilma, encaminharam estes pobres para a faculdade. Temer quis, e Bolsonaro tentará retirar destes estudantes qualquer forma de ensino que permita-os ascender economicamente, mantendo-os na linha, imaginária e socioeconômica, que eles não deveriam ter ultrapassado. Por conta disto, é que entende todo o ódio destilado ao governo petista e à vontade, do agora líder máximo da nação, de fuzilar FHC.

O projeto de deseducação no Brasil pressupõe que as pessoas não consigam adentrar nas universidades e para fazer isto, retira-lhes a capacidade de questionamento social ou existencial. Deste modo, o governo Temer avançou sobre as disciplinas que envolvem a área das humanidades, sociologia e filosofia, tornando-as facultativas nos currículos do ensino médio da rede pública. O que não se problematiza é que tais jovens, em sua maioria, sem nunca ter tido contato com nenhuma destas disciplinas decidirão pela realização ou não das mesmas, não levando em consideração que tais temáticas continuarão sendo exigidas para a obtenção de

⁷⁸Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 95, mais conhecida por “teto de gastos”, é uma lei que congela os gastos públicos, principalmente os custeios em saúde e educação por 20 anos. O problema é que com saúde e educação já em situação periclitante, o Estado além de nada investir, nestes setores, desconsidera que a cada ano a densidade demográfica aumenta, logo, o que já é caótico atualmente, tornar-se-á mais crítico a cada ano subsequente. N.A.

uma vaga no ensino superior. Atualmente, o Senado discute o retorno da obrigatoriedade de tais disciplinas⁷⁹. Outra medida que se tentou pôr em prática e foi barrada pelo Superior Tribunal Federal foi a chamada Escola sem Partido, que esconde a partidarização da qual faz parte, enganando muitos pais da periferia que apoiam a medida. O próprio presidente já discursou incentivando aos alunos que filmassem as aulas dos professores para detectar qualquer tipo de doutrinação ideológica⁸⁰ – desconhecendo que o uso de celular ou qualquer equipamento eletrônico de uso pessoal é vetado por legislação federal⁸¹.

Com o não ajuste de verbas para a educação, o cenário futuro tende a ser de turmas fechadas, ajuste nos horários dos professores e, por conseguinte, da diminuição da quantidade dos mesmos, além dos atrasos nos pagamentos de seus proventos. Uma ideia, nada genial, encontrada pelo ministro da educação, Abraham Weintraub, é o ensino básico à distância (EaD). Porém, por trás da medida estão alunos que possuem dificuldades de aprendizado e os que simplesmente não possuem acesso à internet em casa. O que para a lógica econômica neoliberal representaria um alívio financeiro devido a não necessidade de tantos professores, incluindo tutores, em um claro desejo despudorado de precarizar tanto a educação como a situação de trabalho dos professores. O Executivo tem discutido a possibilidade de realização, ainda com insucesso.

No âmbito das universidades públicas, de acordo com O Globo (2019a), o chamado contingenciamento, nada mais fora, e segue sendo, do que cortes diretos em bolsas de estudos e pesquisas. Para não deixar tão claro a perseguição aos cursos de área de humanidades, os cortes ocorreram em todos os departamentos, entretanto, quando se realiza uma política desta forma, mesmo que de forma geral, quem mais se prejudica: o preto, pobre e periférico ou o branco, classe média de bairros nobres? O corte nos recursos, que atingiram em média 30%, poderá atingir bolsas em andamento, deixando incerto o futuro de milhares de estudantes, bem como o pagamento de serviços básicos como energia elétrica e de água e esgoto. Ainda assim, realizando uma política de cortes, o governo Bolsonaro resolveu investir mais de R\$ 54 milhões na militarização de escolas de ensino básico, espalhadas pelo Brasil ao longo de um ano. (O GLOBO, 2019b).

⁷⁹ÚLTIMO Segundo. **Ensino de filosofia e sociologia pode voltar a ser obrigatório no ensino médio**. Publicado em: 15/04/19. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-04-15/ensino-de-filosofia-e-sociologia-pode-voltar-a-ser-obrigatorio-no-ensino-medio.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

⁸⁰VEJA. **Bolsonaro defende gravação de professores por alunos em sala de aula**. Publicado em: 06/11/18. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-gravacao-de-professores-por-alunos-em-sala-de-aula/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

⁸¹CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 2.246-A**. Publicado em: 03/06/09. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=517286>. Acesso em: 19 out. 2019.

Por fim, a questão sindical, que vinha apresentando crescimento contínuo desde 2004, consoante o site das Nações Unidas (2017), chegando à 19,5% de trabalhadores sindicalizados em 2016, é um resultado compreensível levando-se em consideração 14 anos de governos trabalhistas. Por conta deste avanço da organização sindical, a medida encontrada pelo governo Temer, e continuada pelo Bolsonaro, foi/é o de atingir os sindicatos pela divulgação massiva da não obrigatoriedade do pagamento do segundo dia de trabalho ao sindicato, o que diminuiu consideravelmente o poder de atuação e propaganda destes. Para além disto, com a reforma trabalhista, é permitido que o trabalhador negocie diretamente com o empregador quaisquer assuntos sem a necessidade de mediação sindical. Como a fabricação do consenso não para nunca de funcionar, neste recorte, cria-se a opinião de que os sindicatos estão ficando menos politizados e mais partidarizados e, como os sindicatos possuem uma perspectiva alinhada às políticas de esquerda, os mesmos ficam visados por estarem alinhados com os partidos socialistas, comunistas e, principalmente ao Partido dos Trabalhadores. Até a finalização deste trabalho, não havia sido disponibilizado dados atualizados sobre a adesão sindical no Brasil pós-reforma trabalhista.

4.2.2.2 Mantendo a ralé na linha e marginalizando a população

A ralé, no Brasil, ultrapassou a linha. Estava utilizando aviões, conhecendo as praias nordestinas e fazendo parte da lista de chamada em cursos superiores. A manutenção dos pobres em seus estratos é um dos princípios em andamento quase estabelecido, o que não quer dizer que não estivesse estabelecido em outros tempos, como antes da revolução capitalista de Vargas em 1930. Desde então a população menos favorecida vem sendo inserida na sociedade, ora na perspectiva trabalhista, ora na seguridade social.

Como o mecanismo é uma engrenagem e não um sistema evolutivo, mesmo quando se avança aos princípios subsequentes, os anteriores continuam atuando. Depois de todos os princípios efetivados, o sentimento popular fatalmente será o ódio – ao Estado, como já vem ocorrendo. Este ódio fora quem elegeu Trump no vizinho nortista e que também chancelou a eleição de Jair Bolsonaro. A marginalização da população associado à este Estado pouco presente resultou, nos Estados Unidos, em um elevadíssimo número de pessoas vivendo em situação de rua. Mesmo problema visualizado no Brasil e, que em uma sociedade deveras mais desigual que a estadunidense, pode colocar o país em um cenário de calamidade. Quando dizemos isto, levamos em conta que o Brasil, no período das eleições, em 2018, chegou ao

extremo de existirem mais imóveis desocupados que famílias sem moradia⁸². Não à toa o país é o nono colocado no ranking de países mais desiguais.

Este princípio está em andamento quando observa-se que a cada mês o número de desempregados reforçam o exército de reserva do mundo capitalista. Pois quando se retira a segurança, mesmo que instável, na maioria das vezes, por conta de serviços na esfera privada, de ter um salário no final do mês, de três destinos um: a) a busca por uma diminuição do prejuízo como autônomo e/ou vendedor ambulante; b) encontra-se meios de um retorno mais rápido, aceitando os riscos agregados, e neste caso estamos, obviamente, nos reportando à criminalização, sendo que esta pode não ter sido a primeira opção do sujeito; ou, c) a pessoa, não aderindo a segunda opção e tendo fracassado na primeira, associado à um frágil vínculo familiar e/ou social, começa a não ver mais sentido nas normas da sociedade que ele faz parte, iniciando o processo que Emile Durkheim (2010) denomina como anomia. O sujeito nesse momento passa a viver, como passou a ocorrer fortemente nos Estados Unidos, em situação de rua, ainda mais vulnerável à criminalidade. Enquanto isso, ficam submetidos ao alcoolismo e ao uso de narcóticos. Se Durkheim entendia que este fenômeno encaminha o indivíduo ao suicídio, talvez não seja surpresa que o Brasil tenha, atualmente, um dos maiores índices do mundo.

Contudo, retratamos aqui o extremo da desigualdade social, porém, isto ocorre durante o processo que antecede a exemplificação supracitada. Peguemos o caso do fim do Programa Mais Médicos, criado em 2013 no governo Dilma Rousseff, no qual atendiam, segundo o Governo Federal (s/d.), mais de 63 milhões de pessoas em 4 mil municípios, através de 18 mil médicos estrangeiros, com supremacia de médicos vindo de Cuba, e que fora extinto devido ao combate ideológico de Jair Bolsonaro que prometia acabar com a ideologia na política, ou melhor projetos voltados para o social, o que ele entende como socialismo e não como Direitos Humanos universais – o que também na perspectiva de Bolsonaro, e não somente na dele, por conta da fabricação consensual da sociedade, também está associado à esquerda política. Com a ausência do programa muitas cidades ficaram sem um médico sequer. Milhares de pessoas passaram a ter que se deslocar de um município à outro atrás de atendimento. A discussão pouco iluminada, invisibilizada, é que os médicos brasileiros, em sua maioria oriundos de classes mais elevadas, não pretendem atuar longe das grandes cidades. E foi justamente estes integrantes, da

⁸²G1.COM. **Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista.** Publicado em: 07/05/18a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>>. Acesso em: 19 out. 2019.

classe privilegiada, que foram receber os médicos cubanos de forma desrespeitosa nos aeroportos⁸³, disseminando o ódio do qual falamos anteriormente em manifestações de rua ou nas redes sociais.

Quando não se marginaliza o cidadão da vida, tenta-se marginalizá-lo da tentativa de viver, ao menos com saúde. Estes processos estão em andamento ou podemos utilizar o que diz Warren Buffet, estas guerras estão ocorrendo e, em ambas as conceituações, é a classe dos ricos quem as produz e eles que estão ganhando. Dividindo a sociedade, como propõe Chomsky (2017), Souza (2017) e Cattani (2017), em duas únicas classes ou concentradas em polos, temos de um lado a pobreza e de outro a riqueza. Chegamos, assim, ao questionamento final: à quem devemos combater?

4.3 COMBATER A POBREZA OU A RIQUEZA?

Jean Jacques Rousseau em uma de suas magnas obras problematiza, discordando de Thomas Hobbes no que tange o conceito de Estado de natureza⁸⁴. Conforme Weffort (2006), para o filósofo francês, o homem era bom em seu estado natural e tem sua essência alterada devido ao convívio em sociedade com outros homens que desejavam se apossar de coisas até então pertencentes a todos. Na perspectiva de Hobbes (2012), o homem era mal por natureza e para que não viesse a se extinguir por conta de uma guerra generalizada dos homens entre si em busca de seus desejos particulares, era necessária a criação de um Leviatã, termo utilizado para simbolizar o Estado absoluto. Bom ou mal, o que nos interessa é que sem a atuação de um Estado forte para regular as ações dos homens entre si, perpetuar-se-ia uma relação de submissão de uns homens sobre outros. Afirma Rousseau (2008) que essa submissão ou desigualdade entre os homens, tem início quando o primeiro homem egoísta fincou a primeira cerca e, dizendo que tal terra cercada era sua, encontrou pela frente outro homem, este mais ingênuo, que consentiu. Contudo, se já houvesse um Estado forte, como defendido por Hobbes e Rousseau, durante a transformação de espaços comuns em propriedades privadas, os homens conseguiriam estabelecer uma relação de dominação entre si? Não à toa os dois autores se tornaram clássicos.

⁸³YOUTUBE. **Médicos cubanos vaiados por médicos brasileiros**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B5lnkApcCbA>>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁸⁴Por Estado de natureza, vale ressaltar, entendiam ambos os autores, que este seria um período anterior ao estabelecimento de um Estado e a partir deste, um contrato social. Cabe também esclarecer que o pensamento dos autores são fundamentados na sociedade europeia moderna, logo, tais premissas de uma evolução do estado de natureza selvagem para uma civilização é compreensível pela cultura eurocêntrica. Deste modo, não atribuímos temporalidade para o estado de natureza dos autores. N.A.

De Rousseau, mesmo antes dele, até os dias atuais, a relação de desigualdade entre os homens não cessou de alargar-se – salvo pouquíssimos casos de estagnação desta ou de leve retrocesso, como observado no caso brasileiro nos governos lulo-petistas (SINGER, 2012). Afinal, como apresentamos no capítulo inicial, o liberalismo político lockeano foi adaptado ao liberalismo econômico smithiano, o qual fora influente na constituição da república estadunidense e que influenciou a brasileira, como as demais latino-americanas. Não é surpresa alguma observar que os grandes magnatas do capital seguiram firmemente as orientações do economista britânico buscando drenar as riquezas de todas as nações possíveis, primeiramente através de conquistas militares e em um segundo momento através da economia, utilizando, em ambos os casos, a representação do Estado.

Cada vez mais concentrando riqueza, esta fora gerando poder de modo a produzir mais riqueza e assim desde então. Enquanto alguns poucos homens foram cada vez mais enriquecendo, um número infinitamente maior de pessoas foram empobrecendo e, quanto mais poder os ricos obtinham, menos força para combatê-los tiveram os pobres, passando cada vez mais a se preocupar com sua sobrevivência antes de movimentar-se em busca de uma revolução social. Entretanto, os ricos, sabendo que os pobres poderiam, com o tempo, provocar uma revolta que alterasse o status quo, passaram à dominar não somente os outros homens, mas, diretamente ao próprio Estado, este, detentor legítimo do uso da violência, tanto física, na perspectiva weberiana, como simbólica, na perspectiva bourdieusiana. (SELL, 2015; BOURDIEU, 2006).

Em meados do século XIX, Karl Marx passa a organizar não somente sua teoria crítica do capitalismo, como também torna-se referência na orientação à organização de classe, termo cunhado pelo alemão à luz dos conflitos entre os detentores dos meios de produção e aqueles que não os dispunham e, por conseguinte, submetiam-se aos primeiros, logo, ricos e pobres, burgueses e proletários ou como simplifica Jessé Souza (2015), no entendimento da classe dominante: a elite e a ralé. Marx (2013) defendia que existisse um equilíbrio entre todos os componentes da sociedade, para que em um estágio posterior, deixassem de existir as classes, entretanto, na projeção do autor, como os privilegiados não deixariam isto ocorrer, o caminho a seguir seria o da luta de classes.

Lutas ocorridas em diversos países e com numerosas vitórias do lado socialista-marxista⁸⁵, inclusive na vizinha caribenha Cuba. Para a classe dominante, neste íterim, não

⁸⁵Importante ressaltar a diferença entre os conceitos marxiano e marxista, sendo o primeiro, o conjunto de teorias produzidas pelo próprio Karl Marx e, o segundo, as revisões teóricas e ideologias, práticas e movimentos ocorridos por pessoas à partir dos escritos de Marx. N.A.

bastava ter e usufruir dos privilégios, pois estes poderiam ser atacados e/ou retirados, era necessário o controle do Estado com vistas à manutenção deste. Em Estados modernos, independentemente de seu desenho constitucional, o controle do Estado pelo é contratual na imagem do governo, formado pelas figuras de representação, ou seja, pelas lideranças estatais de dado período, de modo que para responder à questão do capítulo, devemos entendê-la na perspectiva dos governos. Assim sendo, quem os governos querem combater.

De acordo com o apresentado no decorrer do trabalho, não é difícil, levando-se em conta os pactos políticos firmados, compreender quais governos se alinharam aos desejos dos ricos e os que se posicionaram ao lado dos pobres. Entendendo que os pactos Nacional-Popular tenham sido os que melhor atenderam as demandas do polo da pobreza, seja na era Vargas como no período Lula/Dilma, ambos decidiram pelo não confronto com a elite, não assumindo um programa socialista/comunista como especulavam seus adversários, mas sim, administraram o capitalismo em busca de uma justiça social. Todas as garantias trabalhistas, bem como, a estrutura do Estado brasileiro usufruído atualmente e fortemente atacada recentemente, começaram a serem implantadas nos governos de Getúlio. Com a estrutura já formada, FHC deu início aos projetos assistenciais (LAMOUNIER, 2002), que Lula e Dilma, mais do que dar seguimento, transformaram-nos na maior política de inclusão social do país, retirando milhões de pessoas da linha da pobreza absoluta, elevando o país à níveis de quase pleno emprego e colocando o Brasil no G-6 da economia mundial.

Ainda assim, é visível a manutenção da desigualdade, mesmo que ela apresentasse lenta redução, isto mostra que o mecanismo é muito forte. E se o mecanismo é oposição à política de diminuição das desigualdades, devemos combater quem opera tais engrenagens, ou seja, os ricos. Portanto, quando utiliza-se o discurso do combate à pobreza, semanticamente, pressupõe-se que a pobreza seja um problema, quando na verdade ela é apenas o resultado do problema, este, invisibilizado para a grande maioria (CATTANI, 2007; 2018), muito por conta, do próprio sistema, é a concentração de riqueza e, por conseguinte, poder.

Combater a riqueza ou os ricos mostra-se como a única medida para inverter a lógica social e diminuir urgentemente a desigualdade, visto que o “pouco” realizado pelos governos lulo-petistas – e por pouco refiro-me ao reformismo lento –, já fora suficiente para atender mais de 25% da população e, conseqüentemente, provocar o golpe jurídico-parlamentar de 2016 (CATTANI, 2019; SOUZA, 2017) com a intenção de não avançar no projeto inclusivo. Administrar o capitalismo, como fizeram Vargas e Lula, mostrou-se insuficiente em relação a estrutura social histórica, apesar de efetuada com muita competência. A insuficiência, portanto, não deu-se em decorrência de má administração, mas sim, pela imposição da violência, seja ela

física como em 1964 através das Forças Armadas, como simbólica, no processo de rompimento democrático iniciado nas Jornadas de Junho de 2013.

O grande problema é que a desigualdade brasileira é invisibilizada. Cattani (2007) ressalta que a mídia ignora o assunto que envolva os pobres como vítimas do processo de acumulação de capital. O autor lembra que “os 44 principais jornais do país que correspondem a mais de 90% da mídia impressa dedicam menos de 2% do conteúdo a esses temas e nas principais revistas o percentual fica em torno de 0,7%” (CATTANI, 2007, p. 76). Para um público geralmente pouco crítico, a receita da legitimação passa pelo silêncio seletivo das instituições midiáticas. Para este setor do mecanismo, o pobre é utilizado como exemplificação de sucesso através do esforço, ou seja, a pobreza é romantizada. Enxerga-se notícias do tipo: o primeiro negro formado em medicina ou a presidir o Superior Tribunal Federal; o primeiro indígena a obter o título de doutor; ou quando a ‘dona Odete’ conseguiu construir sua casa vendendo lanches de porta em porta; e, da mesma forma, que o ‘seu Jorge’ pagou seus estudos vendendo brigadeiros, como exemplos de superação. Evidentemente que houve superação por parte dos exemplos citados, porém, omite-se a realidade que vivem os mais de 140 milhões de brasileiros. Uma sobrevivência com menos de 1,5 salários-mínimos por mês – e dentre estes estão os que nenhuma renda possuem. Logo, é uma ilusão acreditar – e uma perversidade fazer o outro acreditar – que seguindo os mesmos passos da ‘dona Odete’, todos obterão sucesso, quando na esmagadora maioria das vezes, o resultado é de insucesso.

Como defende Souza (2016), é difícil combater a riqueza, sem combater também a mídia, que perpetua a romantização da pobreza, principalmente em programas televisivos dominicais. Afinal de contas, retomando os protestos de 2013, transformados em manifestações, onde o movimento que protestava pelo aumento de R\$ 0,20 da tarifa de ônibus (em média R\$ 2,80, à época), atualmente nem nas redes sociais criticam o valor atual, que já ultrapassa, em diversas cidades, os R\$ 5, ou seja, a opinião pública nada mais é do que o reflexo dos desejos dos donos do poder, transmitidos por um de seus mais efetivos princípios, o da fabricação do consenso.

A acumulação de riqueza dos trabalhadores que recebem mais de 30, 40, 50 salários-mínimos é o que obtém, para Cattani (2007; 2017) a riqueza simbólica, ou seja, de prestígio, os quais, permitem-lhes utilizar de uma gama extensa de privilégios e consumos inimagináveis para a maioria da população. Contudo, esta riqueza não é o maior dos problemas, mas sim, o que o autor define como riqueza concreta, em outras palavras, é quando o rico se torna mais do que rico, isto é, um plutocrata – esta é a riqueza desmedida. É a que possui influência nos corredores do Palácio do Planalto, interferindo as ações do Executivo e Legislativo, que

promovem e/ou desqualificam lideranças e até lançam modas e tipos estéticos ideais. Essa plutocracia corresponde no Brasil a menos de 1% da população, ainda assim, decidem questões econômicas estratégicas enquanto dominam, também, a mídia. Mais recentemente, a elite conseguiu influenciar até importantes decisões do judiciário (CATTANI, 2007), como bem descrito por Souza (2016; 2018) no movimento golpista de 2013-16 e na prisão de Lula, com objetivos já apresentados.

Pelas experiências recentes de nossa frágil democracia, exigir-nos-ia um esforço colossal para aparentarmos um certo otimismo em relação ao futuro do Brasil. Nossas políticas governamentais desafiam o tempo e nos encaminham, não a cada ano, mas a cada mês, como diria Renato Russo, para um “passado de absurdos gloriosos”⁸⁶. Entretanto, como aos historiadores o futuro não pertence, restringimo-nos ao permitido tempo presente, um tempo de atraso, de retrocesso, de anti-intelectualismo, de retorno à um passado mítico, de prevalência de irrealidades, de uma intolerância generalizada e de rotineiros discursos despidos de ódio. Quando se rompe o pacto Nacional-Popular, encerra-se o Ciclo de Democracia e Justiça Social e se atacam os direitos trabalhistas obtidos ainda durante o período Vargas, destituindo também a estrutura industrial do Estado originadas a partir da Revolução Capitalista de 1930, resta-nos pensar, sem pessimismo, que podemos estar retornando para um período de forte exclusão social associado aos típicos modelos europeus de nacionalismos exacerbados, porém, sem imposição do nacional, mas sim, do capital – de poucos.

⁸⁶Trecho da música *Perfeição*, lançada no álbum *Descobrimiento do Brasil* pela banda Legião Urbana em 1993. N.A.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a introdução deste estudo, que já demonstrara que o objeto de pesquisa alinhava-se a minha trajetória de vida, desde a infância até minha inserção social no campo acadêmico, deixo claro ao leitor a intenção, não somente de produzir um material que me permita obter o grau e diploma universitário, mas de provocar uma profunda reflexão sobre aquilo que o mundo nos apresenta diariamente como notícias, informações, ideologia, imaginário, enfim, tudo aquilo que nos mantém alinhados à uma normativa social que impede-nos de alterar o estado de coisas tal qual ele se encontra. Entretanto, a forma como essa organização socioeconômica e política ocorre, é inacessível à grande parcela da sociedade, justamente por aquelas pessoas que conquistaram o Estado, através do capital econômico. Logo, o poder adquirido está intrinsecamente ligado à riqueza.

Não seria preciso, agora, ao final do trabalho, discorrer que para se ter riqueza, obrigatoriamente é necessário que haja pobreza. A alegoria de uma gangorra é também aplicável quando tratamos do poder, para se tê-lo de um lado, o outro precisa estar submetido à esse, em uma relação de dependência, contudo, o óbvio, ironicamente por mais óbvio que pareça, precisa ser dito e repetido, para que possamos tentar confrontar a imposição daqueles que se esforçam para manter a dominação de classe.

Para aqueles que pensam que o conceito marxiano de classe é ultrapassado e/ou obsoleto, a célebre frase do segundo homem mais rico do mundo não deixa dúvidas de que precisamos levar adiante esta discussão, contudo, não podemos simplesmente culpar o capitalismo, sem realizar uma análise profunda de como se estrutura o sistema econômico e como o sistema político, age de modo a manter uma relação que retroalimente a riqueza e poder de uma minoria ante a miserabilidade de milhares. Por conta disto, esta estrutura ou mecanismo foi nosso objeto de estudo.

A análise deste objeto, partindo da hipótese de tal mecanismo está sendo aplicado no Brasil é apontado como fator determinante para o agravamento da desigualdade social brasileira, permitindo-nos relacionar as rupturas institucionais ocorridas no Brasil recente, através de um panorama socioeconômico de inclusão dos indivíduos de classes subalternas aos espaços produtores de capital cultural e social, que permitem à estes angariar capital simbólico, com potenciais perspectivas de obter o capital econômico.

Assim, no primeiro capítulo, examinamos como se constrói a estrutura deste mecanismo, tendo como referência a sociedade estadunidense. Entendemos que a engrenagem fundamental para a manutenção do todo é a modelagem ideológica, gestada ainda na Europa,

pelos puritanos que enxergavam no continente americano, o sonho de recomeçar suas vidas dependendo apenas de si mesmos, influenciados pela ideologia protestante. A elite formada durante o período colonial até a independência dos britânicos, foram os que se apropriaram do aparato burocrático que estruturaria a nova sociedade, como demonstrado, para seus próprios interesses. Com o passar dos anos, a simples separação de classe, dos dirigentes e dos subalternos foi necessitando de novas adaptações e elaborações, as quais fomos elencando e apresentando dentro de cada período histórico dos Estados Unidos. Posto que a evolução do mecanismo são pontuais, as digressões realizadas neste capítulo deixam algumas lacunas temporais abertas, assim como de ocorrências preteridas no momento da produção.

Entendemos que a partir da modelagem ideológica, todos os demais princípios passam a atuar em sincronia, proporcionando uma restrição democrática dos atores sociais, que passa também por um controle dos processos eleitorais, submetendo-os a uma reestruturação econômica e conseqüente transferência de fardo que favorece somente aos donos do poder. A modelagem ideológica aplicada em larga escala e principalmente com apoio das diferentes mídias, não somente de rádio e televisão, como a própria universidade, passam a fabricar consensos. Estes consensos permitem que o mecanismo ataque a solidariedade, individualizando o sujeito e que inserindo numa dinâmica de preocupações pessoais, acaba por não ter tempo (e tempo para o capitalismo é dinheiro, riqueza, poder) de preocupar-se com os demais, afetando a base social como um todo, destruindo a consciência de classe. Para completar a engrenagem, a opinião criada para e comprada pelo público, induz a sociedade a permitir que o Estado seja desregulado, escondendo o desejo dos setores privados de controlar o que deveria ser do Estado. Dessa forma, mostramos como na ausência de atuação do Estado, a sociedade fica cada vez mais marginalizada de seus direitos.

No segundo capítulo, realizamos uma breve síntese da História republicana brasileira, limitando o período de análise entre 1930 e chegando ao ano corrente desta produção. O intuito fora o de buscar um alinhamento temporal brasileiro ao estadunidense (abordado no capítulo 1), de modo a municiar o leitor com informações que teriam uma função comparativa (abordado no capítulo 3). A periodização utilizada fora a amparada nos pressupostos de Bresser-Pereira (2014), permitindo um contínuo debate entre política e economia, através dos pactos realizados entre os grupos sociais, principalmente a elite e as representações do Estado.

Primeiramente, analisamos como ocorreram as mudanças de governo desde o golpe de 1930 até a eleição de FHC, bem como suas permanências, por vezes de modo autoritário como ocorrido no Estado Novo varguista e na Ditadura militar, à luz das coalizões de classe. Evidenciamos as diferentes elites brasileira, agrícola e industrial, que revezaram, até o fim do

período militar, o posto de negociador com o campo político. Ressaltamos também o advento do novo liberalismo e da globalização, de onde surgiram as novas elites financeiras, que dominaram desde então o cenário de negociações políticas, implantando um novo pacto Liberal-Dependente e iniciando o declínio do processo industrial brasileiro.

A seguir, examinamos os governos socialdemocratas a partir de 1995, proporcionando um olhar mais detalhado sobre os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, atentando para as políticas sociais implementadas ao longo de dois decênios, mantidos e melhorados a cada novo governo. Em relação ao FHC, circulamos entre os polos da ampla agenda de programas sociais e inclusivos até as políticas de privatizações e crises do desemprego, problema que FHC, durante dois mandatos, não conseguiu vencer. Sobre o governo Lula, analisamos a continuidade e expansão dos programas sociais e de distribuição de renda, obtendo resultados parabenizados mundo afora. Todavia, não deixamos de evidenciar o chamado reformismo lento do governo Lula. Reformismo que continuou durante o governo Dilma e que começou a deixar visível os resultados de permitir às classes menos favorecidas participar da sociedade de consumo. Mais do que usufruir de produtos e serviços, a indignação de uma elite do atraso, deu-se por observar mais de 5 milhões de jovens subsidiados pelo Estado cursando o ensino superior. Somando estas políticas à um mal desempenho econômico, utilizado como argumento, as elites resolveram romper com o pacto firmado e dar fim ao Ciclo Democracia e Justiça Social.

O terceiro capítulo, discorremos sobre a relação da elite brasileira e o atraso que elas provocam ao usurparem as riquezas do país a seu único interesse, subdividida em três partes. Inicialmente, demos seguimento ao governo Dilma, pós-Jornadas de Junho, em 2013, perpassando pela não aceitação da derrota pelo PSDB, no pleito de 2014, e sobre como funcionou a manipulação política, jurídico-policial e midiática para a derrubada da presidente, efetivado no impeachment de 2016, bem como se desenvolveu as políticas no governo de Michel Temer e a eleição do candidato de extrema-direita nas eleições de 2018.

Em seguida, demonstramos como os princípios de concentração de riqueza e poder estão sendo implantados na sociedade brasileira. Diferentemente do observado por Chomsky nos Estados Unidos, entendemos que nem todo o mecanismo fora posto em prática, de modo que os apreciamos separadamente, discorrendo sobre seus estabelecimentos, bem como de que forma os recentes governos Temer e Bolsonaro buscam implementá-los.

Por fim, propomos uma discussão conceitual acerca de quem os governos querem combater: se a pobreza ou a riqueza. Onde basicamente induzimos o leitor para a conexão de todos os pontos abordados, fazendo uma junção do mecanismo aos governos recentes e como

a sociedade responde à este mecanismo sem nem senti-lo. Comparamos a situação socioeconômica brasileira atual com a realidade de junho de 2013, com o intuito de demonstrar o quão seletivo torna-se o ódio e a intolerância de uma sociedade submetida aos princípios analisados por Noam Chomsky.

Retomando os objetivos propostos com a pesquisa, desde o geral (compreender como tem agido no Brasil o mecanismo de concentração de riqueza e poder e, conseqüentemente, de pobreza e dependência, situando o Brasil como um dos dez países com maior desigualdade social) aos específicos (discutir os princípios de concentração de riqueza e poder apresentado na obra de Chomsky; apresentar a História do Brasil contemporâneo, dividindo-o em dois períodos: o Pacto pelo Desenvolvimento (1930 – 1977) e o Pacto pela Democracia (1977 – 2014); relacionar as atuações dos governos socialdemocratas de FHC, Lula e Dilma, e como suas políticas de inclusão levaram ao rompimento do pacto pelas elites e demonstrar como os princípios chomskianos estão sendo aplicados na sociedade brasileira, principalmente a partir de 2013), entendemos que todos foram alcançados, de forma coesa e linear.

Destarte, passamos ao mérito das três questões norteadoras. A primeira foi: *Como e porque os princípios chomskianos foram, estão (sendo) e poderão ser implantados em nossa sociedade?* Este questionamento é respondido, basicamente, no último capítulo. No tocante à como e o porquê foram implantados, o leitor pôde observar durante o item ‘4.2.1 Os princípios estabelecidos’, enquanto que as mesmas perguntas para os princípios que estão em vias de implantação são respondidas no item subsequente ‘4.2.2 Os princípios em andamento’.

O segundo questionamento foi: *Para onde se encaminha o Estado/sociedade brasileiro (a) orientando-se por uma economia neoliberal?* Em vista desta questão provocar uma expectativa de futuro, ela é respondida a partir da análise de dados dispostas ao longo do trabalho, fazendo uso do método dedutivo-comparativo. Pois quando observamos a realidade socioeconômica estadunidense, com o estabelecimento completo de tais princípios, e compreendendo que os Estados Unidos apresentam uma desigualdade social menor que a brasileira, subentende-se que o Brasil, sendo mais desigual e com apenas 6/10 princípios estabelecidos, entendemos que a realidade brasileira será ainda mais preocupante caso venha a efetivar os princípios que ainda encontram resistências.

Quanto a terceira questão: *Deveríamos combater a pobreza, como indica alguns slogans político-publicitários, ou combater a riqueza?* Ela fora respondida no último subcapítulo, item ‘4.3 Combater a pobreza ou a riqueza?’, onde discutimos conceitualmente, retomando alguns clássicos da política, as origens da desigualdade entre os homens, de modo que a definição de ‘combate à pobreza’ estaria indicando que a pobreza seria o problema social e reforçando assim

a ideologia da meritocracia, pilar do sonho americano que dera início ao mecanismo utilizado como objeto de estudo. Invertendo a linguística aplicada à pobreza e indicando que a sociedade deve combater a riqueza, e tão logo, uma sociedade democrática e de direito combaterá através de seus representantes, faz-se mister que observemos que tipos de governos atuam de modo a projetar políticas de diminuição dos índices de desigualdades sociais e aqueles que trabalham com a intenção de perpetuar as distâncias entre as classes.

Com base nas questões norteadoras e nos objetivos propostos, a hipótese de que a estrutura de concentração de riqueza e poder esteja sendo implantada no Brasil seguindo os mesmos princípios aplicados nos Estados Unidos, utilizando-se de influências políticas, econômicas e socioculturais, coercitivamente ou não, se confirma, principalmente nos últimos anos devido ao enfraquecimento da representação política que servia de barreira para os interesses dos plutocratas que a controlam.

Vale ressaltar que tratando-se de uma abordagem de História do Tempo Presente, dificuldades são encontradas, entre as quais a própria temporalidade, visto que a cada dia o historiador encontra-se atrasado em relação ao seu objeto de estudo. Exemplo disto, é que enquanto finalizo esta pesquisa, princípios estabelecidos podem ter sofrido retrocessos, assim como aqueles em projeção, possam ter sido acordados. Outra dificuldade que impera é a de variedades de fontes, sendo assim, é natural que o historiador obtenha seu arcabouço informacional majoritariamente oriundo de jornais e periódicos – o que não representa nenhum dano à produção, desde que seja devidamente apurada.

Quanto ao objeto de estudo, o interessante é que o mesmo pode ser aplicado a diversas sociedades e, como todas são diferentes, partindo do pressuposto cultural e dos índices de desigualdade social, os resultados serão sempre diferentes. Relacionando isto à segunda questão norteadora, que fora respondida de forma subjetiva por tratar de uma possibilidade futura, uma sugestão que fica para complemento deste estudo seria a realização de uma análise comparativa e/ou aplicada as sociedades chilena e argentina, visto que ambas passaram pela experiência neoliberal, podendo apresentar mais princípios estabelecidos que o Brasil. Lembrando que estes países também sofreram influências da república estadunidense, tendo, portanto, uma cultura política não muito distante da brasileira.

Por fim, concluímos que fora extremamente importante e desafiador produzir um trabalho que envolvesse uma diversidade de campos de estudo, proporcionando um amplo diálogo, podendo ser complementado não somente pela perspectiva historiográfica. Por ora, esperamos ter podido contribuir para futuras pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. **O ‘déficit’ da Previdência é fake**. Publicado em: 11/01/19. Disponível em:

<<https://www.anfip.org.br/artigo-clipping-e-imprensa/o-deficit-da-previdencia-e-fake/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Escala, 1996.

ARQUIDIOSE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 41. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

BBC. **Aumento do número de sem-teto nos EUA é “bomba-relógio”**. Publicado em: 13/10/2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-45809130>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A opinião pública não existe**. Publicação s/d. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1464421/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%ABlica_N%C3%A3o_Exist_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BOLOGNESI, Luiz. **As Guerras do Brasil.doc: a guerra da conquista**. 2018. Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/81091387?trackId=200257859>>. Acesso em: 07 out. 2019.

BOL Vídeos. **Bolsonaro: não vamos ter mais demarcação de terras indígenas**. Publicado em: 05/11/18. Disponível em: <<https://videos.bol.uol.com.br/video/bolsonaro-nao-vamos-ter-mais-demarcacao-de-terras-indigenas-04024E1C336AD8A96326>>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

BTG Pactual. **Banco encerra 2014 com lucro líquido de R\$ 3,411 bilhões, expansão de 23% em relação ao ano anterior**. Publicado em: 25/02/15. Disponível em: <https://www.btgpactual.com/home/download/noticias/Release_Resultados_4T2014_PT.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

CÂMARA Dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.246-A**. Publicado em: 03/06/09. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=517286>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Câmara tem 243 deputados novos e renovação de 47,3%**. Publicado em: 08/10/18. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>>. Acesso em: 17 out. 2019.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Imposto sobre a renda**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CARTA CAPITAL. **Seis brasileiros tem a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres**. Publicado em: 25/09/2017. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/economia/seis-brasileiros-tem-a-mesma-riqueza-que-os-100-milhoes-mais-pobres/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CATTANI, Antonio David. **Desigualdades socioeconômicas**: conceitos e problemas de pesquisa. Publicado em: ?/10/07. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200005>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. **Ricos, podres de ricos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2017.

_____. **A riqueza desmistificada**. 3. ed. Porto Alegre: CirKula, 2018.

_____. **Justiça e Iniquidade**. Porto Alegre: CirKula, 2019.

CHAGAS, Helena. Relações Executivo-Legislativo. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A Era FHC**: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 331-367.

CHOMSKY, Noam. **Controle da Mídia**: os espetaculares feitos da propaganda. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

_____. **Réquiem para o sonho americano**: os dez princípios de concentração de riqueza e poder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

CLICRBS. **Apuração Eleições 2010**. Publicado em: 05/10/10. Disponível em: <clicrbs.com.br/eleicoes/2010/apuracao/1turno/apuracao.html?menu=depFederalResultado&ano=2010&abrangencia=RS&tipoApuracao=validos&ordenacao=votos&tipoComposicao=coligacao&comparativo=sem&tipoComposicao=coligacao&brasilAgrupamento=todosVotos&tipoAbrangencia=estado®iao=0&municipio=0&candidato=0>. Acesso em: 02 out. 2019.

CONTEC. **Banco Votorantim reverte prejuízo e obtém lucro de R\$ 502 milhões em 2014**. Publicado em: 13/02/15. Disponível em: <<https://contec.org.br/inf-15-173-banco-votorantim-reverte-prejuizo-e-obtem-lucro-de-r-502-milhoes-em-2014/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

CONJUR. **Sérgio Moro divulgou grampos ilegais de autoridades com prerrogativa de foro**. Publicado em: 16/03/16. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-16/moro-divulgou-grampos-ilegais-autoridades-prerrogativa-foro>>. Acesso em: 16 out. 2019.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. **O segundo governo FHC**: coalizões, agendas e instituições. Publicado em: [2003?]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200011>. Acesso em: 16 set. 2019.

CORREIO Braziliense. **Especial**: nova CLT reforça negociação entre empregado e patrão. Publicado em: 05/11/17. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/11/05/internas_economia,638659/como-ficam-as-negociacoes-com-a-reforma-trabalhista.shtml>. Acesso em: 16 out. 2019.

CULTURA Central de Comunicação. **Sete senegaleses trabalhavam em situação análoga à escravidão**. Publicado em: 03/11/17. Disponível em: <<http://www.centralcultura.com.br/?pag=noticias.php&id=51114>>. Acesso em: 20 out. 2019.

DALMOLIN, Luis Carlos. Brasil: quer pagar menos impostos? Seja milionário!. In: CATTANI, Antonio David (orgs.). **Caríssimos Ricos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019, p. 25-29.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 213-239.

DOMENECH, Eduardo. **O controle da imigração “indesejável”**: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. Cienc. Cult. vol.67 no.2 São Paulo Apr./June 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200010>. Acesso em: 26 out. 2019.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DW. **Patrimônio dos 26 mais ricos equivale aos do 50% mais pobres no mundo**. Publicado em: 01/01/2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/patrim%C3%B4nio-dos-26-mais-ricos-equivale-ao-dos-50-mais-pobres-do-mundo/a-47163129>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

EBC. **Economistas acusam Congresso de irresponsabilidade ao aprovar aumento de gastos**. Publicado em: 06/08/15. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/08/economistas-acusam-congresso-de-irresponsabilidade-ao-aprovar-aumento-de>>. Acesso em: 28 set. 2019.

_____. **Renda recua e Brasil se torna o 9º país mais desigual**. Publicado em: 26/11/18. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-11/renda-recua-e-Brasil-se-torna-o-9%C2%BA-pa%C3%ADs-mais-desigual>>. Acesso em: 17 out. 2019.

EISENBERG, Peter. **Guerra civil americana**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ESTADÃO. **FHC diz que democracia está consolidada no Brasil**. Publicado em: 26/10/02. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-diz-que-democracia-esta-consolidada-no-brasil,20021026p57003>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Após benefícios, GM investirá R\$ 10 bilhões**. Publicado em: 19/03/19a. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gm-confirma-investimentos-de-r-10-bi-para-fabricas-de-sao-caetano-e-sao-jose-dos-campos,70002760783>>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Facebook diz que suspendeu milhares de apps após caso Cambridge Analytica**. Publicado em: 20/09/19b. Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/geral,facebook-diz-que-suspendeu-milhares-de-apps-apos-caso-cambridge-analytica,70003018330>>. Acesso em: 09 out. 2019.

_____. **WhatsApp confirma ação de empresas em disparo de mensagens durante eleições.** Publicado em: 08/10/19c. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/whatsapp-confirma-acao-de-empresas-em-disparo-de-mensagens-durante-eleicoes/>>. Acesso em: 09 out. 2019.

EXAME. **Lucro do Bradesco em 2014 é o 3º maior da história no Brasil.** Publicado em: 29/01/15a. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/lucro-do-bradesco-em-2014-e-o-2o-maior-da-historia-no-brasil/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

_____. **Banco Safra lucra R\$ 1,55 bilhões em 2014.** Publicado em: 04/02/15b. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/banco-safra-lucra-r-1-55-bilhoes-em-2014-credito-cresce-13/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

_____. **Pior que o 7x1:** os escândalos que a CBF já esteve envolvida. Publicado em: 10/06/15c. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/pior-que-o-7x1-os-escandalos-que-a-cbf-ja-esteve-envolvida/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ÉPOCA. **Quem são os maiores devedores do governo:** e o que isso revela sobre o Brasil. Publicado em: 09/06/17. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/quem-sao-os-maiores-devedores-do-governo.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

FATTORELLI, Maria Lucia. “Bolsa Rico”. In: CATTANI, Antonio David; OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs.). **A sociedade justa e seus inimigos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, p. 59-81.

_____. **O ‘déficit’ da Previdência é fake.** Publicado em: 09/01/19. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/o-d-ficit-da-previd-ncia-fake>>. Acesso em: 24 set. 2019.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de. Os EUA no século XX. In: KARNAL, Leandro (org.). **História dos Estados Unidos:** das origens ao século XXI. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 99-171.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a, p. 301-342.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b, p. 343-404.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes,** Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

FOLHA DE Londrina. **Grampo no BNDES.** Publicado em: 24/11/98. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/politica/o-grampo-no-bndes-109714.html>>. Acesso em: 08 set. 2019.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo. **Classes Sociais no Brasil de Hoje**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/2013/05/ed01-fpa-discute.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. **Qual a faixa de renda familiar das classes**. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>>. Acesso em: 09 set. 2019.

G1.COM. **PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição**. Publicado em: 30/10/14. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>. Acesso em: 05 set. 2019.

_____. **Lucro do Itaú Unibanco sobe para 20,242 bilhões em 2014**. Publicado em: 03/02/15a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/lucro-do-itaunibanco-sobe-para-r-20242-bilhoes-em-2014.html>>. Acesso em 05 set. 2019.

_____. **Santander Brasil tem lucro de 1,521 bilhão no 4º trimestre de 2014 – No ano, o lucro ficou em R\$ 5,850 bilhões**. Publicado em: 03/02/15b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/santander-brasil-tem-lucro-de-r-1521-bilhao-no-4-trimestre-de-2014.html>>. Acesso em: 05 set. 2019.

_____. **HSBC tem prejuízo de R\$ 549 milhões no Brasil em 2014**. Grupo é acusado de acobertar evasão fiscal de seus clientes. Publicado em: 20/03/15c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/03/hsbc-tem-prejuizo-de-r-549-milhoes-no-brasil-em-2014.html>>. Acesso em: 05 set. 2019.

_____. **Família protesta em Brasília ao ter ida aos EUA adiada devido ao dólar alto**. Publicado em: 09/10/15d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/crianca-protesta-em-brasilia-ao-ter-ida-aos-eua-adiada-devido-ao-dolar-alto.html>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista**. Publicado em: 07/05/18a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.ghtml>>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **De 513 deputados eleitos na Câmara, só 27 dependeram dos próprios votos para se eleger**. Publicado em: 09/10/18b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/de-513-deputados-eleitos-na-camara-so-27-dependeram-dos-proprios-votos-para-se-eleger.ghtml>>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **‘Se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine’, diz Bolsonaro**. Publicado em: 19/07/19a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. **Mapa das privatizações: governo tem 119 projetos anunciados e prevê realizar mais 22 leilões até fim do ano**. Publicado em: 08/10/19b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/08/mapa-das-privatizacoes-governo-tem-119-projetos-anunciados-e-preve-realizar-mais-22-leiloes-ate-fim-do-ano.ghtml>>. Acesso em: 20 out. 2019.

GASPARI, Elio. **A privatária quer mais dinheiro**. In: Folha de S. Paulo. Publicado em: 20/08/00. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2008200010.htm>>. Acesso em: 08 set. 2019.

GAÚCHA ZH. **Sem coeficiente eleitoral do partido, Luciana Genro fica fora da Câmara**. Publicado em: 04/10/10. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2010/10/sem-coeficiente-eleitoral-do-partido-luciana-genro-fica-fora-da-camara-3062860.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Sartori busca recursos com a GM para pagar funcionalismo**. Publicado em: 24/11/15. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/sartori-busca-recursos-com-a-gm-para-pagar-funcionalismo-4913804.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

GAZETA Do Povo. **Pesquisa Datafolha para presidente – novembro 2017**. Publicado em: 30/11/17. Disponível em: <<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/pesquisas-eleitorais/datafolha/pesquisa-datafolha-novembro-2017>>. Acesso em: 30 set. 2019.

GLOBOPLAY. **Arnaldo Jabor fala sobre novos protestos e ressalta força da juventude**. Publicado em: 17/06/13. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2640269/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOVERNO Federal. **Mais Médicos e a ampliação da atenção básica no Brasil**. Publicação s/d. Disponível em: <<http://www.maismedicos.gov.br/alcance-no-pais>>. Acesso em: 20 out. 2019.

HANSON, Curtis. **Grande demais para quebrar**. HBO: EUA, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CBhNyBT6YD0>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017**. Publicado em: 05/12/18. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Projeção da população do Brasil e das unidades da federação**. Atualizado em 07/05/2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 07 maio 2019.

INSTITUTO Maria da Penha. **Quem é Maria da Penha?** Disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 07 out. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade**. Publicado em: [2009?]. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/090924_compres30ricardo.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

ISTOÉ. **Bancada da Bala**. Publicado em: 20/03/19. Disponível em: <<https://istoe.com.br/tag/bancada-da-bala/>>. Acesso em: 02 out. 2019.

JUSBRASIL. **A trajetória do divórcio no Brasil**: a consolidação do Estado Democrático de Direito. Publicado em: [2010?]. Disponível em: <<https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **CNJ manda cartório de Goiás registrar casamento homoafetivo**. Publicado em: [2013?]. Disponível em: <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/112195501/cnj-manda-cartorio-de-goias-registrar-casamento-homoafetivo>>. Acesso em: 07 out. 2019.

KARNAL, Leandro (org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LAHÓZ, André. Renda e consumo. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A Era FHC**: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 71-98.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A Era FHC**: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização**: Estado nacional e espaço mundial. São Paulo: Moderna, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de.; VAZ, Paulo Roberto Givaldi. **E a corrupção coube em 20 centavos**. Galáxia (São Paulo) no.39 São Paulo set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gal/n39/1519-311X-gal-39-0023.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martim Claret, 2014.

MOORE, Michael. **Sicko**: SOS saúde. Paramount Pictures: EUA, 2001. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VoBleMNAwUg>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

_____. **Capitalismo**: uma história de amor. Paramount Pictures: EUA, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FaMRSjiL4IE>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 155-194.

MOTTA, Marly. A estabilização e estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da**

nova República: da transição democrática à crise política de 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 219-253.

NAÇÕES UNIDAS Brasil. **Número de trabalhadores sindicalizados no Brasil atinge maior patamar desde 2004, segundo IBGE/OIT.** Publicado em: 26/04/17. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-trabalhadores-sindicalizados-no-brasil-atinge-maior-patamar-desde-2004-segundo-ibgeoit/>>. Acesso em: 16 out. 2019.

NASSIF, Maria Inês. Previdência Social. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A Era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 569-598.

NICHOLSON, Brian. O Sistema Previdenciário como fator de desigualdade. In: CATTANI, Antonio David; OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs.). **A sociedade justa e seus inimigos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, p. 129-148.

NUNES, José Luiz Martins. **Rupturas do Brasil recente.** Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2005.

O GLOBO. **Da falta de estrutura fez-se a ‘crise do apagão’ no Brasil do início do século XXI.** Publicado em: 07/08/13. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/da-falta-de-estrutura-fez-se-cri-se-do-apagao-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi-9396417>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

O GLOBO. **Cadeiras vermelhas do Palácio da Alvorada são trocadas por azuis.** Publicado em: 03/01/19. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/caadeiras-vermelhas-do-palacio-da-alvorada-sao-trocadas-por-azuis-23343420>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Contingenciamento ou corte nas universidades? Explicamos.** Publicado em: 17/05/19a. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/contingenciamento-ou-corte-nas-universidades-explicamos-23673543>>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. **Verba do MEC para escolas cívico-militares vai para pagar salário de oficiais da reserva.** Publicado em: 01/10/19b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/verba-do-mec-para-escolas-civico-militares-vai-pagar-salario-de-oficiais-da-reserva-23986061>>. Acesso em: 16 out. 2019.

OLIVEIRA, Ribamar. Emprego. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A Era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 99-135.

ONU. **População atingiu 7,6 bilhões de habitantes.** Publicado em: 21/06/2017. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-37.

PAULSON, Henry. **A beira do abismo financeiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PATTO SÁ, Rodrigo M. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 415-445.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOLPOLDI, Maria Antonieta. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 73-117.

PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro (org.). **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 173-275.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardência de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

RAMALHO, José Ricardo. Restauração produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 193-217.

RECORD Tv. **Caso Amarildo**: polícia conclui que ajudante de pedreiro foi torturado em UPP. Publicado em: 06/10/18. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/caso-amarildo-policia-conclui-que-ajudante-de-pedreiro-foi-torturado-em-upp-06102018>>. Acesso em: 07 out. 2019.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SENADO Federal. **Aécio Neves promete oposição ‘incansável e intransigente’**. Publicado em: 05/11/14. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao201cincansavel-e-intransigente201d>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **DRU**. Publicação s/d. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>>. Acesso em: 16 out. 2019.

SCHOLZ, Cley. Assistência Social. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A Era FHC**: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 599-626.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. Publicado em: 22/06/12. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2019.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas.** Novos estud. - CEBRAP no.97 São Paulo Nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. Saúde. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A Era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 501-536.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.** São Paulo: Leya, 2015.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TAVARES, Camilo. **O dia que durou 21 anos.** Brasil: Péqui Filmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ajnWz4d1P4>>. Acesso em: 18 out. 2019.

ÚLTIMO Segundo. **Ensino de filosofia e sociologia pode voltar a ser obrigatório no ensino médio.** Publicado em: 15/04/19. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-04-15/ensino-de-filosofia-e-sociologia-pode-voltar-a-ser-obrigatorio-no-ensino-medio.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

VALOR Econômico. **“Não quero o impeachment, quero ver o governo Dilma sangrar” diz tucano.** Publicado em: 09/03/15a. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/3944096/nao-queiro-o-impeachment-queiro-ver-dilma-sangrar-diz-tucano>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. **Citi Brasil encerra 2014 com lucro líquido de R\$ 124,7 milhões.** Publicado em: 27/03/15b. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/financas/3980512/citi-brasil-encerra-2014-com-lucro-liquido-de-r-1247-milhoes>>. Acesso em: 05 set. 2019.

_____. **Governo Dilma pode ser ‘mais breve do que alguns imaginam’, diz Aécio.** Publicado em: 05/07/15c. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/4121716/governo-dilma-pode-ser-mais-breve-do-que-alguns-imaginam-diz-aecio>>. Acesso em: 25 set. 2019.

VEJA. **Bolsonaro defende gravação de professores por alunos em sala de aula.** Publicado em: 06/11/18. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-gravacao-de-professores-por-alunos-em-sala-de-aula/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 141-180.

VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 447-477.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 195-216.

WEFFORT, Francisco (org.). **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

YOUTUBE. **Lula Marolinha**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=nX0Q2a4w6Ao>>. Acesso em: 05 set. 2019.

_____. **Bolsonaro**: mulher tem que ganhar menos, pois pode engravidar. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Ror3Mkk8Tk>>. Acesso em: 06 out. 2019.

_____. **Médicos cubanos vaiados por médicos brasileiros**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B5lnkApccbA>>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Jair Bolsonaro** – Eu não empregaria mulheres com o mesmo salário que os homens – SuperPop. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lZZisKgrtWY>>. Acesso em: 20 out. 2019.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil Democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.